

ISEUR

SEMINÁRIO EM ESTUDOS
URBANOS E REGIONAIS

CADERNO DE RESUMOS - DOUTORADO

REALIZAÇÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

APOIO



COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO



PRÓ REITORIA DE EXTENSÃO



INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CADERNO DE RESUMOS - DOUTORADO

Comissão Organizadora

Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros – Coordenadora
Claudio Machado Maia – Coordenador Adjunto
Dmitri Feliz do Nascimento – Coordenador Adjunto
Lindijane de Souza Bento Almeida – Coordenadora Adjunta
Raquel Maria da Costa Silveira – Coordenadora Adjunta
Richardson Leonardi Moura da Camara – Coordenador Adjunto
Rylanneive Leonardo Pontes Teixeira – Coordenador Adjunto
Zoraide Souza Pessoa – Coordenadora Adjunta
Alice Leonora de Sousa e Silva
Brunno Costa do Nascimento Silva
Eric Mateus Soares Dias
Erociano Vitor Freitas Morais
Gustavo de Sousa Cardozo Costa
Leticia Danielle Campelo Nunes da Cruz
Wagner Muniz de Araujo

Debatedores

Francisco do O' de Lima Junior (URCA)
Marco Antonio Carvalho Teixeira (FGV-SP)
Maria Camila Loffredo D'Ottaviano (USP)
Raul da Silva Ventura Neto (UFPA)

Comitê Científico

Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva
Anderson Christopher dos Santos
Claudio Roberto de Jesus
Fabio Fonseca Figueiredo
Joana Tereza Vaz de Moura
Lindijane de Souza Bento Almeida
Maria do Livramento Miranda Clementino
Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha
Rodrigo Figueiredo Suassuna
Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros
Winifred Knox
Zoraide Souza Pessoa

Diagramação do Caderno de Resumos

Brunno Costa do Nascimento Silva
Erociano Vitor Freitas Morais
Leticia Danielle Campelo Nunes da Cruz
Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros

Apresentadores

Allan Barbosa Moreira
Ana Célia Baía Araújo
Anailza Feitoza dos Santos Monteiro
Antonio Lucas Filho
Bárbara Bruna Araújo Bezerra
Beatriz Medeiros Fontenele
Bruna Raquel Torquato Pinho
Brunno Costa do Nascimento Silva
Douglas da Silva Araújo
Eliane Aparecida Gracioli Rodrigues
Eric Mateus Soares Dias
Gustavo Costa
Jair H. Castro Romero
Jean Claude de Souza Gomes
João Paulo Silva dos Santos
Kleber Soares de Oliveira Santos
Lidianne Araújo Aleixo de Carvalho
Rodrigo Emanuel de Sousa Almeida
Wagner Muniz
Yonara Claudia dos Santos

Sumário

Allan Barbosa Moreira.....	2
Ana Célia Baía Araújo	8
Anailza Feitoza dos Santos Monteiro	12
Antonio Lucas Filho	18
Bárbara Bruna Araújo Bezerra	29
Beatriz Medeiros Fontenele.....	34
Bruna Raquel Torquato Pinho.....	39
Brunno Costa do Nascimento Silva	42
Douglas da Silva Araújo	46
Eliane Aparecida Gracioli Rodrigues	56
Eric Mateus Soares Dias.....	63
Gustavo Costa.....	69
Jair H. Castro Romero	73
Jeam Claude De Souza Gomes	88
João Paulo Silva Dos Santos.....	97
Kleber Soares De Oliveira Santos	106
Lidianne Araújo Aleixo De Carvalho	109
Rodrigo Emanuel De Sousa Almeida	117
Wagner Muniz	126
Yonara Claudia dos Santos.....	131



Allan Barbosa Moreira

allanmoreira@id.uff.br

3. Orientador(a): Maria do Livramento Miranda Clementino

4. Nível: Doutorado

5. Ano de ingresso: 2022

6. Realizou alguma qualificação: Nenhuma das opções

7. Linha de Pesquisa: CIDADES E DINÂMICA URBANA

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Do rural ao urbano: o "ornitorrinco" como morfologia socioespacial das metrópoles

9. Sobre o que é sua pesquisa?

Esta pesquisa aborda a temática "Integração Regional e Mobilidade Urbana: Desafios das Cidades e Metrópoles" com o objeto específico sendo "Mobilidade Urbana" no contexto do desenvolvimento brasileiro no período de 1950 a 2020.

O objetivo principal da pesquisa é compreender a relação entre o desenvolvimento econômico e as desigualdades urbanas, especialmente nas áreas metropolitanas do Brasil, ao longo desse período histórico. A hipótese central é que a industrialização e urbanização aceleradas impulsionaram a concentração de atividades econômicas e serviços nas cidades, gerando disparidades socioeconômicas significativas entre áreas urbanas e rurais.

A mobilidade urbana é apontada como um fator crucial na viabilização do processo de urbanização e no acesso ao direito à cidade. Nesse contexto, a pesquisa buscará compreender como a mobilidade urbana pode influenciar de forma desigual diferentes grupos sociais, e como as políticas de integração regional e territorial, bem como a modernização tecnológica, podem impactar a dinâmica urbana e as desigualdades urbanas.

A pesquisa também se dedica a discutir a relevância do direito à cidade e da reforma urbana para enfrentar as desigualdades, garantindo um acesso equitativo aos benefícios e oportunidades urbanas.

Outro elemento de destaque é a modernização das cidades e metrópoles, focando na industrialização 4.0, que se apresenta como uma transformação tecnológica significativa com potencial de influenciar as estruturas urbanas e sociais.

Por fim, a pesquisa abordará a discussão recente sobre o "sistema único de mobilidade urbana - SUM", explorando como essa abordagem pode contribuir para uma mobilidade mais eficiente, sustentável e inclusiva, considerando os desafios das desigualdades urbanas.

Em resumo, a pesquisa visa aprofundar o conhecimento sobre a interconexão entre industrialização, urbanização, desigualdades urbanas, mobilidade urbana, direito à cidade, reforma urbana, modernização tecnológica e o "sistema único

de mobilidade urbana - SUM" no contexto do desenvolvimento brasileiro de 1950 a 2020. Com base nessa compreensão, busca-se propor abordagens mais inclusivas e sustentáveis para enfrentar os desafios das cidades e metrópoles, promovendo um desenvolvimento mais equânime e justo para toda a população urbana.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

Brasil e marco temporal 1950 a 2020

11. Qual o problema de pesquisa?

Diversos elementos estão intrinsecamente interligados nas dinâmicas metropolitanas, sendo o processo de industrialização um ponto de partida crucial que impulsionou o fenômeno de inversão campo-cidade. Posteriormente, a dinâmica urbana desafia a circulação e ocupação dos espaços urbanos, gerando complexas questões relacionadas às desigualdades urbanas. Nesse contexto, nosso objeto de pesquisa está firmemente associado às desigualdades urbanas no contexto do desenvolvimento brasileiro, o qual tem enfrentado dificuldades em conciliar o progresso econômico com o progresso social.

Por conseguinte, é imperativo abordar a discussão sobre a mobilidade urbana, que desempenha um papel fundamental na viabilização do processo de urbanização. Com especial ênfase na política de integração regional e territorial, direcionaremos nossos esforços para compreender a dinâmica de acesso e o direito à cidade, abordando também as questões relacionadas às desigualdades urbanas e a influência da modernização tecnológica nesse contexto.

O problema de pesquisa que se delinea diante do contexto das dinâmicas metropolitanas no Brasil é a relação entre o desenvolvimento econômico e as desigualdades urbanas. A industrialização e urbanização aceleradas do país geraram uma inversão campo-cidade significativa, impulsionando a concentração de atividades econômicas e serviços nas áreas urbanas, enquanto regiões rurais frequentemente enfrentam escassez de recursos e infraestrutura precária.

Nesse contexto, a dinâmica urbana também amplia as disparidades socioeconômicas, evidenciando a dificuldade de conciliar o crescimento econômico com avanços sociais equitativos. A mobilidade urbana desempenha um papel fundamental ao influenciar o acesso e direito à cidade, afetando de forma desigual diferentes grupos sociais. Portanto, é essencial compreender como as políticas de integração regional e territorial e a modernização tecnológica impactam a dinâmica urbana, para propor abordagens mais inclusivas e sustentáveis na busca por um desenvolvimento mais equânime e justo nas áreas metropolitanas do país.

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Propõe-se uma análise sobre as políticas de integração regional adotadas no século XX e como essas políticas sugerem a dinâmica das cidades e da mobilidade urbana no século XXI. Nosso objetivo é resgatar as discussões sobre integração regional

através de autores clássicos e através dessas leituras, tentar compreender as dinâmicas recentes das cidades. Dentro dessa premissa, a ideia é explorar as dinâmicas de transportes e da mobilidade urbana e como isso tem sido abordado na agenda de planejamento urbano e regional de algumas cidades em perspectiva comparadas. Com essa proposta, tem-se o objetivo de encontrar respostas para as complexas dinâmicas que apontam para o direito à cidade e reforma urbana.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

Temos duas esferas de trabalho sobre o tema das desigualdades urbanas. Em um primeiro momento, temos os autores clássicos brasileiros como: Florestan Fernandes, Celso Furtado, Wilson Cano, Vilmar Faria e Chico de Oliveira preocupados com as transformações econômicas do país, caracterizado pela divisão do trabalho e sua escala regional. E em um segundo momento, autores mais recentes ancorados em uma estrutura epistemológica de causa-consequência dos processos de industrialização e urbanização dentro do campo de estudo do Planejamento Urbano e Regional, como: Maria do Livramento, Luiz Cesar, Juciano Rodrigues, Neil Brenner, David Harvey e Lúcio Kowarick.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

Revisão Bibliográfica: Um procedimento inicial seria realizar uma extensa revisão bibliográfica sobre o tema, buscando fontes acadêmicas, livros, artigos, relatórios governamentais e outros materiais relevantes que abordem a integração regional, mobilidade urbana e desigualdades urbanas no contexto do Brasil. A revisão bibliográfica fornecerá uma base para o desenvolvimento da pesquisa e ajudará a entender o contexto histórico e teórico do tema.

Coleta de Dados Quantitativos: Para analisar as desigualdades urbanas e a dinâmica da mobilidade urbana, pode ser necessário coletar dados quantitativos relevantes. Isso pode incluir dados sobre indicadores socioeconômicos, infraestrutura urbana, distribuição geográfica da população e informações sobre a mobilidade e o transporte urbano. Fontes como institutos de pesquisa, órgãos governamentais e bases de dados oficiais podem ser utilizados para essa coleta.

Entrevistas e Pesquisas Qualitativas: Para compreender as perspectivas e experiências dos moradores das cidades e metrópoles em relação à mobilidade urbana e desigualdades, entrevistas e pesquisas qualitativas podem ser conduzidas. Essas metodologias permitem uma compreensão mais aprofundada das questões sociais e das necessidades dos cidadãos, contribuindo para o aprofundamento científico dos temas.

Análise de Políticas Públicas: Para entender como as políticas de integração regional, mobilidade urbana e reforma urbana têm sido trabalhadas ao longo do tempo, é importante realizar uma análise das políticas públicas relacionadas. Isso envolve examinar documentos governamentais, leis, programas e iniciativas que abordem essas questões.

Análise Comparativa: Pode ser relevante realizar uma análise comparativa entre diferentes cidades e regiões metropolitanas

brasileiras para identificar padrões e diferenças nas dinâmicas urbanas e suas consequências nas desigualdades sociais. Essa abordagem pode ajudar a identificar boas práticas e lições aprendidas em diferentes contextos.

Análise de Dados e Interpretação: Os dados coletados devem ser analisados usando técnicas estatísticas e métodos de interpretação adequados para responder às questões de pesquisa propostas. A análise dos dados deve ser embasada em teorias e relacionada aos objetivos da pesquisa.

15. Quais os resultados você já tem?:

A nível de resultados posso acrescentar alguns artigos que foram publicados em eventos e periódicos científicos, como: "O Ornitorrinco urbano: uma nova e velha ideia de cidades" publicada na revista Espaço Acadêmico, em 2022; "O ornitorrinco urbano: síntese dialética do espaço e da cidade" publicada em anais do X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, em 2021; e "O ornitorrinco urbano como forma de expressão do espaço e da cidade" publicada em anais da XV Jornada Científica de Administração Pública, em 2021. E em atualização "O legado de Francisco de Oliveira: Memórias, Ideias e Reflexões de uma trajetória" publicado pela Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, em 2023.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Considerando o material empírico e teórico utilizando enquanto projeto de tese, tem-se como novas perspectivas de pesquisa, explorar o tema da integração regional como resposta às discussões sobre desigualdades urbanas, tidas teoricamente. Adicionalmente incluiu-se como objeto de pesquisa o setor de transportes e mobilidade urbana, isso porquê irá nos ajudar a ilustrar as dinâmicas em jogo.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Levantamento bibliográfico e Fichamento de textos (2023.1 e 2023.2); Levantamento de dados quantitativos (2023.2); Elaboração do projeto parcipal e entrega ao orientador (setembro); Reformulação e revisão final (outubro).

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

BRENNER, N. Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2018.

CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FARIA, V. O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes. São Paulo: Estudos CEBRAP, 1976.

FARIA, V. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. [S.l.]: ABEP, 1979.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, 1991.

- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto (Centro Internacional Celso Furtado), 2009.
- HARVEY, D. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- KAGEYAMA, A. A. Rural e Ruralidade. In: KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- KOWARICK, L. A Espoliação Urbana. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- KUHN, T. A Estrutura das Revoluções Científicas. Brasil: Editora Perspectiva S/A, 1962.
- LAMAS, J. M. R. G. Morfologia urbana e desenho da cidade. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- LEFEBVRE, H. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, H. O Direito à Cidade. São Paulo: Nebli, 2016.
- MARINI, R. M. Subdesenvolvimento e revolução. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular (Coleção Pátria Grade), 2012.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação de capital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MEDEIROS, L. S. D. Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas. In: _____ Contemporânea. 1. ed. [S.l.]: [s.n.], v. 4, 2014. p. 117-142.
- OLIVEIRA, F. D. Crítica à razão dualista, O ornitorrinco. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- OLIVEIRA, F. D.; RIZEK, C. S. Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo. 1ª. ed. Rio de Janeiro: FASE - Solidariedade e Educação, 2013b.
- POLANYI, K. A grande transformação: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrabel. 2ª. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2020.
- R. KRAFTA, A. R. Morfologia urbana e revolução dos dados. Revista de Morfologia Urbana, 2020. ISSN 2182-7214.
- SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. 5, 2020.
- SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. Revista de Economia Política, v. 30, n. 3 (119), p. 511-531, 2010.

TROTSKY, L. Histoire de la Révolution Russe. Paris: Février, 1978.

VEIGA, J. E. D. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. In: _____ Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. 1. ed. [S.l.]: [s.n.], v. 3, 2006. p. 123-149.

ZAMPIERI, F. L. Atributos morfológicos configuracionais e copresença em loteamentos residenciais dispersos de cidades médias brasileiras. Revista de Morfologia Urbana, n. 6, p. 53-65, 2018.

Ana Célia Baía Araújo

araujo.acba@gmail.com

3. Orientador(a): Zoraide Pessoa

4. Nível: Doutorado

5. Ano de ingresso: 2023

6. Realizou alguma qualificação: Nenhuma das opções

7. Linha de Pesquisa: SOCIEDADE, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Projeto da Professora Zoraide Pessoa e colaboradores: “Gestão de riscos, vulnerabilidades socioambientais, sustentabilidade e capacidade adaptativa climática em cidades do semiárido do Nordeste (Edital MCTI/CNPq Chamada 23/2020 - Linha 1)” e da Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do RN (FAPERN), Edital FAPERN/CAPES nº 13/2021.

9. Sobre o que é sua pesquisa?

Temática: Desafios para cidades sustentáveis, desenvolvimento urbano-regional e percepção dos riscos climáticos no semiárido

Objeto: Percepção dos riscos climáticos

Hipóteses:

- 1- Em cidades mais desenvolvidas (com maior infraestrutura e economia mais desenvolvida) existe maior percepção dos riscos climáticos, enquanto essa percepção é prejudicada em cidades menos desenvolvidas.
- 2- As percepções institucionais em promover a adaptação aos riscos climáticos e mitigação aos efeitos das mudanças do clima é diretamente proporcional ao desenvolvimento urbano-regional dos territórios.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

Campo empírico: Semiárido, Municípios potiguares da UPH Seridó da BHPPA. O recorte temporal da pesquisa de 2010 até 2025, tendo em vista a atualização de alguns bancos de dados que serão utilizados (como o Censo Demográfico em curso) e que o tempo previsto para conclusão da tese vai até 2026.

11. Qual o problema de pesquisa?

As gestões municipais do semiárido ainda tem pouca percepção de como os riscos climáticos se configuram em suas localidades e, por isso, aspectos relacionados à adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças do clima prejudicam a adoção do modelo de cidades sustentáveis nessas localidades.

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Objetivo geral

Investigar como a percepção sobre os riscos climáticos é afetada pela infraestrutura urbana e pode se constituir em desafios para o modelo de cidades sustentáveis.

Objetivos específicos

- 1- Construir diagnóstico sobre políticas públicas de adaptação e mitigação climáticas na promoção do modelo de cidades sustentáveis
- 2- Avaliar a percepção da gestão pública sobre riscos climáticos e sua relação com desenvolvimento urbano-regional
- 3- Discutir os desafios da promoção de cidades sustentáveis no semiárido potiguar a partir dos resultados obtidos sobre percepção aos riscos climáticos e do desenvolvimento urbano-regional das localidades.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

Existem diversos autores que abordam as questões das mudanças climáticas, seus riscos e desastres, as questões das vulnerabilidades e suas interseções com a discussão sobre desenvolvimento dos territórios e sustentabilidade nas cidades. No Brasil, diversas políticas nacionais tem sido criadas, algumas mais específicas sobre o contexto do semiárido como a Política Estadual de Combate e Prevenção à Desertificação no Estado do Rio Grande do Norte, outras gerais como o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, o Política Nacional sobre Mudança do Clima e compromissos como a Agenda 2030/ODS, Nova Agenda Urbana e Acordo de Paris estão vigentes. A literatura tem evidenciado a urgência na adaptação e mitigação, tratando dos efeitos que já estamos vivenciando, oriundos da degradação ambiental causada pela ação antrópica.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise

Pesquisa quantitativa com uso de Software R, análise de dados a partir das técnicas estatísticas multivariadas: Análise de Componentes Principais (ACP) e Análise de correspondência. Revisão bibliográfica; Levantamento documental; Entrevistas semi-estruturadas e questionários (ainda em decisão abordagem qualitativa); indicadores socioambientais (coleta de dados de fontes como: Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), S2iD, Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), MapBiomas, Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com dados das pesquisas MUNIC e Censo Demográfico, Portal Brasileiro de Dados Abertos (Dados Gov) e Painel Unidades de Conservação Brasileiras, ambos do Governo Federal, e Sistema Estadual de Informações Ambientais (SEIA) do Idema).

15. Quais os resultados você já tem?:

Ainda não possuo pois ingressei este ano.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Estudar territórios vulneráveis e suas perspectivas ante às políticas públicas que tratam diretamente das questões socioambientais e climáticas, como a PNMA e as políticas relacionadas às mudanças do clima e prevenção a desastres. Um viés que aborda mais diretamente a gestão dos riscos climáticas pode ser enfatizada, acompanhando as mudanças de compreensão da atual gestão federal em promover ações de sustentabilidade, resiliência e adaptação às mudanças climáticas, e, conseqüentemente, à prevenção de desastres e gestão dos riscos.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Para 2023.2:

Disciplinas obrigatórias + estágio à docência: Ago-Dez

Levantamento bibliográfico e documental: Ago-Dez

Caracterização do campo empírico: Set-Out

Refinamento das decisões metodológicas: Ago-Dez

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

ALMEIDA, Lutiane Queiroz de. Riscos ambientais e vulnerabilidades nas cidades brasileiras:

Conceitos, metodologias e aplicações. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 215 p.

BELLINGIERI, J. C.; SOUZA, J. G. de; MIRANDA, C. de S. PERCEPÇÕES DO DESENVOLVIMENTO EM TRÊS MUNICÍPIOS PAULISTAS. Planejamento E Políticas Públicas, (51). 2021. Recuperado de [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/908](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/908)

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNM. Decreto nº 6.263, de 21 de novembro de 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC. Lei nº 12.608, de 10 de ABRIL DE 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima: 1º relatório de monitoramento e avaliação 2016 - 2017 / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de

Mudança do Clima e Florestas. – Brasília, DF: MMA, 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Diagnóstico de capacidades e necessidades municipais em proteção e defesa civil. Brasília, DF: SEDEC, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa->

civil/Versao_WEB__Projeto_Elos_Diagnostico_Municipal____Volume_Brasil.pdf . Acesso em: 19 out. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Construindo Cidades Resilientes 2030. 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/cidades-resilientes> . Acesso em: 16 out. 2022.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Formulação de Políticas. Brasília: Enap, 2018.

FIRMO, Clóvis Peixoto; ROCHA, Érica Tavares da Silva. DESASTRES AMBIENTAIS E A PERCEPÇÃO DE RISCOS NA CIDADE. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, p. 123-146, Rio de Janeiro, n.22, Jan.-jun. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/issue/view/2745/showToc> . Acesso em: 09 nov. 2022.

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Edited by C. B. Field et al. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, pp. 3–33, doi:10.1017/9781009325844.001 .

LOPES, Alberto. Políticas públicas para cidades sustentáveis: integração intersetorial, federativa e territorial. Rio de Janeiro: IBAM, p. 1-167, 2016.

MILHORANCE, Carolina; SABOURIN, Eric; MENDES, Priscylla. Adaptação às mudanças climáticas no Semiárido brasileiro: desafios de coordenação e implementação de políticas públicas. In: A ação pública de adaptação da agricultura à mudança climática no Nordeste semiárido brasileiro. Eric Sabourin et al. (orgs.). 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2021. 282 p.

Moreira, V. de S., Silveira, S. de F. R., Klein, T. C., Rosado, C. G. (2022). CAPACIDADES ESTATAIS E AS POLÍTICAS URBANAS:: A REALIDADE DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE/MG. Planejamento E Políticas Públicas, (60). <https://doi.org/10.38116/ppp60art3>

MYSZCZUK, Ana Paula; WANDSCHEER, Clarissa.. Políticas públicas para cidades sustentáveis. Constitucionalismo e meio ambiente. In: Tomo 5 - Sustentabilidade. CALGARO, Cleide; PILAU Sobrinho, Liton Lanes; CRUZ, Paulo Marcio (orgs.). Editora FI: Passo Fundo. 2021.

ONU - NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf . Acesso em: 20/06/2021.

RAMOS, Marília P. Métodos quantitativos e pesquisa em ciências sociais: lógica e utilidade do uso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais. Mediações, Londrina, v. 18 n. 1, p. 55-65, jan./jun. 2013.

RIO GRANDE DO NORTE - RN. Política Estadual de Combate e Prevenção à Desertificação no Estado do Rio Grande do Norte. LEI Nº 10.154, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2017.

RIO GRANDE DO NORTE. Política Estadual de Convivência com o Semiárido. LEI Nº 10.851, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

SIMIANO, Lucas Frates. Participação ativa cidadã na gestão de riscos de desastres no estado do Paraná: uma análise de percepção à luz da campanha “Construindo Cidades Resilientes”. 2019. 227 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

WU, X.; RAMESH, M.; HOWLETT, M. Policy capacity: a conceptual framework for understanding policy competences and capabilities. Policy and Society, v. 34, p. 165-171, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3CX6qax>.

Anailza Feitoza dos Santos Monteiro

anilzafeitoza@gmail.com

3. Orientador(a): Cláudio Roberto de Jesus

4. Nível: Doutorado

5. Ano de ingresso: 2020

6. Realizou alguma qualificação: Qualificação

7. Linha de Pesquisa: CIDADES E DINÂMICA URBANA

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Violência, Trabalho e Ilegalismos

9. Sobre o que é sua pesquisa?

Essa pesquisa aborda sobre a experiência de um comércio informal, sob os moldes da antiga mascateação, tendo como ponto de partida o município de Tenente Ananias/RN e se ramificando pelo Norte e Nordeste do Brasil; para tentar compreender a lógica das iniciativas locais de como se formou e se moldou a massa de trabalhadores no país, a partir da abolição da escravidão e no período da industrialização; as mudanças nos padrões de consumo e as consequências que esses fatos históricos trouxeram para o mercado de trabalho, qual seja, a informalidade. O objetivo é Investigar como se reproduz o circuito do comércio de crediário informal a partir do município de Tenente Ananias/RN pelos estados do Norte e Nordeste e quais são os laços econômicos e sociais que sustentam tal atividade. A pesquisa foi realizada através de entrevista roteirizada com questionário aplicado diretamente com as famílias de crediarias (mascates). Para tanto, com o intuito de verificar a reprodução da atividade foi examinado nas famílias, a origem, a motivação, a evolução, os circuitos, os laços de confiança, as redes, a reciprocidade e a reprodução da atividade de mascateação.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

Tenente Ananias/RN 2020-2023

11. Qual o problema de pesquisa?

Esse estudo buscará investigar como esse tipo de atividade tão antiga, nos moldes da mascateação se reproduz na região em larga escala? Porque, mesmo com o advento do varejo moderno, a atividade da mascateação persiste? Que condicionantes sociais associadas ao território orientam esta prática econômica? Este trabalho teve como motivação básica a tentativa de conhecer uma estrutura social de comércio crediaria, associada ao estudo de fenômenos territoriais desse mercado de trabalho informal, investigando como se reproduz o circuito do comércio de crediário Informal a partir do município de Tenente Ananias/RN pelos

estados do Norte e Nordeste, através dos seus atores principais chamados de crediáristas. Propõe-se uma estratégia de pesquisa que procurou reorientar o esforço acadêmico para o entendimento de problemas e a melhoria de condições sociais através da aproximação e do comprometimento dos pesquisadores com as comunidades pesquisadas.

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Investigar como se reproduz o circuito do comércio de crediário Informal a partir do município de Tenente Ananias/RN pelos estados do Norte e Nordeste e quais são os laços econômicos e sociais que sustentam tal atividade. A tese que se levanta é que o desenvolvimento do crediário de Tenente Ananias, objeto dessa pesquisa, é sujeito do processo de precarização do trabalho no país a partir dos anos 2000; e também como fruto da crise do capital nas cidades pequenas, com o objetivo de se inserir nesse mercado de consumo. Há no município uma romantização do trabalho do crediárista, que de forma precarizada e desumana, recruta jovens para fora do estado em busca de “enriquecimento”, deixando muitas vezes de concluir o ensino regular. Também há que se pontuar, que existe uma omissão por parte do Estado com o avanço desse mercado informal, talvez pela ótica neoliberal, ou simplesmente porque essas pessoas estariam tirando a responsabilidade do estado de criar postos de trabalho, já que essas pessoas estão “ocupadas”.

Por aqui há uma atração de riqueza rápida a partir das histórias de pioneiros que tiveram sucesso nessa empreitada, e assim, recruta-se novos entrantes atraídos por esse objetivo. Assim começa-se como vendedor, aprende as técnicas, junta um dinheiro para depois possivelmente ser dono do próprio negócio; os laços de proximidade entre os entrantes nesse mercado fazem com que esse circuito se reproduza no território.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

A literatura sobre o tema da informalidade no mercado de trabalho é vasta, porém especificamente com esse objeto de pesquisa dentro das condicionalidades a que estão expostos, não há discussão! Por este motivo, a pesquisa se torna ímpar no tocante da sua peculiaridade.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

A presente pesquisa é de caráter qualitativo e utilizou-se como abordagem teórica-metodológica o recurso da História Oral (HO), realizado através de entrevista.

15. Quais os resultados você já tem?:

Não possui resultados

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Os resultados poderão evidenciar as hipóteses de que o grupo estudado pertence a uma base social forte, reforçando o território como um lugar em que há construção local a partir da história, das relações sociais e da identidade, que pode existir algum vínculo de enraizamento social, através de “laços fortes” onde “a ação econômica é socialmente situada”. E suas ações podem estar imersas em sistemas concretos, contínuos, de relações sociais, ou seja, em redes sociais.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Julho de 2023: Coleta de dados

Agosto-Setembro de 2023: Pré- defesa

Janeiro de 2024: Defesa

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste: 1º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Abolição da escravidão em 1888 foi votada pela elite evitando a reforma agrária. Entrevista concedida a Amanda Rossi no jornal BBC Brasil. São Paulo, 13 maio 2018.

AZEVEDO, Beatriz R. Zago. Propostas teóricas para o estudo das ocupações ditas informais. Ensaios FEE, Porto Alegre, 1981. Ano 2, n. 1, p. 51- 74.

BASAGLIA, Claudete Camargo Pereira et al. Nuvem de Mascates: raízes que se rompem. 2002.

BASTANI, Tanus Jorge. Memórias de um mascate: o soldado errante da civilização. Rio de Janeiro: F. Briguiet, distribuidores, 1949.

BURNETT, Annahid. O debate sobre Dependência, Marginalidade e Informalidade: para uma perspectiva de abordagem sobre o fenômeno Sulanca. Em Debate, n. 9, p. 140-161, 2013.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção. Tese apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de doutor em economia. São Paulo - 1982. _____. Globalização e processo de informalidade. Revista Economia e Sociedade, Campinas, (v.14): 153-174, jun. 2000.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário-; tradução de Iraci D. Poleti.- Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. A questão Urbana; tradução Arlene Caetano- 6º ed. – São Paulo: paz e Terra, 2014.

CASTRO, Iná Elias de. O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. Natureza, Imaginário e a Reinvenção do Nordeste. 2001.

_____.MAGDALENO, Fabiano Soares. O imaginário da pobreza e a implantação industrial no Semiárido nordestino. Anuário do Instituto de Geociências, v. 19, p. 21-34, 1996.

- COSTA, Pedro Henrique Ferreira; GODOY, PRT de. O capitalismo contemporâneo e as mudanças no mundo do consumo. X Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, 2008.
- CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 89-107, 2000.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.
- DE SAES, Décio Azevedo Marques. Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo. Revista Novos Rumos, v. 52, n. 1, 2015.
- DE SOTO, H. Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987.
- DE SOUZA IGNÁCIO, Paulo César. Do modelo agrário-exportador ao capitalismo urbano-industrial: as políticas de formação da força de trabalho no âmbito da educação escolar no Brasil entre 1930 e 1945. Revista HISTEDBR On-Line, 2010, 10.38e: 131-153.
- DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. Caderno Crh, v. 24, p. 37-57, 2011.
- ENDLICH, Ângela Maria. Pensando os papéis e significados das pequenas cidades. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- EARP, Fábio Sá et al. Crédito e cartões: os ambulantes judeus no Rio de Janeiro. História econômica e história de empresas. Rio de, v. 2, 2003.
- FILHO, Walter Fraga. Pós-abolição: o dia seguinte. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (Org.). Dicionário da escravidão e liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 352.
- FUKELMAN, Clarisse; LIMA, Patrícia Souza. Artes de sobrevivência em ofícios ambulantes. Museu de artes & ofícios, Belo Horizonte, p. 1-49, 2003.
- FREITAS, Eduardo de. "Industrialização do Brasil"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/industrializacao-do-brasil.htm>. Acesso em 13 de outubro de 2020.
- FREYRE, Gilberto, 1900-1987. Nordeste: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. -7. ed. ver- São Paulo: Global, 2004.
- GOMES, G. M. Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do Semi-árido e dos Cerrados nordestinos. Brasília, DF: IPEA, 2001. 294 p. il.
- GOULART, José Alípio. O mascate no Brasil., Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1967. (Coleção Terra dos Papagaios).
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa: 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002 .
- GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. RAE-eletrônica, v. 6, n. 1, 2007.
- _____. "Economic action and social structure: the problem of embeddedness". (1985) American Journal of Sociology, 91:481
- HEIDEMANN, Heinz Dieter; TOLEDO, Carlos de Almeida; BOECHAT, Cássio Arruda. O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica. estudos avançados, v. 28, n. 81, p. 55-67, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – infográficos cidades@: Tenente Ananias – RN. 2009. disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades>>. Acesso em: 19 de Dezembro de 2021.

_____.Semiárido Brasileiro. Disponível em< <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-dterritorio/estrutura-territorial/15974-semiarido-brasileiro.html?=&t=o-que-e>>

LAKATOS, E.M; MARCONI M. de Andrade: Metodologia do trabalho científico. 7 ed.- São Paulo: Atlas, 2010.

LISBOA, Armando de Melo. A crítica de Karl Polanyi à utopia do mercado. 2000.

MELLO, João Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Editora Unesp;Campinas, SP: Facamp, 2009.

MATIAS, Átila. "Economia do Brasil"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/economia-brasil.htm>. Acesso em 30 de março de 2022.

MATTOS, Marcelo Badaró (2007). Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual In: Revista Em Pauta, Número 20, Rio de Janeiro.

MATSUO, Myrian Affonso. Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MORAES, Carolina. Mercado de trabalho informal feminino: revenda de cosméticos, no Município de Florianópolis-SC. Monografia submetida ao departamento de economia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2008.

MONTEIRO. Anailza Feitoza dos Santos. Atividade crediária informal: Uma análise no município de Tenente Ananias-RN. Pau dos Ferros, 2015. 109 f. Monografia (Especialização em Políticas Públicas e Desenvolvimento) – Curso de Economia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

OLIVEIRA, Maria Michelle. Informalidade e renda: Um estudo sobre o mercado atacadista informal de Tenente Ananias/RN, nos anos 2000. Pau dos Ferros, 2010. 83 f. Monografia (Graduação em Economia) Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista: O ornitorrinco. 1ª ed.- São Paulo: Boitempo, 2003.

_____.Elegia Para Uma Religião: SUDENE, Nordeste. Planejamento E Conflito De Classes. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____.A economia brasileira: crítica à razão dualista. Estudos CEBRAP, v. 2, São Paulo: Editora Brasileira de Ciências. 1972.

PAMPLONA, João Batista. “Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil”, São Paulo, 2000a, Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PERICO, R. E. Identidade e território no Brasil. Brasília: Instituto interamericano de cooperação para a agricultura. 2009.

PINTO, Regina. As consequências na economia do município de Tenente Ananias-RN provocadas pela decadência da exploração do minério. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) -Universidade do Estado do Rio Grande do

Norte, Pau dos Ferros, 2000.

POLANYI, Karl; A grande transformação: as origens da nossa época/ tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.

RAUD-MATTEDI, Cécile. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 57, p. 127-142, 2005.

_____. Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. (2005) Revista Política e Sociedade. n6. p. 59-82.

SABOIA, J.; SABOIA, A. L. (2004). Caracterização do Setor Informal a partir dos Dados do Censo Demográfico do Brasil de 2000. In: Política Geral de Emprego: Necessidades, Opções, Prioridades, Brasília. Trabalho Decente. Brasília : OIT, 2004. v. 1.

SANTOS, Milton. O espaço dividido: Os dois Circuitos da economia Urbana dos países subdesenvolvidos; tradução Myrna T. Rego – 2. Ed., 2.reimpr- São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2018.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção .4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editor da Universidade de São Paulo, 2006.

SARMENTO, Ana Maria. SOUSA, Lidia Dely Alves de. Atividade mineradora de água-marinha em Tenente Ananias/RN. Revista Sociedade e Território, Natal, v. 21, nº 1 – 2 (Edição Especial), p. 15 -30, jan./dez. 2009.

SILVA, Júlio César Lázaro da. "Resumo Histórico-Econômico do Brasil: o fim do colonialismo e o capitalismo tardio"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/resumo-historico-economico-brasil-fim-colonialismo-capitalismo.htm>. Acesso em 30 de março de 2022.

SILVA, P. C. G. da;. Caracterização do Semiárido brasileiro: fatores naturais e humanos. In Semiárido brasileiro: pesquisa, desenvolvimento e inovação. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2010

SILVA, Flávio José Rocha da. Grandes obras no Nordeste: o caso do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. Contemporânea, v. 8, n. 2, p. 607-634, 2018.

TOZONI-REIS, M. F. C. . O capitalismo no Brasil. In: Pró-Reitoria de Graduação. (Org.). Caderno de Formação: formação de professores, educação, cultura e desenvolvimento. 1ed.São paulo: Cultura Acadêmica, 2010, v. 3, p. 12-29.

THEODORO, Mário. A questão do desenvolvimento: uma releitura. In: RAMALHO, Jether; ARROCHELLAS, Maria H. Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil. São Paulo: Cortez, 2004. p.15-44.

VERGARA, S.C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo 9ª Ed. Atlas, 2007.

WORLD HEALTH ASSOCIATION. Division of Mental Health. Qualitative Research for Health Programmes. Geneva: WHA, 1994.

ZAOUAL, Hassan. Globalização e diversidade cultural. Cortez: São Paulo, 2003.

_____. Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global. Tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Gerald a França: COPPE/UFRJ, 2006.

Antonio Lucas Filho

lucasfilho@ufersa.edu.br

3. Orientador(a): FABIO FONSECA FIGUEIREDO

4. Nível: Doutorado

5. Ano de ingresso: 2021

6. Realizou alguma qualificação: Qualificação

7. Linha de Pesquisa: SOCIEDADE, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Socioeconomia do Meio Ambiente e Política Ambiental

9. Sobre o que é sua pesquisa?

Intitulado Resíduos Sólidos no Semiárido Nordeste: panorama da gestão municipal; a história dos resíduos sólidos está intimamente ligada ao processo civilizatório humano, quando houve transição do estilo de vida nômade para a fixação de indivíduos em determinados territórios, resultando, assim, na convivência dos seres humanos com o lixo que geravam (EIGENHEER, 2009).

Ao longo dos séculos, as cidades se desenvolveram e algumas delas criaram políticas sanitárias. Mas, para muitas outras, ações voltadas à questão dos resíduos sólidos começaram somente quando estes se tornaram um problema sanitário, apresentando perigo à sociedade. Neste sentido, vale destacar que até a Revolução Industrial não se dava a devida importância às condições sanitárias da sociedade (WILSON, 2007; WORRELL e VESILIND, 2012).

Isto posto, Philippi Júnior (2004) destaca que geração de resíduos sólidos está diretamente relacionada ao modo de vida, crescimento populacional e padrões de consumo. Sua capacidade de transformação em larga escala, devido ao alto poder de contaminação, faz desse material um dos potenciais problemas da sociedade moderna.

Sawyer (2001) aponta o descarte de resíduos como sendo um dos exemplos dos impactos ambientais que ameaçam a sustentabilidade global na categoria poluição, que juntamente com emissões e congestionamentos, representam o reflexo do desenvolvimento sobre o meio ambiente.

É neste cenário de avanços econômicos e tecnológicos, e, sobretudo do aumento nos níveis de consumo, que o Brasil realiza movimento para a regularização da gestão de resíduos. Assim em 02 de agosto de 2010 é sancionada a lei 12.305/2010 instituído a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecendo assim o marco regulatório brasileiro.

Para a gestão de resíduos sólidos, muitos são os desafios e provações em relação a sua capacidade metodológica, eficiência técnica e sustentabilidade financeira, uma vez que existem resistências por parte dos agentes sociais e institucionais envolvidos, tendo em vista a necessidade de mudanças e adaptações em rotinas, infraestruturas e hábitos, além dos custos envolvidos e da

heterogeneidade do espaço geográfico e do público para onde e para quem se desenvolvem as ações correlacionadas à coleta, transporte, triagem, tratamento, e destinação final (ABREU, 2018).

De fato, o cenário é desafiador em todos os contextos, especialmente em territórios mais fragilizados, como na região Nordeste e, mais precisamente, em seu Semiárido, incorrendo em uma amplificação do problema. Com receitas oriundas, quase que em sua totalidade, de fontes externas, os municípios, em sua maioria, vivem uma dependência das esferas estaduais e federais. Assim, em face dos índices de desenvolvimento regional, fica evidente o baixo nível de prioridade e investimento realizado no desenvolvimento da região.

Desta forma, após 13 anos da formalização do marco regulatório para a gestão de resíduos através da lei 12.305, a partir da similaridade do contexto local, a partir da avaliação político-administrativa, do desenvolvimento socioeconômico bem como estruturante, questiona-se: como está ocorrendo a gestão de resíduos sólidos em municípios do semiárido nordestino?

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

"O contexto apresentado pelo marco regulatório brasileiro vem, nos últimos anos, fomentando o desenvolvimento de mecanismos e ferramentas para que as regiões e estados possam superar as dificuldades operacionais dos serviços e da gestão dos resíduos sólidos no país, baseado na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n.º 12.305/2010).

A região semiárida do Nordeste contempla os nove estados da região, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Piauí, Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Paraíba. Assim, tomando por base estudos anteriores já realizados em municípios do estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente no município de Caraúbas, e como forma de ampliar, comparar e identificar pontos fortes e frágeis, a partir dos resultados encontrados, sob o olhar de analisar a gestão de resíduos sólidos na região do Semiárido Nordestino, definiu-se pela escolha de um município em cada estado fronteiro ao Rio Grande do Norte, neste caso, os Estado do Ceará e Paraíba.

A definição dos municípios teve como escopo identificar cenários de similaridades tendo por referência o município de Caraúbas/RN. Como parâmetro inicial e mais ampla buscou-se a localização territorial, posteriormente o filtro populacional, a realidade local junto ao ministério do meio ambiente através das informações prestadas e disponibilizadas pelo Sistema Nacional de Informações Sobre Gestão dos Resíduos Sólidos –SINIR. E por fim, buscou-se outros indicadores que influenciam direta ou indiretamente na dinâmica da população para a geração de resíduos, como esgotamento sanitário adequado, e faixa de salário médio mensal.

Neste sentido, após avaliação de cenários e indicadores e a identificação de contextos de similaridades que intervêm direta e indiretamente na relação com a geração e gestão de resíduos sólidos nos municípios, determinou-se pela representação através dos seguintes municípios: Caraúbas – RN, Itapiúna – CE e Alagoa Nova – PB. "

11. Qual o problema de pesquisa?

Com aproximadamente 25% da geração de resíduos sólidos produzidos no país o Nordeste brasileiro tem aumentado ano após ano a geração de resíduos, entretanto a região ainda apresenta uma das menores taxas de cobertura de coleta entre as regiões. E ainda apresenta números alarmantes acerca da disposição final inadequada de resíduos com mais de 62%, ficando atrás apenas da região Norte com aproximadamente 63% (ABRELPE, 2022).

O Nordeste brasileiro detém 18,27 % do território brasileiro, possuindo uma área de 1.561.177,8 km²; destes 962.857,3 km² estão inseridos no denominado Polígono das Secas, na região semiárida do país (Araújo, 2011).

No tocante ao Semiárido Brasileiro, este se estende pelos nove estados da região Nordeste e também pelo norte de Minas Gerais. No total, ocupa 12% do território nacional e abriga cerca de 28 milhões de habitantes divididos entre zonas urbanas (62%) e rurais (38%), sendo portanto um dos semiáridos mais povoados do mundo. Trata-se de uma região rica sob vários aspectos: social, cultural, ambiental e econômico (INSA, 2022).

Marcada pela variabilidade espaço-temporal nas precipitações pluviométricas, o Semiárido brasileiro sempre foi associado aos baixos totais anuais sobre a região, resultado da frequente ocorrência de dias sem chuva, ou seja, veranicos, e conseqüentemente, em eventos de “seca”. Para a Embrapa (2011) o Semiárido Brasileiro sempre foi acometido de grandes eventos extremos de secas. Neste sentido, ao realizar a interrelação entre o as dificuldades já conhecidas e enfrentadas pela região Nordeste, bem como as características descritas sobre a região semiárida, identificam-se um cenário de grandes dificuldades ambientais e sociais, conjuntura onde se faz de extrema necessidade a elaboração de políticas públicas voltadas para as necessidades e particularidades do território.

Além das dificuldades, os municípios da área avaliada compartilham da interação entre as diversas instâncias: ambientais, sociais, culturais, econômicas ou políticas institucionais. Em um contexto histórico similar, os municípios foram alicerces da expansão de famílias da região, geralmente empenhadas nas atividades da agricultura e pecuária rudimentar, bases da economia dos municípios até os dias atuais. Reflexo dessa herança histórica é bastante evidenciado pela ínfima formalização nas atividades econômicas desenvolvidas na região, que chega a um percentual médio de apenas 8,81% de pessoas formalmente ocupadas nos municípios, perdurando, assim, a cultura da informalidade (IBGE 2011/2017).

Apesar de apresentar características econômicas basilares, calcadas nas atividades da agricultura e pecuária, a região apresenta um amplo dinamismo econômico, com espaço para a apicultura, indústria de calcário, fruticultura irrigada, além do desenvolvimento das atividades voltadas para a mineração e extração do petróleo (EMBRAPA, 2011).

Apesar de promover o dinamismo econômico na região, estes setores produtivos podem potencializar a geração de resíduos sólidos, pois acabam sendo somados aos resíduos sólidos urbanos e da limpeza pública, bem como aos gerados a partir de atividades comerciais e industriais. Sanches (2006) afirma que se deve definir uma política para a gestão e o gerenciamento de resíduos, a qual assegure a melhoria continuada do nível de qualidade de vida, promovendo ações práticas recomendadas para a saúde pública

e protegendo o meio ambiente.

Com isso, é primordial entender o modelo de gestão de resíduos desenvolvidos nos municípios distribuídos pela região semiárida nordestina, a fim de avaliar o cumprimento da legislação em vigor, sobretudo da PNRS, bem como o modelo de destinação final praticado, se ocorre a incidência de danos e impactos ambientais, e se necessário discernir lacunas no modelo atualmente desenvolvido, bem como recomendar aprimoramentos na gestão praticada em cada um dos municípios estudados.

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Objetivo geral

Analisar a gestão dos resíduos sólidos em municípios do Semiárido Nordeste.

Objetivos específicos

Realizar diagnóstico da gestão municipal de resíduos sólidos em municípios do Semiárido Nordeste;

Identificar o modelo de destinação final, características e conformidade.

Conhecer e qualificar impactos ambientais decorrentes do modelo de destino final dos resíduos sólidos nos municípios;

Estruturar e propor ações de gestão de resíduos sólidos para cada município estudado;

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

Temática relevante e com ampla discussão no momento atual, a geração de resíduos sólidos está diretamente correlacionada ao modo de vida, crescimento populacional e padrões de consumo. (PHILIPPI JÚNIOR, 2004).

Componente integrante da vida humana, ao avançar dos anos com o crescimento populacional, formação das aglomerações, e mudanças no estilo de vida, os resíduos sólidos passaram a ser um problema a ser enfrentado nas cidades e na vida dos seres humanos.

A definição de resíduos sólidos pode ser conceituada por aspectos e visões diferentes. Dessa forma, como meio de ampliar o panorama do entendimento acerca da temática, buscamos entendê-la a partir dos conceitos: acadêmico, jurídico e técnico.

Segundo Pichtel (2005), resíduo sólido pode ser definido como um material sólido com valores econômicos negativos, que tornam o descarte mais barato do que seu uso. Por sua vez, ao definir “resíduos sólidos”, o Dictionary of Water and Waste Management (SMITH e SCOTT, 2005) inclui, nesse tópico, os resíduos comerciais, resíduos de construção e demolição, resíduos domésticos, resíduos de jardim, resíduos industriais e etc.

Já a PNRS define resíduos como:

[...] material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010).

Para Sisino (2002), os resíduos sólidos urbanos devem ser compreendidos como um problema de saúde pública e as consequências de seu manejo e disposição final inadequados acabam se refletindo, direta e indiretamente, na saúde da população.

Para Amorin (1996), uma das grandes preocupações da humanidade, em termos ambientais, é a crescente geração de resíduos sólidos urbanos (RSU), consequência do aumento populacional, da rápida industrialização e do crescimento do consumo, o que evidencia o modelo de desenvolvimento e o padrão de consumo e estilo de vida contemporânea disseminada pelo capital.

Dessa forma, enxerga-se no gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos um meio para proteger a saúde da população, promover a qualidade ambiental, desenvolver a sustentabilidade e fornecer suporte para a produtividade econômica (KARAK et al. 2012). Campos (2012) relata que conhecer as características da geração dos RSU é o ponto de partida fundamental, porque auxilia no cumprimento da legislação e no próprio manejo e planejamento das ações de coleta, tratamento e disposição final.

Alm (2015) acredita que essas informações são essenciais, pois a gestão dos resíduos sólidos, como parte da infraestrutura municipal, exige planejamento, manutenção, recursos e operação, e tratar esse tema com descaso contraria as tendências dos países desenvolvidos. Sendo assim, países em desenvolvimento, como o Brasil, precisam investir no crescimento científico, teórico e prático na gestão dos resíduos sólidos, permitindo a criação de estratégias participativas, contextualizadas e adaptativas, que permitam um progresso real para a fortificação da infraestrutura do país (MARSHALL e FARAHBAKHS, 2013).

Ressalta-se ainda que disposto de forma inadequada no meio, os resíduos sólidos podem contar com a presença de metais pesados em sua composição. Elementos como: mercúrio, cádmio, níquel e cromo, são particularmente importantes, pois, quando estes se encontram em solução, tendem a se acumular na cadeia alimentar, representando uma propagação contínua desses elementos nos seres vivos (PUNA e BAPTISTA, 2008).

Assim, dada à sua relevância, os resíduos sólidos urbanos (RSU) ganham cada vez mais espaço como objeto de pesquisa, podendo-se identificar a disseminação de estudos locais sobre a problemática, e sua relevância como instrumento de políticas públicas, seus impactos socioambientais e adequações aos instrumentos jurídicos são discutidos por diversos autores, como: Cezar et al. (2015), Nascimento et al. (2015), Rizzon et al. (2015), Souza (2015), Gomes et al. (2015), Vilela e Piesanti (2015), Garcia et al. (2015), Marchi e Maria (2015), Soares et al. (2016), Lemos et al. (2016), Mannarino et al. (2016), Santos (2016), Rocha e Azevedo (2016), Gonçalves et al. (2016), Mannarino (2016), Teodósiol (2016), Soares et al. (2017), Sofa e Lopes (2017), Colvero (2017), Costa, e Pugliesi (2017), Dai Prá (2018), Pereira et al. (2018), Silva et al. (2018), Oliveira e Júnior (2018) e Diniz e Abreu (2018).

O panorama nacional da Abrelpe revela que, embora muitos municípios ainda precisem resolver problemas básicos na gestão desse

tipo de resíduo (como aumento na abrangência e eficiência da coleta, adequação do local de disposição final e implantação de sistemas de coleta seletiva), algumas cidades, sobretudo as de grande porte, com maior disponibilidade de recursos financeiros e tecnológicos, já se encontram em situação mais estruturada nessa área e que começam a buscar tecnologias mais avançadas de tratamento de resíduos (ABRELPE, 2022).

A gestão dos resíduos sólidos no Brasil ainda é um campo que enfrenta dificuldades, quer seja pela falta de interesse de muitos governantes ou pela falta de consciência ambiental da sociedade. A PNRS trouxe à luz uma série de mecanismos que tendem a diminuir o impacto dos resíduos no meio ambiente e a criar oportunidade de trabalho para milhares de pessoas. Porém, mesmo diante do tempo considerável de implementação, não se pode avaliar resultados expressivos sobre quais são os impactos dessa política e se, efetivamente, a situação está sendo amenizada, dadas as medidas de postergação de prazo para as adequações dos municípios.

Desta forma, a criação de estratégias participativas, contextualizadas e adaptativas, que permitam um progresso real para a fortificação da infraestrutura do país, exige planejamento, manutenção, recursos e operação da gestão de resíduos sólidos. Assim, o investimento no âmbito científico, teórico e prático na gestão desses resíduos é essencial para o desenvolvimento, crescimento e, principalmente, para a solidificação de sua infraestrutura.

Por esta razão, é de suma importância a realização de estudos que promovam análises, inclusive de cunho teórico, sobre as possibilidades de articulação de políticas públicas para a gestão de resíduos sólidos urbanos, sobre as perspectivas interpretativas, críticas e humanistas, ultrapassando as barreiras do funcionalismo, e ressaltando as tecnologias utilizadas e as experiências negativas, para ampliar a reflexão de medidas no país, tendo em vista as enormes desigualdades regionais e as dificuldades para implementação de um modelo que se adeque a singularidades locais.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

A pesquisa foi classificada quanto aos seus objetivos, conforme Gil (2019), em: exploratória, a qual tem como função desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, pelo que proporciona uma visão geral do fato; descritiva, que tem a finalidade de descrever as características de determinada população ou fenômeno e/ou o estabelecimento de relação entre variáveis; e explicativa, que tem como propósito identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos.

O trabalho está estruturado em: pesquisa bibliográfica, que oferece ao pesquisador uma gama de fenômenos muito mais ampla em relação àquela que poderia ter acesso diretamente (Gil, 2019); pesquisa documental, que se refere à coleta de informações secundárias e sem tratamento analítico; estudo de caso, que se caracteriza por sustentar pesquisas profundas, com um ou poucos objetos, adquirindo conhecimento amplo e detalhado; e de campo, que consiste em dados primários (GIL, 2019). Desta forma, busca-se realizar um estudo de caso sobre os modelos de GRS adotados em municípios do Semiárido Nordeste, já que Yin (2005) delimita essa abordagem como forma de compreensão, em que se investiga um fenômeno atual e específico.

Ao delimitar a abordagem temática do estudo, definiu-se a forma de condução, realizada pelo método de abordagem indutivo, fundamentado na experiência e na observação que leva a algo novo e fenomenológico, com descrição direta da experiência tal como ela é, sem nenhuma consideração acerca de sua gênese e das explicações causais que os especialistas podem dar (GIL, 2019).

A viabilização deste estudo se dar-se-á a partir de meios técnicos que, segundo Lakatos e Marconi (2017), garantem a objetividade no estudo. Para tanto, os seguintes métodos foram utilizados: monográfico, que visa investigar qualquer caso que se estude em profundidade e que pode ser considerado representativo; participativo, que consiste em investigar a inter-relação dos cenários e sujeitos; observacional, que possibilita o mais alto grau de precisão através da observação de algo que acontece ou já aconteceu; e comparativo, que realiza comparações com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências.

A partir da análise dos modelos de gestão desenvolvidos e da destinação final adotada em municípios do Semiárido Nordeste, será possível caracterizar a gestão dos resíduos sólidos, método da destinação final e identificar os impactos ambientais provenientes das gestões empregadas nos municípios, comparando-as entre si e com o modelo de referência.

Para expor os resultados da GRS nos municípios, o estudo adotou as formas de avaliação qualitativa e quantitativa (CRESWELL, 2010; GOEBERT, 2003).

Com a finalidade de responder as perguntas da pesquisa e atingir os objetivos propostos, definiu-se como procedimentos metodológicos as seguintes etapas da Pesquisa: I) definição da temática de estudo; II) levantamento teórico da temática; III) definição da área de estudo; IV) definição dos instrumentos de pesquisa; V) cadastro no comitê de ética em pesquisa – CEP; VI) obtenção dos dados em campo; VII) organização dos dados; VIII) tratamento dos dados, IX) análise dos dados; e X) encerramento do projeto.

Etapa I – Definição da temática de estudo

A definição da temática se deu a partir da observação da relevância dos problemas ambientais, originados pelo descarte e acúmulo de resíduos sólidos em locais inadequados, muitas vezes ocasionados por entraves nos sistemas de gerenciamento local.

Etapa II – Levantamento teórico da temática

O levantamento bibliográfico buscou compreender o objeto de estudo, a partir de pesquisas de autores que contribuíssem com os temas elencados nos objetivos. Nessa etapa, serão realizadas pesquisas de cunho teórico-conceitual no tocante à gestão de resíduos sólidos em municípios do Semiárido Nordeste.

Etapa III – Definição da área de estudo

A área de estudo foi definida a partir da definição territorial da região semiárida nordestina. A escolha dos municípios representantes de cada estado teve como fator definidor além da inter-relação contextual entre os municípios do bloco, a dimensão populacional, mas também indicadores com relação na produção e gestão de resíduos.

Etapa IV – Definição dos instrumentos de pesquisa

Para realizar diagnóstico da gestão de resíduos sólidos dos municípios, ocorrerá a um survey, com a aplicação de questionário para a obtenção de informações dos órgãos gestores. Já para determinar os impactos ambientais do destino final de resíduos sólidos dos municípios, será realizada visita de campo e mapeamento por satélite a fim de definir limites e extensões dos locais de destinação final. Posteriormente, foi feita uma Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) através do preenchimento da matriz de interação, técnica bidimensional que relaciona ações com fatores ambientais.

Diante da análise dos problemas identificados e na busca por soluções para estes, será desenvolvida uma matriz de gestão ambiental para os resíduos sólidos, de maneira a assinalar adequações necessárias à congratulação legal.

Etapa V – Cadastro no Comitê de Ética em Pesquisa – CEP

Após definição do tema, da área a ser pesquisada e dos instrumentos a serem utilizados, verificou-se a necessidade de submissão da pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP. Desta forma serão cadastrados e encaminhados os documentos necessários à aprovação da pesquisa.

Etapa VI – Obtenção dos dados em campo

a) Poder público local

A etapa abordará duas linhas de investigação. Inicialmente ocorrerá uma visita in loco com abordagem exploratória, de forma a conhecer o ambiente de estudo. Posteriormente, ocorreram visitas aos órgãos gestores e aos setores envolvidos com a gestão de resíduos sólidos em cada município.

Em seguida, ocorrerá o survey, com a aplicação de questionário para a obtenção de informações dos órgãos gestores.

b) Visita de campo no destino final dos resíduos sólidos

Nesta etapa serão realizadas as visitas de campo nos locais de disposição final dos resíduos sólidos de cada município. Mapeamento das áreas, perímetros, altimetria e perfil dos locais de descarte de resíduos sólidos de cada município, bem como a existência e distância com residências próximas, identificadas via Google Earth Pro.

Para a verificação das possíveis alterações causadas ao meio ambiente, será realizada uma Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) através da Matriz de Interação (Leopold) técnica bidimensional que relaciona ações com fatores ambientais.

c) Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Esta etapa será desenvolvida apenas após a conclusão e análise dos resultados de todas as etapas anteriores, pois, em virtude da abordagem multimetodológica, os resultados das demais etapas refletiram os problemas, os impactos e consequências ambientais na gestão dos resíduos sólidos dos municípios estudados.

Desta forma, a matriz de gestão para os resíduos sólidos terá como escopo a definição de medidas e ferramentas a serem adotadas por cada modelo de gestão, no intuito de solucionar/mitigar a problemática dos resíduos sólidos.

Para as etapas: VII – Organização dos dados; Etapa VIII – Tratamento dos dados; e Etapa IX – Análise dos dados; estas seguiram os métodos de organização, tratamento e análise dos dados conforme distribuição descrita na etapa VI.

Etapa X – Encerramento do projeto

Ao final, a pesquisa assumirá o modelo de tese defendida para a obtenção do título de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e – PPUER, pertencente à Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Além disso, subsidiará relatórios encaminhados aos projetos de pesquisas pertencentes a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA.

Posteriormente, os resultados da pesquisa serão separados em 03 volumes, sendo 01 para cada município estudado. Cada volume contemplará todas as informações sobre o município, as lacunas encontradas e as sugestões com métodos e estratégias para a solução/mitigação dos problemas.

Cada volume será entregue nos municípios, pelo pesquisador, como forma de contribuição direta da pesquisa para a efetivação da PNRS na esfera municipal, que se materializada pelo ente federado refletirá diretamente na melhoria do dia-a-dia da população.

15. Quais os resultados você já tem?:

Não possuo resultados

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Não possuo resultados

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Revisão Sistemática a literatura: 07,08/23

Pesquisa Documental (dados secundários): 07,08/23

Envio para avaliação do Comitê de Ética, e possíveis correções: 08,09,10/23

Visita as instituições (Municípios) pesquisa de campo: 11/23

Compilação dos resultados e análises comparativa das instituições: 11,12/23

Análises comparativas entre os municípios: 01,02/24

Formulação de propostas de gestão de resíduos municipais: 02,03/24

Escrita dos resultados: 04,05,06,07/24

Exame de qualificação pré-defesa: 08/24

Correções, conclusão e defesa: 09,10,11/24

Escrita de artigos e publicações de trabalhos científicos: 11,12/24

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

"ALM, J. Financing urban infrastructure: knowns, unknowns, and a way forward. *Journal of Economic Surveys*, v. 29, n. 2, p. 230-262, 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/joes.12045>. Acesso em: 8 jun. 2022.

AMORIN, V. P. Resíduos sólidos urbanos: o problema e a solução. Brasília: Roteiro Editorial LTDA, 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil. São Paulo: ABRELPE, 2022. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/panorama/>. Acesso em: 5 mar. 2023.

BARBOSA FILHO, W. G. Plano de gerenciamento de resíduos sólidos do município de Mamanguape - PB: paradigmas da gestão ambiental local. *Revista Geográfica Acadêmica*, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 82-93, 2014. Disponível em: <https://doaj.org/article/646914187a3d4d05be6e8d521003058b?frbrVersion=2>. Acesso em: 16 jul. 2022.

BIDONE, F. R. A.; POVINELLI, J. Conceitos básicos de resíduos sólidos. [S.l.: s.n.], 1999.

BRASIL. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos [...]. Brasília, DF: Presidência da República. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, 23 dez 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm. Acesso em: 17 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, 3 ago 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 17 jun. 2022.

CAMPOS, H. Renda e evolução da geração per capita de resíduos sólidos no Brasil. *Engenharia Sanitária e Ambiental*, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 171-180, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-41522012000200006. Acesso em: 17 maio 2022.

CIDADES. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4238002/mod_resource/content/1/Creswell.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

EIGENHEER, Emílio. Lixo, vanitas e morte: considerações de um observador de resíduos. Niterói: UFF, 2009.

FORANTTINI, O. Aspectos Epidemiológicos Ligados ao Lixo. In: Resíduos sólidos e limpeza urbana. São Paulo: USP/OMS/OPS, 1979.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2019.

GOEBERT, B. O. O consumidor e os focus groups. São Paulo: HSM Management, n. 37, p. 60-63, 2003.

INSA. Instituto Nacional do Semiárido. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br>. Acesso em: 02 mar 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Atlas de Saneamento 2011. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Geociências, 2011. 268 p. Disponível em: <http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/atlas-de-saneamento-2011.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

KARAK, T.; BHAGAT, R. M.; BHATTACHARYYA, P. Municipal solid waste generation, composition, and management: The world scenario. *Critical Reviews in Environmental Science and Technology*, [S.l.], v. 42, n. 15, p. 1509–1630, ago. 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10643389.2011.569871>. Acesso em: 14 mar. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2017.

MARSHALL, R. E.; FARAHBAKHS, K. Systems approaches to integrated solid waste management in developing countries. *Waste Management*, v. 33, n. 4, p. 988-1003, 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0956053X13000032>. Acesso em: 26 jul. 2022.

PHILIPPI JÚNIOR. Política e gestão ambiental. In: Curso de gestão ambiental. [S.l.: s.n.], 2004.

SAWYER, D. Consumption Patterns and Environmental Impacts in a Global Socioecosystemic Perspective. In: Hogan, D. J.; Tolmasquim, M. T. (org.). *Human Dimensions of Global Environmental Change: Brazilian perspectives*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2001.

SEADON, J. K. Gestão integrada de resíduos: olhando para além do horizonte de resíduos sólidos. *Gerenciamento de Resíduos*, v. 26, n. 12, p. 1327-1336, 2006.

SISINNO, C. L. S. Destino dos resíduos sólidos urbanos e industriais no estado do Rio de Janeiro: avaliação da toxicidade dos resíduos e suas implicações para o ambiente e para a saúde humana. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 2002.

SMITH, P. G.; SCOTT, J. S. *Dictionary of water and waste management*. 2. ed. Amsterdam: Elsevier, 2005.

WILSON, D. C. Development drivers for waste management. *Waste Management & Research*, v. 25, n. 3, p. 198-207, 2007. Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/David_Wilson59/publication/6226122_Development_drivers_for_waste_management/links/0f31753a02a09d5af7000000/Development-drivers-for-waste-management.pdf. Acesso em: 16 fev. 2023.

WORRELL, W. A.; VESILIND, P. A. *Engenharia de Resíduos Sólidos*. 2. ed. Stamford: Cengage Learning, 2012.

YIN, R. K. *Estudo de caso: Planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005."

Bárbara Bruna Araújo Bezerra

barbaraaraujobezerra@gmail.com

3. Orientador(a): Cláudio Roberto de Jesus e Rodrigo Figueiredo Suassuna

4. Nível: Doutorado

5. Ano de ingresso: 2022

6. Realizou alguma qualificação: Nenhuma das opções

7. Linha de Pesquisa: CIDADES E DINÂMICA URBANA

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Grupo de Pesquisa sobre Violência, Trabalho e Ilegalismos

9. Sobre o que é sua pesquisa?

A pesquisa trata sobre a reintegração social de egressos do sistema prisional. Mais especificamente, trabalha com egressos do sistema prisional do Rio Grande do Norte assistidos pelos Escritórios Sociais instalados no estado. Destaca-se que os Escritórios Sociais são equipamentos públicos que acolhem e fornecem serviços especializados aos egressos da prisão e seus familiares. Logo, acredita-se que o contato dos egressos com o trabalho dos Escritórios Sociais gera efeitos positivos em suas vidas, de modo que se pode vislumbrar uma reintegração social.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

A pesquisa tem como recorte o estado do Rio Grande do Norte, tendo como temporalidade os dias atuais.

11. Qual o problema de pesquisa?

A pesquisa busca responder a seguinte problemática: quais os efeitos da atuação dos Escritórios Sociais na vida dos egressos do sistema prisional do Rio Grande do Norte?

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Geral: analisar o trabalho dos Escritórios Sociais no Rio Grande do Norte e seus efeitos na vida dos egressos do sistema prisional.

Específicos:

Examinar o perfil dos egressos do sistema prisional do RN atendidos pelos Escritórios Sociais;

Compreender a carreira moral dos egressos do sistema prisional assistidos pelos Escritórios Sociais do RN;

Investigar a relação entre egressos do sistema prisional e elementos como estigma, trabalho, religião, família e redes sociais.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

As pesquisas que tratam sobre os egressos do sistema prisional costumam analisar projetos, programas e outras iniciativas que trabalham com os egressos e visam a “reinserção social” deles (Madeira, 2008; Lopes, 2013; Silveira, 2015; Vettore, 2016). Por vezes, focam em alguns elementos importantes desse tipo de discussão, como o papel do trabalho para reinserção social (Pereira, 2013; Santos, 2013) ou a questão do estigma (Castro, 1984; Pereira, 2013). O fato do Escritório Social ser um equipamento público recente (2016) faz com que ainda não haja muitas análises sobre sua atuação e resultados, porém a literatura existente traz estudos de casos como o do Espírito Santo (Silva Júnior, 2021), da Paraíba (Silva; Leite, 2018; Macedo, 2021) e do Rio Grande do Norte (Guimarães, 2022).

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

A revisão bibliográfica será feita em artigos científicos, dissertações e teses que abordem a temática aqui discutida, assim como em documentos oficiais, como relatórios e resoluções. Será feito o contato previamente com cada unidade do Escritório Social por meio de e-mail, telefone ou mensagem por aplicativo, apresentando a pesquisa e a intenção de visitar a unidade em questão. Com o aval do profissional do Escritório Social, será realizada a visita exploratória com o intuito de conhecer os profissionais da equipe, apresentar mais detalhes da pesquisa e estabelecer outros contatos, além de conhecer o espaço físico das unidades. Serão feitas entrevistas semiestruturadas com os profissionais que compõem as equipes do Escritórios Sociais e com os egressos assistidos. Se autorizado pelos entrevistados, a entrevista será gravada por meio de áudio, caso contrário serão realizadas anotações. Será realizada observação participante durante as atividades coletivas feitas com os egressos e, se permitido por eles e pela equipe do Escritório Social, durante os atendimentos individualizados também. Por fim, serão feitas análises das entrevistas, bem como das observações. Levando em consideração a quantidade de Escritórios Sociais no estado (dez), tem-se em mente optar por acompanhar as atividades somente de algumas unidades. Para isso, critérios serão estabelecidos, como por exemplo, um número mínimo de egressos assistidos no momento; um número mínimo de profissionais na equipe; se a unidade realiza atividades coletivas, como oficinas, palestras, eventos festivos, etc.

Atualmente, o estado do Rio Grande do Norte está com 10 Escritórios Sociais, divididos da seguinte forma: Natal, Parnamirim, Nísia Floresta, Ceará-Mirim, Macaíba e São Gonçalo do Amarante localizados na Região Metropolitana de Natal (RMN); Mossoró e Pau dos Ferros, situados no Oeste Potiguar; e Parelhas e Caicó, no Seridó Potiguar. Essa divisão em regiões foi feita, a priori, apenas para facilitar na organização das visitas, tendo em vista a localização de cada uma. As visitas, que já foram iniciadas, estão ocorrendo primeiramente nos municípios da RMN.

15. Quais os resultados você já tem?:

Atualmente, há 10 Escritórios Sociais em funcionamento no RN (Natal, Parnamirim, Nísia Floresta, Ceará-Mirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Mossoró, Pau dos Ferros, Parelhas e Caicó).

O que consta no Manual de Gestão e Funcionamento dos Escritórios Sociais, elaborado pelo CNJ, precisou ser modificado por algumas unidades, tendo em vista que não seria possível segui-lo. O Guia para Aplicação da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas também. As equipes dos Escritórios Sociais são pequenas, tanto em Natal quanto em Parnamirim só três pessoas compõem as equipes. Em Natal, duas assistentes sociais e uma psicóloga. Em Parnamirim, a equipe é formada por uma assistente social, um advogado e uma psicóloga. Ademais, os profissionais são ligados à Secretaria de Assistência Social do município.

De forma preliminar, verificou-se que as demandas mais recorrentes por parte dos egressos estão relacionadas ao trabalho, a documentação (RH, CPF, certidões), assistência psicológica/psiquiátrica e alimentação. Os egressos e seus familiares tomam conhecimento da existência do Escritório Social principalmente pelo “boca a boca” entre eles mesmos e, justamente pelas informações passarem por diversas interpretações, muitos egressos ou familiares quando procuram o Escritório Social chegam com um entendimento equivocado, acreditando que naquele local já sairão com um trabalho, que a emissão de documentos é feita naquele momento ou que receberão um auxílio. De acordo com as assistentes sociais dos Escritórios Sociais de Natal e Parnamirim, os egressos têm consciência do estigma que é atrelado a eles. Os preconceitos perpassam por ausência de atendimentos em órgãos públicos, assim como estabelecimentos privados. Para os que fazem uso de tornozeleira eletrônica, por exemplo, conseguir atendimento em unidades de saúde e até mesmo na assistência social, como o caso do Cadastro Único, se tornou uma saga cheia de preconceitos e hostilidades, visto que muitas vezes o atendimento é negado ou negligenciado.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Ainda que seja muito cedo para emitir qualquer análise, foi possível perceber que há divergências entre o ideal de funcionamento do Escritório Social e sua prática. No entanto, as equipes buscam garantir a assistência e acompanhamento aos egressos do sistema prisional nas diferentes áreas: saúde, acesso à justiça, emprego, cursos profissionalizantes, emissão de documentos, acesso a alimentação digna, etc.

A participação dos egressos é voluntária, é tanto que é informado a eles ainda dentro da prisão (aos pré-egressos) que sua participação não influencia positivamente ou negativamente no processo de cumprimento da pena.

O fato de alguns Escritórios Sociais não trabalharem com o conceito de egresso proposto pela Lei de Execução Penal (LEP) possibilita que eles atinjam um maior número de assistidos. O ES trabalha com qualquer pessoa que tenha passado pelo sistema prisional, seja por um dia ou anos, ao contrário da LEP que estabelece que egresso é aquele que saiu da prisão definitivamente, pelo prazo de um ano, ou de forma condicional.

O estigma realmente marca quem saiu da prisão, uma vez que ele traz consequências no dia a dia do egresso. Se para muitos o

acesso a direitos básicos já era difícil antes da passagem pela prisão, após essa vivência se tornou quase impossível.

Quanto às perspectivas da pesquisa, tendo em vista a boa receptividade dos profissionais dos Escritórios Sociais já visitados, como o relato deles que provavelmente os egressos terão boa aceitação à minha presença, acredito que a pesquisa se desenvolverá de forma positiva e satisfatória.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Continuar com a revisão da literatura e o processo de escrita, tendo em vista que a qualificação ocorrerá até novembro de 2023. De agosto a dezembro de 2023, ir aos Escritórios Sociais que ainda não visitei e, em paralelo a isso, reunir as autorizações para entrevistas e acompanhamento das atividades nos Escritórios Sociais. De janeiro a junho de 2024 iniciar as entrevistas nos Escritórios Sociais de Natal, Parnamirim, Nísia Floresta, Ceará-Mirim, São Gonçalo do Amarante e Macaíba e o acompanhamento nas unidades escolhidas.

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Brasília, DF, 1984.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional. Departamento Penitenciário Nacional, Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Política-Nacional-de-Atenção-às-Pessoas-Egressas-do-Sistema-Prisional_eletronico.pdf> Acesso em: 26 de mai. 2023.

CASTRO, Myriam de; et alli. Preso um dia, preso toda a vida: a condição de estigmatizado do egresso penitenciário. Temas IMESC, Soc, Dir. Saúde. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 101-117, 1984.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1975.

_____. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GUIMARÃES, Thiago Diniz. Serviço Social na segurança pública: demandas, desafios e estratégias no exercício profissional do (a) assistente social na perspectiva de efetivação de direitos dos egressos do Sistema Prisional em Parnamirim / RN. 2022. Monografia (Graduação) – Curso de Serviço Social, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2022.

LOPES, Rafaelle. Desafios para a inclusão social de egressos do sistema prisional. In: O egresso do sistema prisional: do estigma à inclusão social / Comissão de Formação Teórica e Prática do PrEsp. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2013, 280 p.

MADEIRA, Lígia. Trajetórias de homens infames: políticas públicas penais e programas de apoio a egressos do sistema penitenciário no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia). Porto Alegre: UFRG, 2008, 359 p.

PEREIRA, Rafaela Costa. O sujeito egresso: trabalho e estigma. In: O egresso do sistema prisional: do estigma à inclusão social / Comissão de Formação Teórica e Prática do PrEsp. Belo Horizonte: Instituto Elo, 2013, 280 p.

QUIROGA, Ana Maria. Religiões e Prisões no Rio de Janeiro: presença e significados. In: Comunicações do ISER, Rio de Janeiro, v.61,

p. 13-31, 2005.

VETTORE, Rebecca; CARVALHO, Lucas. Depois das grades: a realidade dos ex-presidiários em busca de uma nova chance na sociedade. São Paulo: Farol do Forte, 2016.

Beatriz Medeiros Fontenele

beatrizfontenele@gmail.com

3. Orientador(a): Aleksandro Ferreira Cardoso Da Silva

4. Nível: Doutorado

5. Ano de ingresso: 2020

6. Realizou alguma qualificação: Qualificação

7. Linha de Pesquisa: CIDADES E DINÂMICA URBANA

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

-

9. Sobre o que é sua pesquisa?

Esta pesquisa objetiva investigar as transformações do uso residencial para comercial ou de serviços nos conjuntos habitacionais do município de Natal/RN. Reflete-se, a partir da análise, sobre as alterações e as novas relações socioespaciais provocadas pelo terciário em espaços planejados para uso residencial.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

A pesquisa é realizada no município de Natal/RN e tem como espaço temporal a comparação entre conjuntos habitacionais produzidos durante a década de 1980 pela COHAB e INOCOOP e sua transformação para comércio e serviço.

11. Qual o problema de pesquisa?

O Estado, ao produzir habitações, expande as fronteiras de atuação do capital, apresentando novas formas – boas ou ruins - de intervenção do espaço que devem ser consideradas e analisadas enquanto reestruturastes das relações sociais, econômicas e territoriais. Sabendo que os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado seguem a lógica modernista, percebemos que não houve um planejamento urbano prévio que considerou as novas apropriações de uso das residências pelo espaço terciário. Nesse sentido, o problema de pesquisa surge através do questionamento dos efeitos desse novo uso em locais previamente residenciais, partido do entendimento de que o terciário cria diferentes externalidades urbanas as quais podem auxiliar nos processos de valorização, gentrificação, abandono, entre outros.

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Para além do objetivo geral apresentado na pergunta 1, tem-se como objetivos específicos desta tese:

- a. Identificar as forças e os atores sociais que agiram/motivaram para a transformação das habitações em comércios e serviços;
- b. Compreender o espaço terciário dos conjuntos de acordo com a divisão social preexistente, levando em consideração a teoria

dos circuitos urbanos como forma de análise;

- c. Compreender os efeitos de externalidade que esses espaços transformados vêm produzindo no intraconjunto/intraurbano;
- d. Analisar a formação de centros ou subcentros nos conjuntos habitacionais estudados;

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

A literatura vem indicando que a periferia produzida junto ao Estado vem aparecendo enquanto local de concentração de parte das atividades terciárias, criando, inclusive, novas centralidades. De forma proposital ou não, os espaços periféricos são passíveis de apropriação pelo capital e, ao criarem distanciamentos, pedem a produção de subcentros. Silva (2019, p. 1062) reitera que a centralidade em áreas periféricas “[...] apresentam-se como parte do processo de reprodução do capital, este que denota a desigualdade socioespacial e transforma áreas tidas como distantes e sem valor, em potenciais espaços de investimentos financeiros”. Estudos como os Medeiros, Barbosa e Fontenele (2022), Vincentim e Kanashiro (2016), Andrade e Leitão (2006), Amore e Shimbo (2015) e Fontenele (2019) vem, ainda, apontando para o surgimento do terciário em diferentes conjuntos habitacionais do Brasil, principalmente naqueles produzidos durante a vigência das fases 1 e 2 do Programa Minha Casa Minha Vida – Faixa 1. Verificou-se que parte das transformações se deram pela ausência de planejamento e pela oportunidade gerada através da posse da terra e de uma demanda gerada pelos novos moradores, visto as dificuldades de acesso e a distância destes conjuntos aos centros das cidades. Medeiros (2015) e Freitas (2020) mostram também estas transformações, mas de forma mais intensa, nos conjuntos produzidos pela primeira grande política habitacional brasileira, o Banco Nacional de Habitação. Seus estudos indicam o mesmo processo percebido nos conjuntos do PMCMV durante os seus primeiros anos, apresentando um terciário informal que respondia as necessidades mais cotidianas dos moradores. Atualmente, décadas depois, observa-se a presença de um terciário também formalizado e estruturado, apresentando sinais de valorização e expansão econômica. Todavia, apesar das incidências do terciário, pouco se observam pesquisas que foquem na atuação deste setor nos conjuntos, aparecendo apenas enquanto uma das várias questões que perpassam os estudos pós ocupação dos conjuntos.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

A pesquisa se divide em quatro grandes procedimentos, o primeiro de levantamento bibliográfico e documental, o qual para além da teoria, utiliza-se a pesquisa de notícias em jornais locais como a Tribuna do Norte e Diário de Natal. A pesquisa em jornal visa descobrir sobre a produção e desenvolvimento dos conjuntos habitacionais nos seus primeiros 10 anos de implementação. O segundo momento conta com a análise de dados acerca das atividades terciárias indicadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (2015), observando suas tipologias e localizações. O terceiro momento parte da produção de mapas de uso e ocupação do solo, indicando os usos do terciário e as transformações do ambiente construído dos conjuntos na atualidade. Por fim, contamos com a realização de questionários com os agentes do terciário dos conjuntos, visando compreender seu nível da

economia urbana, motivações de implementação e influência em relação aos consumidores.

15. Quais os resultados você já tem?:

Ainda em processo de análise.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Até o momento percebemos que o Estado vem, ao produzir habitações, expandindo as fronteiras de atuação do capital, seja acompanhando as ações do circuito superior, ou do inferior. A presença do terciário se faz em todos os conjuntos financiados pelo BNH, independente da renda destes, concentrando as atividades nas principais vias e esquinas dos residenciais. Observa-se que nos espaços de baixo fluxo, geralmente no miolo dos conjuntos, as atividades terciárias são familiares e de baixa atratividade. Verifica-se, ainda, que a valorização imobiliária auxilia na transformação.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

No momento estamos na fase de produção dos mapas de uso e ocupação do solo, que encerrarão no final de agosto. Após isto, será realizado a aplicação dos questionários. As análises e a escrita do capítulo empírico serão realizadas até o final de dezembro. Em janeiro, estima-se a correção do capítulo para a finalização da tese e apresentação dela em maio de 2024.

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 323-352, 2015.

ANDRADE, L. da S.; LEITÃO, GE de A. Transformações na paisagem urbana: favelização de conjuntos habitacionais. A cidade pelo avesso: desafios do urbanismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Viana & Mosley Editora, p. 113-132, 2006

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade e a organização do espaço. Revista do Departamento de Geografia, v. 1, p. 105-111, 1982

FONTENELE, Beatriz Medeiros. A casa como ativo: os usos não regulamentados no PMCMV-Faixa 1 na RMNatal. 2019. Dissertação de Mestrado. Brasil.

KON, A. A produção terciária. O caso paulista. São Paulo: Nobel. 1992.

KON, A. Sobre as atividades de serviço: revendo conceitos e tipologias. Revista de Economia Política, v. 19, n. 2 (74), pp. 64-83, abr.-jun. 1999

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. BNH: outras perspectivas. In Anais da I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade. Natal, 10 a 12 de novembro de 2010.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. Produção do espaço residencial em Natal: renda, segregação e gentrificação nos conjuntos habitacionais. 2015.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. ST7-942 CONJUNTOS HABITACIONAIS E EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO DE

NATAL/RN. Anais ENANPUR, v. 15, n. 1, 2013.

MEDEIROS, Sara; ASSIS BARBOSA, Jane Roberta; FONTENELE, Beatriz Medeiros. O CIRCUITO INFERIOR RESIDENCIAL EM HABITAÇÃO SOCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL, RN. Revista Contexto Geográfico, v. 7, n. 15, p. 1-14, 2022.

MONTENEGRO, M. R. Reflexões para uma teoria da localização da economia popular nas metrópoles brasileiras. Boletim Campineiro de Geografia, v. 3, n. 1, p. 37-54. 2013

MONTENEGRO, Marina Regitz. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. Revista geográfica venezolana, v. 53, n. 1, p. 147-164, 2012.

MONTENEGRO, Marina Regitz. Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano. O circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MONTENEGRO, Marina Regitz. O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. São Paulo, 2006.

SALGUEIRO, Teresa Barata; CACHINHO, Herculano. As relações cidade-comércio. Dinâmicas de evolução e modelos interpretativos. Cidade e comércio: a rua comercial na perspectiva internacional. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, p. 9-39, 2009.

SANTOS, J. L. J.; SERPA, A. A produção espacial do comércio e dos serviços nas periferias urbanas: um estudo de caso em Salvador. Geosp, São Paulo-SP, v. 8, p. 45-65, 2000.

SANTOS, M. Da totalidade ao lugar. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, M. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, M. Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, Matheus Henrique Souza. Leitura das cidades brasileiras: segregação e espoliação urbanas. REDD—Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, v. 10, n. 2, p. 23-34, 2018.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed., 2. reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. Técnica espaço tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998. 190 p

SILVEIRA, M. L. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. Ciência Geográfica - Bauru, XVII - Vol XVII - (1): janeiro/dezembro 2013. p. 64-71

SILVEIRA, M. L. VIII Seminário Internacional da Rede Ibero-americana de investigadores sobre Globalização e Território. Grupo 4— Globalização e expansão metropolitana. Os circuitos da economia urbana nas cidades brasileiras. 2004 p. 1-25. (Anais).

SILVEIRA, Maria Laura. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. 2013.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. Boletim paulista de Geografia, n. 57, p. 77-92, 1980.

Tavares, F.O., Moreira, A.C. & Pereira, E.T. (2010). Avaliação imobiliária sob a perspectiva das externalidades: uma revisão da literatura. Revista Universo Contábil, 6 (3), 96-113. doi:10.4270/ruc.2010324

VARGAS, Heliana Comin. Comércio e cidade: uma relação de origem. Memórias do Comércio Paulista: Guia de Acervo, p. 74–79, 2012.

VARGAS, Heliana Comin. O comércio varejista e políticas urbanas: uma difícil conversa. SINOPSES. São Paulo: FAUUSP, n. 34, 2001.

VICENTIM, T. N.; KANASHIRO, M. (2016). Análise do comércio e dos serviços nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV): estudo de caso do Residencial Vista Bela—Londrina, PR. Ambiente Construído, v. 16, n. 4, p. 227-250.

VILLAÇA, F. (1998). Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel.

Bruna Raquel Torquato Pinho

bruna.rtp@hotmail.com

3. Orientador(a): Joana Tereza Vaz de Moura

4. Nível: Doutorado

5. Ano de ingresso: 2023

6. Realizou alguma qualificação: Nenhuma das opções

7. Linha de Pesquisa: ESPAÇOS RURAIS E DINÂMICAS TERRITORIAIS

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

A pesquisa é parcialmente vinculada ao seguinte projeto de pesquisa: "Contribuições científicas aos estudos territoriais com proposição de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável", sob coordenação regional da professora Joana Moura (UFRN) e coordenação nacional do professor Bernardo Mançano (UNESP).

9. Sobre o que é sua pesquisa?

A pesquisa aborda a atuação de diversos mediadores sociais no meio rural, tendo como objeto os agricultores e agricultoras que estão recebendo apoio de tais mediadores e suas influências no cotidiano dos assentamentos. Parte da hipótese de que existe diferença entre ser articulado com um ou outro ator (movimentos, ongs, Estado).

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

A pesquisa deverá ser realizada em assentamentos rurais de diferentes territórios da cidadania do estado do Rio Grande do Norte, ainda a serem definidos com base em critérios que estão sendo construídos, mas que em sua maioria versam sobre a atuação de diferentes mediadores sociais do campo e sua influência sobre as agricultoras e agricultores. A pesquisa será realizada ainda entre os anos de 2023 e 2027, de forma que a pesquisadora possa conhecer a fundo a realidade dos assentamentos selecionados.

11. Qual o problema de pesquisa?

Sabendo da influência e ajuda de diversos atores sociais nos processos de criação e produção nos assentamentos do estado do Rio Grande do Norte, que diferença tem de ser articulado com um ou outro ator (movimentos, ongs, Estado)? Quais são os desafios e qual a situação dos assentamentos a depender dessas articulações? De acordo com as respostas obtidas nas visitas aos assentamentos, será possível entender de que forma atua cada mediador social e suas principais atividades realizadas, e que tipo de apoio conferem aos assentados beneficiados.

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Analisar as influências agroecológicas e de soberania alimentar nos assentamentos do Rio Grande do Norte, como MST, Rede Xique-Xique, governos federal e estadual (via políticas públicas), Marcha Mundial das Mulheres e possíveis outros atores;

Pesquisar assentamentos rurais no estado e compreender as formas como os assentados reconhecem a agroecologia como produção e que diferença isso faz no cotidiano dos assentamentos;

Realizar um mapeamento dos assentamentos do estado e destacar quais têm produção agroecológica.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

A literatura tem apresentado a atuação dos diversos mediadores no meio rural e sua atuação por meio de programas sociais, que em sua maioria tratam sobre a produção de alimentos e melhoria de infraestrutura.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

Pretende-se realizar visitas in loco nos assentamentos selecionados de acordo com os objetivos listados, com a realização de entrevistas semiestruturadas e análise do conteúdo coletado.

15. Quais os resultados você já tem?:

A pesquisa ainda não possui resultados, apenas debates teóricos e metodológicos.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Como ainda não existem dados empíricos a serem debatidos, a perspectiva principal é de aprofundamento teórico e reflexão crítica dos conceitos abordados, para dar qualidade à tese.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Julho a dezembro de 2023: construção de um projeto bem estruturado de pesquisa, com orientação e revisão frequentes dos elementos textuais: problema de pesquisa, objetivos, hipóteses, técnicas de coleta, tratamento e análise dos dados e referencial teórico.

Janeiro a outubro de 2024: aprofundamento teórico e a construção de capítulos da tese.

Novembro de 2024: qualificação da tese e entrada no comitê de ética.

2025, 2026 e 2027: pesquisa de campo, construção da tese e defesa.

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

Ecologia política (Iamamoto, Lamas e Empinotti, 2020);

Camponeses e impérios alimentares (Ploeg, 2008; McMichael, 2016);

Políticas públicas ambientais latino-americanas (Parreira e Alimonda, 2005);

Questão agrária (Fernandes, 2008; Stédile, 2011; Graziano, 1980).

Brunno Costa do Nascimento Silva

Brunno.cns@gmail.com

3. **Orientador(a):** Lindijane de Souza Bento Almeida

4. **Nível:** Doutorado

5. **Ano de ingresso:** 2022

6. **Realizou alguma qualificação:** Nenhuma das opções

7. **Linha de Pesquisa:** ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Nenhum

9. Sobre o que é sua pesquisa?

Uma investigação das ações adotadas em resposta à pandemia da Covid-19 pelos governos estadual e municipais localizados na RMN, entre início da pandemia no Brasil (2020) e o momento de flexibilização (2022) através da Portaria do GM/MS nº 913/2022.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

No tocante ao onde: foi selecionada a Região Metropolitana de Natal como recorte territorial, desta pesquisa, em razão da RMN se apresentar como uma “metrópole em formação”, como observado nos estudos de Clementino e Pessoa (2009) e Almeida et al. (2019), em que se verifica o potencial positivo desse status, pois permite melhores adequações a RMN pautadas nos pilares da governança interfederativa. No que compete a temporalidade, o recorte compreende o início da pandemia no Brasil (2020) e o momento de flexibilização (2022) por meio da Portaria do Gabinete do Ministro (GM)/Ministério da Saúde (MS) nº 913, de 22 de abril de 2022.

11. Qual o problema de pesquisa?

A pandemia da Covid-19 evidenciou a necessidade dos atores governamentais (nacional e subnacionais) atuarem mais fortemente nas regiões metropolitanas (RMs), uma vez que essas áreas: a) concentram o maior número de habitantes, tornando-as epicentros da doença (MOURA, 2021; RODRIGUES; RIBEIRO, 2021); b) podem ser consideradas como o vetor de disseminação do novo coronavírus para as demais áreas (CASTRO et al., 2021; NICOLELIS et al., 2021); e c) centralizam os insumos (infraestrutura hospitalar e profissionais da saúde) necessários para combatê-la (SILVEIRA et al., 2020; NICOLELIS et al., 2021). Entretanto, alguns estudos (ATAÍDE et al., 2021; MIRANDA, 2021) apontam embates entre os municípios das RMs e o governo estadual tem se ampliado em razão da desarticulação de ações.

A governança metropolitana, enquanto um processo, que surge diante da necessidade de coordenar e promover a cooperação de esforços, entre os diversos atores, para solucionar problemas comuns nas áreas que perpassam e ultrapassam os limites jurídicos

existentes, a exemplo das RMs, se faz necessária para produzir políticas públicas visando mitigar e sanar os problemas decorrentes da pandemia de Covid-19.

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Explicar quais os fatores políticos-institucionais têm incentivado ou impedido os esforços dos entes federativos (estado e municípios metropolitanos) para compartilhar ações comuns no contexto da pandemia na Região Metropolitana de Natal, uma vez que estudos (MEDEIROS et al., 2020; SILVEIRA et al., 2020; ATAÍDE et al., 2021), desenvolvidos por pesquisadores do Observatório das Metrôpoles - Núcleo Natal, observaram que a multiplicidade de medidas adotadas pelo governo estadual e governos municipais da RMN vem gerando controvérsias, diante dos diversos decretos e leis complementares que visaram regular, restringir, suspender atividades socioeconômicas enquanto outros buscaram flexibilizar medidas.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

A literatura tem demonstrado que a inexistência de um sistema de governo metropolitano se configura como um dos principais dilemas para resolução dos problemas comuns presentes nas RMs. Como consequência desse obstáculo, as metrôpoles se apresentam como os espaços onde há uma maior manifestação de desafios, principalmente, no tocante a ausência de articulação entre os atores responsáveis pelo seu gerenciamento, fazendo com que esses espaços sejam ambientes de intensas contradições.

Nesse sentido, administrar as regiões metropolitanas requer, por parte dos agentes públicos que a compõem, a criação de uma dinâmica que viabilize a articulação entre os entes federados integrantes dessas áreas. A governança metropolitana surge, portanto, como um meio de organização político-administrativa para que se alcance a integração das RMs.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, dada a necessidade de compreender o entendimento e a percepção dos atores governamentais (estaduais e municipais) da RMN, os aspectos e ações tomadas durante o contexto da pandemia de Covid-19. Quando ao método de pesquisa foi selecionado o estudo de caso, pois permitirá compreender, de forma abrangente, o “como” e os “porquês” foram e são adotadas certas decisões por parte dos atores chaves na tomada de decisões.

Ainda visando cumprir os objetivos da tese, estão sendo adotados os procedimentos de pesquisa bibliográfico e documental. Na pesquisa bibliográfica (sobre a governança interfederativa) estão sendo levantados, principalmente, um conjunto de referências a partir da literatura trabalhada no âmbito do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Observatório das Metrôpoles (relatórios de pesquisa, livros, revistas Cadernos Metrôpole e eMetrópolis) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), especificamente, do Projeto Governança Metropolitana no Brasil que apresenta um relevante acervo acerca da temática. Quanto a pesquisa documental, estão sendo levantados os decretos e leis completares a respeito da Covid-19. A pesquisa documental está

ocorrendo conforme as seguintes etapas: a primeira consistindo no levantamento da legislação (Covid-19) estadual e dos 15 municípios que integram a RMN. Posteriormente, a segunda etapa da pesquisa documental compreenderá a classificação da legislação por meio de três categorias, sendo: i) Restringiu (R) quando incluídas medidas de restrição, visando prevenir e combater a propagação da pandemia de Covid-19 no território estadual e/ou municipal; ii) Flexibilizou (F) quando indicar medidas de flexibilização, nos âmbitos privado e público; e iii) Estratégia e Medida de Apoio à Crise (EMAC), quando criar políticas públicas de áreas diversas. Em seguida, na terceira etapa, será realizado o cruzamento desses dados com o número de casos confirmados de Covid-19 no RN e nos municípios da RMN, a partir dos dados que serão levantados junto ao Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Por fim, serão levantados dados primários e informações por meio da pesquisa de campo realizada in loco – com as devidas medidas de segurança – na RMN. Estes serão obtidos mediante a realização de entrevistas de ordem semiestruturadas com gestores públicos, atores políticos envolvidos com a prevenção e o combate da Covid-19 na RMN. As entrevistas serão gravadas para, posteriormente, ser iniciado o processo de transcrição. Por conseguinte, será empregada a análise de conteúdo, sobre o teor das transcrições, como técnica de análise e tratamento de dados.

15. Quais os resultados você já tem?:

Ainda não é possível apresentar resultados, pois o discente se encontra levantando os dados.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Ainda não é possível apresentar resultados, pois o discente se encontra levantando os dados.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Revisão da Literatura sobre Governança Metropolitana (julho a outubro/2023)

Pesquisa Documental (julho a dezembro/2023)

Elaboração dos instrumentos (roteiros de entrevista) de Coleta de Dados (outubro/2023)

Qualificação (novembro/2023)

Submissão dos instrumentos de Coleta de Dados ao Comitê de Ética (dezembro/2023)

Pesquisa de Campo (março a junho/2024)

Sistematização e Análise dos Dados Levantados (abril a agosto/2024).

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; BARROS, Terezinha Cabral de Albuquerque Neta; CÂMARA, Richardson Leonardi Moura; FERREIRA, Glenda Dantas. Limites e desafios da integração metropolitana de Natal/RN: governança urbana e gestão metropolitana. In: CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; FERREIRA, Angela Lúcia (Org.). Natal: transformações na ordem urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, cap. 9, p. 295-324.

ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; BARROS, Terezinha Cabral de Albuquerque Neta; CÂMARA, Richardson Leonardi Moura da; SILVEIRA, Raquel Maria da Costa. Capacidade institucional nos municípios e a governança metropolitana: uma análise da Metrópole Funcional de Natal/RN. In: CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda (Org.). Duas Décadas da Região Metropolitana de Natal. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019, cap. 2, p. 42-60.

KLINK, Jeroen. Regionalismo e Reestruturação Urbana: uma perspectiva brasileira de governança metropolitana. Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 217-226, 2009. Disponível: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5524>.

MARQUES, Eduardo César Leão. Governo, Atores Políticos e Governança em Políticas Urbanas no Brasil e em São Paulo: conceitos para uma agenda de pesquisa futura. In: MENICUCCI, Telma; GONTIJO, José Geraldo Leandro (Org.). Gestão e Políticas Públicas no cenário contemporâneo: tendências nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016, cap. 3, p. 71-99.

SÁ, Rafael Amorim Martins de; CARVALHO, Ana Luíza Sousa; BARBOSA, Ycarim Melgaço; BARSC, Bruna; ARAÚJO FILHO, Alberto Rodrigues de. Estatuto da Metrópole: a governança interfederativa. URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 203-215, 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/Urbe/article/view/5311/21317>.

HARDIN, Garrett. Extensions of "The Tragedy of the Commons". Science, New York, v. 280, n. 5364. p. 682-683, 1998. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.280.5364.682>.

Douglas da Silva Araújo

douglasaraujojp@gmail.com

3. **Orientador(a):** Rodrigo Figueiredo Suassuna

4. **Nível:** Doutorado

5. **Ano de ingresso:** 2021

6. **Realizou alguma qualificação:** Nenhuma das opções

7. **Linha de Pesquisa:** CIDADES E DINÂMICA URBANA

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Violência, Trabalho e Illegalismos.

9. Sobre o que é sua pesquisa?

Título: O “novo cangaço” e a política do combate ao crime organizado no estado do Rio Grande do Norte: uma análise das ações de tomada de decisão por parte dos agentes públicos;

Objetivo principal: Analisar as ações empreendidas pelas agências estatais de controle do crime em face às mudanças e transformações advindas da dinâmica do “novo cangaço”. Pretende-se, enquanto desdobramento do objetivo geral, entender e refletir sobre processo de tomada de decisão das ações desenvolvidas no estado do RN, sob esse prisma;

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

Análise feita a partir dos agentes, sujeitos e instâncias que lidam com o controle e enfrentamento a criminalidade organizada no estado do Rio Grande Norte, incluindo a Secretaria Estadual de Defesa Social, assim como os órgãos que compõem o sistema de justiça criminal (Poder Judiciário, polícias, Ministério Público, Defensoria Pública e Sistema penitenciário).

A partir de 2015, período em que se verificou a atuação dos grupos denominados “novo cangaço”.

11. Qual o problema de pesquisa?

Problema da pesquisa: O estudo pretende responder a seguinte questão: como as instituições estatais de controle da criminalidade, no âmbito do estado do Rio Grande do Norte, percebem as mudanças na dinâmica da criminalidade advinda da atuação do novo cangaço e quais ações, estratégias, investimentos e decisões foram tomadas para mitigar os delitos praticados por esses grupos?

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

A presente pesquisa buscará também entender como foi realizada a análise criminal desse fenômeno, que para João Apolinário da

Silva (2015) consiste uma subárea da Administração Pública, que se ocupa com a gestão da segurança pública de um território, a partir da observação dos eventos sociais que estão diretamente relacionados à ocorrência do crime e, em particular, examinar cada evento criminoso para buscar os detalhes de seu episódio, para determinar o perfil completo de cada ocorrência e verificar se há conexões entre os diversos tipos de crimes. Entender como os gestores locais realizaram essa análise e como ela influenciou na tomada de decisão, alocação de recursos e (re)formulação de políticas públicas.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

Desde o início da década de 2000, assaltos a agências bancárias intensificaram-se em todas as regiões do Brasil. Marcada por ações hostis, violentas e extremamente beligerantes, quadrilhas fortemente armadas adentram nas cidades, em especial de pequeno e médio porte, com objetivo de roubar e subtrair valores de cofres e caixas de instituições financeiras, agências credenciadas e estabelecimentos similares.

Embora rápidas, momentâneas e impactantes, essas ações criminosas envolvem planejamento, costuras e decisões antecedentes. Esses grupos criminosos analisam o local da ação, o efetivo policial, as rotas de fugas, a dinâmica da vida das pessoas e do cotidiano das cidades, dentre outras variáveis. O sucesso das ações depende das condições propícias que envolvem a observação de vários fatores.

A ideia de “interiorização do crime organizado” também pode ser apontada como característica desses grupos. As organizações criminosas, popularmente denominadas “facções”, estão presentes em todas as capitais do país, dominando territórios específicos dessas cidades, em geral os mais periféricos. No entanto, nas cidades dos interiores do país, inclusive as de pequeno porte, é mais recente a chegada dessas organizações. O “novo cangaço” é um exemplo de como o crime organizado encontra nessas cidades um alvo propício para suas ações cinematográficas.

O “novo cangaço” apresenta-se com uma “faceta” do crime organizado, que tem alvo principal a subtração de valores de instituições financeiras, ou seja, a prática de crimes [violentos] contra patrimônio, incluídos nessa categoria furtos, roubos, extorsão, extorsão mediante sequestro e até mesmo latrocínio. Mas não é só, esses grupos têm características peculiares de atuação, modus operandi similar na execução de suas empreitadas, além de características próprias de sociabilidade entre seus membros.

Sobre a dinâmica dessas organizações, Jânia Aquino (2020) traça três principais características que marcam sua atuação, a “cooperação profissional”, a “associação monetária” e “empreendedorismo individual”. Percebe-se nas ações realizadas pelo Novo Cangaço uma cooperação de ordem técnica e financeira. Os membros possuem normalmente algum grau de especialidade com relação ao papel que desempenhará durante a execução do desiderato criminoso, como àqueles que sabem manusear artefatos e explosivos, além do investimento financeiro prévio que os próprios membros precisam realizar, uma vez que para o sucesso desses eventos é essencial a aquisição de bens, como veículos, armamento e até mesmo investimento em tecnologia, o que a autora chama

de “associação monetária”.

Com relação a característica do empreendedorismo individual, há uma ideia entre os integrantes que fazem parte da organização de que o investimento prévio poderá gerar ganhos vantajosos, valendo a pena assumir os riscos que envolvem esses eventos.

Além dessas três características, é possível estabelecer, a partir da literatura ainda tímida sobre o tema, outros fatores comuns na atuação, na seleção dos alvos e no modus operandi desses agrupamentos criminosos, dos quais destaca-se: a) planejamento [racional] das ações e nas escolhas dos alvos; análise de “custos-benefícios”; c) os aspectos geográficos dos alvos (p. ex. a distância dos grandes centros urbanos, a vegetação do local); d) mapeamento de rotas de fugas, inclusive através de estradas carroçáveis; e) levantamento prévio de informações, muitas vezes com auxílio de “olheiros”; f) períodos de pagamento dos servidores públicos, aposentados, pensionistas e empregados em geral da localidade; g) cidades em regiões de fronteiras; h) vias sem tanta fiscalização; h) poderio beligerante, utilização de armamento restrito e explosivos com alta capacidade de destituição.

Ademais, Pinheiro e Abreu (2018) citam, também, algumas semelhanças no modus operandi desses “cangaceiros modernos”: quadrilhas com grande número de integrantes; ação planejada e específica; considerável poder bélico; prática de disparos de arma de fogo em via pública; ataques contra quartéis; enfrentamento às forças policiais militares; utilização de material explosivo e, em alguns casos, o uso de reféns; cidades de pequeno porte e margeadas por rodovias como alvos principais e que normalmente contam com frágil sistema de segurança pública, como o baixo efetivo policial.

Revela-se importante, também, tecer considerações sobre algumas dessas características listadas acima. O levantamento prévio de informações, com auxílio de “olheiros”, por exemplo, é um dos passos iniciais dessas empreitadas. É importante para o planejamento estratégico da ação criminosa o conhecimento acerca do território que vai ser o próximo alvo. Informações importantes que normalmente se relacionam com as vulnerabilidades do local determinam o melhor modo e tempo de agir desses agentes, o que inclui a localização dos quartéis, delegacias e destacamento policiais, a residência dos militares, a movimentação do dinheiro, a rotina da polícia local, as respostas dadas pelo policiamento aos eventos ocorridos na cidade, os circuitos de segurança do município, a escuta da rede-rádio PM, as possíveis rotas de fuga, o reconhecimento das estradas rurais e caminhos alternativos, dentre outros aspectos (PINHEIRO; ABREU, 2018).

É importante destacar que as condicionantes levadas em consideração para analisar e explicar a atuação do novo cangaço diferem, em medida considerável, daquelas comuns à criminalidade urbana, como é explicada, por exemplo, pela teoria ecológica, mesmo quando referente ao crime organizado, sobretudo ao estabelecer o domínio sobre determinado território, sendo condicionantes a infraestrutura precária, ausência do estado, regiões periféricas e socioeconomicamente vulneráveis, com baixo grau de escolaridade e IDH, formando um “locus ideal” para o aumento da violência e do comportamento desviante, como ocorre nas grandes cidades.

Com relação à atuação do novo cangaço, constata-se clara manifestação da racionalidade [humana] no planejamento desses eventos e na tomada de decisão sobre “onde agir”, “como agir” e “quando agir”. É, também, sem dúvida, um “processo” baseado

na análise dos riscos e perdas, prejuízos e ganhos. Nessa ótica, preleciona Aquino (2020, p. 637):

É importante observarmos que, da mesma maneira que negócios legais, a organização de assaltos contra bancos requer dispêndios monetários. São investidos recursos em veículos e armamentos, imóveis para estadia e reuniões da equipe que vai executar o crime, entre outros gastos. Protagonistas desses “empreendimentos”, os assaltantes de certo modo atuam como “empresários”, movimentam recursos, elaboram planos de fugas e abordagens dos alvos, calculam possibilidades de êxitos e falhas.

Também no âmbito do planejamento [racional] das ações e das escolhas dos alvos, o aspecto geográfico é levado em consideração, incluindo-se nesse ponto características como a distância entre as cidades-alvos e os grandes centros urbanos, a vegetação do local, o mapeamento de rotas de fugas, inclusive através de estradas carroçáveis, além da preferência por cidades localizadas em regiões de fronteiras. Isso porque há uma indicação de que as atuações criminosas costumam perpassar as fronteiras estaduais, até mesmo como forma de dificultar o trabalho policial, já que os delitos seriam investigados por polícias judiciárias diversas (SILVA, 2019), dificuldade essa que também pode se dá em razão da ausência de interlocução, além de uma considerável desarticulação e o distanciamento que se observa entre os trabalhos realizados pelas instituições que compõem o sistema de justiça criminal (VARGAS; RODRIGUES, 2011), ainda mais quando pertencentes a unidades federativas distintas.

Referente à vegetação do local, nas lições de Costa (2016) é também fator considerado nessas ações, tendo como exemplo o estado do Pará, que detém em parte considerável de seu território mata densa, cortada por rios e igarapés, de maneira que o bioma [amazônico] favorece a fuga dos criminosos e dificulta a perseguição policial.

O distanciamento das cidades que são alvos desses crimes dos grandes centros urbanos dificulta o rápido deslocamento de reforço para as cidades atacadas (COSTA, 2016), além de boa parte desses municípios não deterem estruturas e departamentos especializados no combate ao crime organizado, como existem na Polícia Civil e no Ministério Público. Nas cidades menores quando muito existe são destacamentos da polícia militar, com baixo efetivo policial.

Não menos importante, é a constatação da existência de conexões entre as organizações criminosas. As chamadas “redes” são formadas por grupos de criminosos articulados, não necessariamente estruturados como uma organização criminosa única, que detêm alguma expertise ou habilidade para execução dos eventos delituosos, sem, no entanto, haver uma hierarquia definida e vínculos permanentes (RODRIGUES, 2020), o que tem, inclusive, gerado discussão sobre a acomodação nesses grupos ao conceito normativo de organização criminosa.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

Sob o enfoque metodológico, esse trabalho se valerá de métodos e técnicas diversas para fins de coleta de dados e informações, como entrevistas com os atores da área da segurança pública e do sistema de justiça criminal, a análise de documentos oficiais, dados estatísticos oficiais, materiais de imprensa, orçamentos e investimento público, modernização dos processos e das

instituições etc.

15. Quais os resultados você já tem?:

Não possuo resultados.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Ainda não tenho resultados.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

2023.2: Coleta de dados;

2024.1: Coleta de dados.

2024.2: Defesa.

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

ALÉSSIO, Renata Lira dos Santos. A representação social da violência na literatura de cordel sobre cangaço. *Psicologia: Ciência e Profissão* [online]. 2004, v. 24, n. 4, pp. 52-59. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000400007>. Acesso em 14 nov. 2022.

AMORIM, Carlos. CV-PCC: a irmandade do crime. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A construção social da criminalidade pelo sistema de controle penal. Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: www.buscalegis.ufsc.br/busca.php?acao=abrir&id=17837. Acesso em: 03 jun. 2023.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997, 336p.

AQUINO, Jânia Perla Diógenes de. Príncipes e castelos de areia: performance e liminaridade no universo dos grandes roubos. 2009. 230f. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/21341>. Acesso em 10 nov. 2022.

AQUINO, Jânia Perla Diógenes. Violência e Performance no chamado 'Novo Cangaço': cidades 'sitiadas', ataques à Polícia e uso de explosivos em assaltos contra bancos no Brasil. *Dilemas: Revista de estudos de conflito e controle social*, v. 13, p. 615-643, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/31668>. Acesso em 14 nov. 2022.

ARAÚJO, Fernanda Carolina. A teoria criminológica do labelling approach e as medidas socioeducativas. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo - USP, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-06072011-111256/publico/fernanda_final_em_PDF.pdf. Acesso em 15 abr. 2023.

AZEVEDO, A. L. V. DE.; RICCIO, V.; RUEDIGER, M. A.. A utilização das estatísticas criminais no planejamento da ação policial: cultura e contexto organizacional como elementos centrais à sua compreensão. *Ciência da Informação*, v. 40, n. 1, p. 9-21, jan. 2011. Disponível em: <https://scielo.br/j/ci/a/VrGbrXwwf3V7GBx9FBWqpQ/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BARATA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Renavam Ltda, 2014.

BONNER, Michelle. O que é populismo punitivista? Uma tipologia base na comunicação midiática. *Matrizes*, vol. 15, núm. 1, 2021, pp 77-102. Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.

CALIL, Mário Lúcio Garcez. A política criminal como política pública: a (re)construção da dogmática penal a partir da “ciência conjunta do direito penal”. *Revista do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania, Londrina*, v. 3, n. 2, p. 93-110, jul/dez. 2018. Disponível em: <https://revistadoidcc.com.br/index.php/revista/article/view/39>. Acesso em: 19 jun. 2023.

CALIL, M. L. G.; SANTOS, J. E. L. A formulação da agenda político-criminal com base no modelo de ciência conjunta do direito penal. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 8, p. 37-53, 2018. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/5125>. Acesso em 18 jun. 2023.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, n. 16, p. 20–45, jul. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/#ModalHowcite>. Acesso em 19 jun. 2023.

COLET, Charlise Paula; DANIELI FILHO, Eloi Cesar. O paradigma da reação social na conduta desviada: o processo de criminalização e etiquetamento social. Online, XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI/UFBA – Salvador: 19, 20 e 21 de junho de 2008. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/salvador/charlise_paula_colet.pdf. Acesso em: 31 mai. 2023.

COSTA, Carlos André Viana da. “Novo Cangaço” no Pará: A Regionalização dos Assaltos e seus Fatores de Incidência – Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública. Disponível em: https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses_e_dissertacoes/dissertacoes/2014/201405%20-%20COSTA.pdf. Acesso em 12 nov. 2022.

COSTA, G. M. A.; RAMOS, R. L. C. O Pacote Anticrime e o contexto brasileiro ampliação do banco de dados genéticos e outras intervenções tecnológicas. *Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande Do Sul*, nº 26, junho de 2020, p. 466-85. Disponível em: <https://revista.defensoria.rs.def.br/defensoria/article/view/44>. Acesso em 26 jun. 2023.

CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio Cunha. *Criminalidade Organizada: antigos padrões, novos agentes e tecnologias*. Ponto Urbe [online], 8, 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1752>. Acesso em 12 nov. 2022.

DAL RI JÚNIOR, Arno. *O Estado e seus Inimigos: a repressão política na história do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

D’ELIA FILHO, O. Z. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ELBERT, Carlos Alberto (1994). *Manual Básico de Criminologia*. Tradução de Ney Fayet Jr. Porto Alegre, Ricardo Lenz, 2003.

FERNANDES, Antonio Scarance. O conceito de crime organizado na Lei 9.034. *Boletim do IBCCrim*, São Paulo, n. 31, 1995.

FERRER, Flávia. O direito à segurança. *Revista do Ministério Público*. Rio de Janeiro: MPRJ, n. 26, jul./dez. 2007. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2740997/Flavia_Ferrer.pdf. Acesso em 10 dez. 2022.

FERREIRA, Anna Luísa Vieira da Silva. *Análise das políticas públicas de saúde voltadas para população em situação de rua no Brasil: modelos de tomada de decisão*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Saúde Coletiva) — Universidade de Brasília, Faculdade de Ceilândia, 2022. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/33055>. Acesso em 19 jun. 2023.

FERRI, Enrico. Princípios de Direito Criminal – o criminoso e o crime. Trad. Luiz de Lemos D’Oliveira. 3ª ed. Campinas/SP: Russell Editores, 2009.

FOLLE, Maria Luiza Roman; OLSSON, Giovanni. Migração e violência: o poder dos atores não estatais violentos na dinâmica dos processos migratórios em rede. *Revista Brasileira de Direito Internacional*, Curitiba v. 2, n. 2, p. 118– 134, Jul/Dez, 2016. Disponível em: <https://www.bityli.com/P5ioz>. Acesso em 19 nov. 2022.

FORT, Mônica Cristine. Medo e horror na cobertura jornalística dos ataques do PCC em São Paulo. *LOGOS, comunicação e conflitos urbanos*. Ano 14, 1º semestre 2007. ISSN 1982-2391. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/15236>. Acesso em: 29 nove. 2022.

FRANÇA, Lucélio Ferreira Martins Faria (Org.). *Alpha Bravo Brasil: Crimes Violentos Contra o Patrimônio*. Curitiba: Editora CRV, p. 286, 2020.

FREIRE, Ayrton. Criminosos explodem agência de banco durante a madrugada na Grande Natal. *Inter TV Cabugi - G1*, 02/11/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/11/02/criminosos-explodem-agencia-de-banco-durante-a-madrugada-na-grande-natal.ghtml>. Acesso em 12 nov. 2022.

G1. Criminosos invadem cidade do RN, atiram em pelotão da PM, ateam fogo em viatura e explodem banco; suspeito morre em confronto. *Inter TV Costa Branca*, 30/03/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2022/03/30/criminosos-invadem-cidade-do-rn-atiram-em-pelotao-da-pm-ateiam-fogo-em-viatura-e-explodem-banco-suspeito-morre-em-confronto.ghtml>. Acesso em 12 nov. 2022.

GOMES, Luiz Flávio, CERVINI, Raúl. *Crime organizado: enfoques criminológico, jurídico (Lei 9.034/95) e político-criminal*. 2. ed. São Paulo: Revista do Tribunais, 1997.

GRACIOSO, L. DE S.. Disseminação de informações estatísticas no Brasil: práticas e políticas das agências estaduais de estatística. *Ciência da Informação*, v. 32, n. 2, p. 69–76, maio de 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/MVxVhbFxFxjML7Gyg9sSdbyD/#ModalHowcite>. Acesso em: 20 jun. 2023.

GUIMARÃES, Allisson Gomes. *O Direito Penal de Emergência e suas implicações nas políticas criminais contemporâneas do Brasil*. Anais [da] VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, ago. 2013, online. Disponível em: <https://bit.ly/3geLArV>. Acesso em: 18 jun. 2023.

KAHN, Tulio. *Medindo a Criminalidade: Um Panorama dos Principais Métodos e Projeto Existentes*, Fórum de Debates – IPEA/CESeC: Criminalidade, Violência e Segurança Pública no Brasil: Uma Discussão sobre as Bases de Dados Questões Metodológicas, 2000.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *A criminologia radical*. 3. ed. Curitiba: Lumen Juris, 2008.

LIPINSKI, Antônio Carlos. *Crime Organizado & Processo Penal*. Curitiba: Juruá, 2003.

LUNA, Everardo. *Estrutura Jurídica do Crime*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

MELO, Valdir. *Crime organizado: Uma concepção introdutória*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/116/crime-organizado-uma-concepcao-introdutoria>. Acesso em 19 nov. 2022.

MORAIS, André Sette Carneiro de. Novo cangaço, os crimes contra estabelecimentos bancários: em busca do perfil dos criminosos. Monografia (Pós-graduação em Inteligência Policial e Análise Criminal) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Jurídicas, 2016.

MORAIS, José Luis Bolzan de.; WERMUTH, Maiquel ngelo Dezordi. A crise do Welfare State e a hipertrofia do Estado Penal. Revista Direito, Estado e Sociedade, n.41, p. 107 a 129, jul/dez 2012. Disponível em: <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/155/141>. Acesso em 16 jun. 2023.

MUNIZ, J. de O.; DIAS, C. N. Domínios armados e seus governos criminais - uma abordagem não fantasmagórica do “crime organizado”. Estudos Avançados, 36 (Estud. av., 2022 36(105)). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36105.009>. Acesso em 20 nov. 2022.

OHARA, Wylton Massao. “Novo cangaço” no estado de Mato Grosso e a importância da análise criminal. Monografia - Especialização em Gestão de Políticas de Segurança Pública. Universidade Federal de Mato Grosso – NIEVIC/ICHS, 2014. Disponível em: https://bdm.ufmt.br/bitstream/1/986/1/TCCP_2014_Wylton%20Massao%20Ohara.pdf. Acesso em 16 nov. 2022.

MOLINA, Antonio García-Pablos de. Criminologia: uma introdução a seus fundamentos teóricos. Tradução de: Luiz Flávio Gomes. 3ª. ed. Revista dos tribunais. São Paulo, 2002.

PEREIRA, Carlos Alberto Borges. Domínio de cidades ou novo cangaço: qual é a diferença? Velhogeneral.com.br. Categoria: Segurança, 15/12/2021. Disponível em: <https://velhogeneral.com.br/2021/12/15/dominio-de-cidades-ou-novo-cangaco-qual-e-a-diferenca/>. Acesso em 12 jan. 2022.

PINHEIRO, Avila Adriano; ABREU, Christine Viviane. Novo cangaço – explosões de caixas eletrônicos. Trabalho de conclusão de curso. Universidade de Uberaba. Graduação Presencial Direito. TCC 2018/2. Disponível em: <http://dspace.uniube.br:8080/jspui/handle/123456789/1322>. Acesso em 15 nov. 2022.

RODRIGUES, Ricardo Matias. Domínio de Cidades: o uso da estratégia criminosa para a realização de assaltos a empresas de segurança privada especializadas em transportes e guarda de valores. In: FRANÇA, Lucélio Ferreira Martins Faria (Org.). Alpha Bravo Brasil: Crimes Violentos Contra o Patrimônio. Curitiba: Editora CRV, p. 286, 2020.

RAEDER, Sávio. Ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. Perspectivas em Políticas Públicas. Belo Horizonte. n. 13. p. 121-146, jan/jun, 2014. Disponível em: <https://www.sumarios.org/artigo/ciclo-de-pol%C3%ADticas-uma-abordagem-integradora-dos-modelos-para-an%C3%A1lise-de-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas>. Acesso em 19 jun. 203.

RIBEIRO, Homero Bezerra. A necessidade de superação do paradigma criminológico tradicional: a criminologia crítica como alternativa à ideologia da “Lei e Ordem”. Encontro Nacional do CONPEDI, 19., Fortaleza, CE. Anais... Fortaleza: CONPEDI, 2010, p. 951-979.

RIBEIRO, Ludimila; SILVA, Klarissa. Fluxo do Sistema de Justiça Criminal Brasileiro: Um balanço da literatura. Cadernos de Segurança Pública, [s.l.], a. 2, n. 1, ago. 2010. Disponível em: <http://www.isp.rj.gov.br/revista/download/rev20100102.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SALLA, Fernando. TEIXEIRA, Alessandra. O crime organizado entre a criminologia e a sociologia: limites interpretativos, possibilidades heurísticas. Tempo Social, 32(3), 147-171, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.169687>. Acesso em 10 abr. 2023.

SANTOS, Márcia Andréia Ferreira. Abordagens científicas sobre as causas da criminalidade violenta: uma análise da teoria da

Ecologia Humana. Revista LEVS, UNESP, Marília, n. 17, p. 46- 74, 2016. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/levs/article/view/5972>. Acesso em 30 nov. 2022.

SANTOS, Pedro Sérgio dos. A insuficiência metodológica do direito processual penal: a alternativa da mecânica quântica. Tese de Doutorado - Direito. Repositório Digital da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4206>. Acesso em 02 dez. 2022.

SCHABBACH, L. M.. O crime organizado em perspectiva mundial. Sociologias, v. 15, n. 34, p. 278–293, set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/kzZMYKV36FN8PWbh4GFY9cD/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em 18 jun. 2023.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SHIMIZU, Bruno. Solidariedade e gregarismo nas facções criminosas: um estudo criminológico à luz da psicologia das massas. São Paulo: IBCCRIM, 2011. 253 p. (Monografias publicadas IBCCRIM; v. 60) ISBN 9788599216323.

SICA, Leonardo. Direito Penal de Emergência e Alternativas à prisão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SILVA, Eduardo Araújo da. Crime Organizado. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

SILVA, Ivan Luiz da. Crime organizado: aspectos jurídicos e criminológicos (Lei nº 9.034/95). Belo Horizonte: Nova Alvorada Edições, 1998.

SILVA, João Apolinário da. Análise criminal: teoria e prática. Salvador: Artpoesia, 2015.

SILVA, Cássia Regina Maciel. Estrutura e crítica do ideário da defesa social nas criminologias clássica e positiva: uma abordagem sociológica. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) - Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Maceió/AL, 2011, 182f.

SILVA, Luciano André da Silveira. CURY, Nafez imamy Sinício Abud. Criminologia Crítica: teoria do etiquetamento criminal, 2021. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/4162>. Acesso em 20 jun. 2023.

SILVA, Wellington Clay Porcino. Espaço geográfico e criminologia: topologia de segurança versus topologia do crime - uma análise da gestão de segurança do território e roubo a bancos no Nordeste. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte para a obtenção do título de Doutor em Geografia. Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/29322?mode=full>. Acesso em 18 nov. 2022.

SILVESTRE, Giane. Controle do crime e seus operadores: política e segurança pública em São Paulo. São Paulo: Annablume, 2018.

SOUZA, Alan Fabiano Caetano de. Do novo cangaço ao domínio de cidades. Observatório da Justiça Militar Estadual, 03 de set. de 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodajusticamilitar.info/single-post/do-novo-canga%C3%A7o-ao-dom%C3%AAdnio-de-cidades>. Acesso em 18 nov. 2022.

STRANO, Rafael Folador. Política criminal e política pública. Tese (Doutorado em Direito Penal) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-19082022-170231/pt-br.php>. Acesso em 19 jun. 2023.

TEIXEIRA, Kleber. Quadrilha explode banco, atira em agências bancárias e no batalhão da PM em Ceará-Mirim. Inter TV Cabugi - G1, 20/12/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/12/20/quadrilha-explode-banco-atira-em-agencias-bancarias-e-no-batalhao-da-pm-em-ceara-mirim.ghtml>. Acesso em: 12 nov. 2022.

VARGAS, Joana Domingues; RODRIGUES, Juliana Neves Lopes. Controle e cerimônia: o inquérito policial em um sistema de justiça criminal frouxamente ajustado. *Sociedade e Estado* (UnB. Impresso), v. 26, p. 77-96, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wVJzyTML5qjyZjh9HTCvQd/?lang=pt>. Acesso em 14 nov. 2022.

VIANA, Virna Araujo Viana; SANTOS, Ives Nahama Gomes dos. A repercussão penal da criminalidade organizada frente às alterações do 'Pacote Anticrime': reflexos do Direito Penal de Emergência no âmbito de delitos de organizações criminosas. *Revista de Criminologias Contemporâneas - RCC*, vol.1, n2, p.60-76, 2021. Disponível em: <http://www.rcc.periodikos.com.br/article/610d9bf4a953950895795023>. Acesso em 10 jun. 2023.

Eliane Aparecida Gracioli Rodrigues

eco1321@hotmail.com

3. Orientador(a): Fábio Fonseca Figueiredo

4. Nível: Doutorado

5. Ano de ingresso: 2021

6. Realizou alguma qualificação: Qualificação

7. Linha de Pesquisa: SOCIEDADE, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

não tem

9. Sobre o que é sua pesquisa?

A temática da tese versa sobre indicação geográfica vitivinícola no estado do Rio Grande do Sul discutindo o desenvolvimento territorial sustentável. Considera-se que o reconhecimento das indicações geográficas agregam reconhecimento, e, conseqüentemente, desenvolvimento aos territórios que estão inseridas.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

Estado do Rio Grande do Sul (primeira IG brasileira reconhecida foi em 2002)

11. Qual o problema de pesquisa?

A questão que busca-se responder nessa tese é o reconhecimento das indicações geográficas vitivinícolas, no Rio Grande do Sul, contribuiu para o desenvolvimento territorial sustentável no território que estão inseridas?

Como subsídios à pesquisa também se questiona: As indicações geográficas são priorizadas como instrumento de desenvolvimento territorial sustentável?

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

O objetivo geral da tese é analisar a dinâmica do desenvolvimento do territorial sustentável em territórios com indicação geográfica vitícola, no estado do Rio Grande do Sul.

Como objetivos específicos propõem-se:

- a) Analisar o desenvolvimento do território vitivinícola a partir das indicações geográficas;
- b) Discutir o uso do selo de indicação geográfica pelas vinícolas e a sua localização em territórios com indicação geográfica;

- c) Averiguar a dinâmica da produção de vinhos com selo de indicação geográfica no RS;
- d) Identificar as externalidades no território atribuídas ao reconhecimento das indicações geográficas;
- e) Discutir elementos que caracterizam uma cesta de bens e serviços territoriais associada as indicações geográficas vitivinícolas.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

Uma forma de uso do território acontece quando o ator ao identificar e ativar os recursos territoriais tangíveis e intangíveis existente no território o transforma em estratégia de desenvolvimento. No entanto, para que isso ocorra se faz necessário que os atores se articulem no intuito de resolverem problemas inerentes à produção. “Com a ativação dos recursos do território pelos atores, o território se constrói e o processo de desenvolvimento territorial pode ser efetivado” (DENARDIN, 2016, p. 51).

O território é concebido como um resultado oriundo do encontro e da mobilização de atores sociais de um dado espaço geográfico que procuram identificar e resolver problemas comuns. Ainda é feita a diferenciação entre o que é considerado como território dado, que envolve uma base geográfica de natureza político-administrativa, em contraponto a territórios construídos, esses pela ação intencional de atores sociais que convivem e produzem nesse espaço e, portanto, apresentam uma proximidade geográfica. Nesse sentido, “a configuração organizacional das diversas instituições e o cruzamento do duplo jogo da concorrência que se estabelece entre distintos atores sociais e entre diferentes territórios são elementos constitutivos da noção de desenvolvimento territorial”. Medeiros, Sablayrolles e Cazella (2021, p. 6).

Para que um território seja considerado como território construídos é preciso que estejam presentes cinco características básicas elencadas por Medeiros, Sablayrolles e Cazella (2021) 1) são territórios múltiplos e podem deixar de existir, reiteradamente ocorre sobreposições de atores e de espaços geográficos; 2) os seus limites geográficos e organizacionais não são nítidos; 3) procura valorizar recursos territoriais específicos; 4) são objetos de conflitos e cooperação entre atores que se apropriam de recursos e os integram a projetos de desenvolvimento; 5) criam arranjos relativamente consolidados de governança territorial em função de acordos entre os diferentes atores envolvidos com projetos territoriais.

Em consequência tem-se os recursos territoriais e eles são considerado como fatores passíveis de serem explorados, organizados ou revelados, a partir dessas ações o que antes era considerado recurso territorial passam ser ativos territoriais, em ambas as situações os recursos ou os ativos podem ser genéricos e específicos a depender da sua localização e interesse dos atores que estão envolvidos.

A referência de recurso como potencialidade de ação é defendida por Hirczak, Pecqueur e Mollard (2004), onde os autores diferenciam recursos específicos de recursos genéricos. Sendo que é a especificidade, ou seja, a não reprodução que interessa, pois é neste contexto que se expressa à noção de recurso territorial. Como expressada por Pecqueur:

Se a existência do território pressupõe uma construção histórica de longa duração da parte dos atores, isso significa que as

externalidades territoriais criadas pelos atores resultam de um processo situado à montante, que integra um mundo não comercial. Trata-se do sentido de uma distinção crucial que deve ser feita entre recursos e ativos (...). O ativo é um fator 'em atividade' quer dizer, valorizado no mercado. O recurso, diferentemente do ativo, constitui uma reserva, um potencial latente e mesmo virtual, que pode se transformar em ativo se as condições de produção ou de criação de tecnologia assim o permitirem. Dessa forma, a expressão da variável territorial busca, nas condições de elaboração de recursos à montante, a expressão do trabalho de uma sociedade e, mais precisamente, do próprio território relativamente à manifestação de sua identidade (PECQUER, 2009, p. 98).

Considerando o nexo de economia territorial, em especial, a atividade econômica de um determinado espaço. A concepção de território é definida como lócus de construção de recursos específicos, condição avaliada como necessária para a criação de bens diferenciados. De acordo com, Medeiros, Sablayrolles e Cazella (2021, p. 8)

Um recurso específico territorial não pode ser encontrado, de maneira idêntica, fora de onde foi produzido em função de fatores ecológicos e cognitivos. A especificação consiste, portanto, na qualificação e diferenciação de recursos que os atores locais revelam e constroem mediante processos formais e informais de ação coletiva voltados para a geração da qualidade. Um território construído dotado de uma oferta compósita e coordenada de ativos territoriais gera uma 'renda de qualidade territorial' com potencial de superar a renda obtida pelo comércio de produtos e serviços de qualidade desprovidos de uma estratégia coordenada de multi-atores.

Dessa forma, o território inclui as transações comerciais e essa particularidade representa a base referencial de uma cesta de bens e serviço territoriais (CBST).

A problemática do desenvolvimento territorial implica em combinar duas abordagens econômica e metodológica diferentes. A abordagem territorial, é um ramo da economia espacial, que procura representar processos econômicos e sociais para identificar um espaço dado. Ela pode ser usada como ferramenta teórica e metodológica em análise particular em que a renda territorial, que se aproximaria da renda diferencial de Ricardo ou renda pura de Von Thunen. A abordagem da renda da qualidade ligada a economia industrial é o que evidencia o processo de especificação de bens e serviços e a preferência dos consumidores, seja expressa ou potencial, por bens que tenham essas características, que se expressam no excedente do consumidor. Essas duas formas de rendas muitas vezes são desenvolvidas separadamente com enfoque na oferta e produção ou demanda e consumo (MOLLARD, 2001).

Uma associação as indicações geográficas ao destacar a sua relação com mercado e consumo. "Fora dos grandes circuitos de produção e consumo massificados, as IGS estariam diretamente associadas ao crescimento de um mundo relativo aos mercados marshalianos de produtos especializados e particulares"(Nierdele; Aguiar, 2012, p. 4). Neste mesmo sentido, as indicações geográficas seriam frequentemente concebidas como ferramentas potenciais de desenvolvimento territorial endógeno.

A partir dessa comparação demonstra-se que aumenta possibilidade do poder de uso e aplicação da renda da qualidade territorial

tem ganhado visibilidade o que também permite observar se essa forma de renda existe e se é possível a partir de observações empíricas e em pesquisas realizadas em espaços rurais. Principalmente a partir da concepção de cesta de bem e serviços territoriais (CBST).

A formulação do conceito de cesta de bens e serviços de qualidade territorial foi desenvolvida por pesquisadores franceses, notadamente da Universidade de Grenoble, Bernard Pecqueur e Amédée Mollard .

A cesta bens de qualidade territorial é definida como uma combinação original que a oferta é tanto composta por bens e serviços, como também é situada, ou seja, ligada a um determinado espaço, à sua cultura, à sua história Hirczak, Pecqueur e Mollard (2004). Portanto, representa o encontro entre a oferta local de produtos e serviços de qualidade e uma demanda específica ao atender três condições gerais:

- a) Conjunto de produtos complementares (bens e serviços) que interagem num mercado local;
- b) Uma combinação de bens privados e públicos que reforçam a imagem e a reputação da qualidade territorial;
- c) Uma demanda inelástica por produtos e serviços de qualidade enraizada em territórios específicos.

A renda representa um excedente de preço sobre o custo total de produção incluindo o lucro. Portanto, é um diferencial em relação a uma situação de referência onde ela é zero. A sua origem pode ser criada a partir da oferta, exemplos, exploração de um fator raro, específico e não reproduzível como a fertilidade, um recurso natural ou know-how. Como a partir da demanda quando tem-se a existência de procura inelástica de um determinado bem Hirczak, Pecqueur e Mollard (2004).

O modelo da cesta de bem reflete a composição de uma oferta de bens e serviços que é construída conjuntamente via interação entre fornecedores e consumidores, sendo que os consumidores têm uma função muito ativa. As características de uma ancoragem territorial, fazem com que o modelo seja distinto da simples diferenciação pela qualidade ou dos modelos de bens combinados. Tendo o suporte dos pilares que definem a especificidade em relação às outras formas de diferenciação e de concorrência monopolista (PECQUER, 2009).

Essas diferentes características conduzem à ideia de que não são somente os produtos e os serviços que se vendem localmente, mas, por meio das contribuições de todos os atores e da integração das amenidades ambientais, paisagens, climas; o próprio território torna-se o produto a ser vendido, na medida em que ele constitui a oferta composta. Assim, o ganho que pode ser extraído dessa passagem da soma dos produtos locais à produção territorial constitui um efeito de renda denominada renda de qualidade territorial (MOLLARD, 2001; PECQUER 2009)

A Renda Territorial da Qualidade (RTQ) passa a existir quando a qualidade e o território convergem, ou seja, quando existe uma oferta complementar de produtos e ou serviços de qualidade e uma forte procura de bens que remetam para a tipicidade e especificidade deste território (Mollard, 2001; Hirczak, Pecqueur e Mollard, 2004).

A qualidade é intrínseca ao território que é dotado de recursos específicos que são valorizados ou que podem ser valorizados em conjunto. Os autores citam o azeite AOC de Nyons, na França, como exemplo. A renda de qualidade surge quando a demanda é rígida por produtos e serviços de qualidade, sejam diferenciados e específicos. Os autores associam a Teoria Marshalliana de excedente do consumidor. A renda territorial é possível quando um bem ancorado em um determinado espaço torna-se um fator raro ou não reprodutível. Essa renda seria então da mesma natureza que a renda diferencial ricardiana, ou seja, resulta da diferença entre dois preços observáveis no mercado dos bens e serviços considerados.

Outra leitura atribuída às características da Renda de Qualidade Territorial é que essa reflete a capacidade dos atores em criar processos institucionais capazes de captar a disposição a pagar dos consumidores associada ao ambiente do produto. Portanto, seria uma forma organizativa porque o seu desenvolvimento é resultante de uma estratégia territorial de longo prazo que envolve atores como produtores, transformadores e cooperativas, bem como instituições de coordenação do desenvolvimento local Hirczak, Pecqueur e Mollard (2004).

O uso das Indicações Geográficas pode ser uma escolha importante para o resultado das empresas vinícolas por agregar valor ao produto e reputação, os viticultores têm maior estímulo a permanecerem no meio rural, as atividades relacionadas aos serviços que atendam ao segmento vinícola são incentivadas ampliando o dinamismo e o desenvolvimento do território.

Quando uma atividade agrícola, “como a vitivinicultura, é integrada com outros serviços que permitem reavaliar o papel que o agricultor tem quando protege o ambiente e a paisagem rural, conserva a cultura local através da produção de produtos locais com os métodos tradicionais de produção” Watanabe; Schmidt, (2008, p. 4.). As autoras consideram que para além da produção de alimentos são criadas externalidades positivas que o mercado não consegue recompensar de forma adequada.

As externalidades foram classificadas por Hirczak, Pecqueur e Mollard (2004) como: diretas, indireta e de localização. Sendo as diretas decorrentes da natureza comum dos produtos ou fatores de produção ligados por complementaridades técnicas e econômicas. As externalidades indiretas são as mais difíceis de serem identificadas, pois são procedentes de uma função social. Os autores reforçam a contribuição da agricultura para a biodiversidade, as paisagens e o turismo quando criam empregos. Todavia, nem todas as externalidades são valorizadas, assim sendo, uma fonte de recursos em potencial.

As externalidades de localização são decorrentes de um efeito de proximidade. Os recursos naturais em escala territorial por serem fixos são classificados como externalidades territoriais. As externalidades positivas ou negativas dizem respeito a um padrão de qualidade que se altera ao longo do tempo, e os modos de internalização destas variam conforme o mercado. Quando há especificidade os bens e serviços são diferenciados só existem em determinadas localizações dessa forma tem-se uma oferta e uma demanda por si próprias específicas (HIRCZAK, PECQUEUR E MOLLARD, 2004).

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

Sendo redefinidos após a banca

15. Quais os resultados você já tem?:

ainda não tem

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

ainda não tem

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Ano de 2023

Revisão do projeto pós qualificação: abril, maio, junho, julho.

Submissão ao comitê de ética: agosto , setembro, outubro

Pesquisa de dados secundários : setembro, outubro/novembro/dezembro

Ano de 2024

Pesquisa empírica: janeiro e fevereiro

Análise dos resultados e redação: março/abril e maio

Apresentação pré defesa: junho a julho.

Redação final: agosto, setembro e outubro.

Defesa da tese: novembro a dezembro

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

BENKO, G.; PECQUEUR. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. *Geosul*, Florianópolis, v.16, n.32, p 31-50, jul./dez. 2001.

BRUCH, Kelly Lissandra, VIEIRA, Adriana Carvalho Pinto, GASPARG, Ludimila Cesar Moura, SILVA, Cristiane Francisco da Silva, ARAUJO, Marcos Vinícius. Normas técnicas para indicações geográficas e seus reflexos no setor vitivinícola. (In) *Propriedade intelectual, desenvolvimento e inovação [recurso eletrônico]: ambiente institucional e organizações / Adriana Carvalho Pinto Vieira, Júlio Cesar Zilli, Kelly Lissandra Bruch, organizadores.* – Criciúma, SC: UNESC, 2017.

CAZELLA, Ademir Antonio; DORIGAN, Clovis. PECQUER, Bernard. Da economia de escala à especificação de recursos territoriais. *Introdução ao dossiê desenvolvimento rural e a cesta de bens e serviços territoriais. Revista Raízes*, Campina Grande, v. 42, n. 1, jan./jun. 2022. Doi <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.79>

CERDAN, Claire. Indicações geográficas e estratégias de desenvolvimento territorial. (in) NIEDERLE, Paulo Andre. (Org.) Indicação geográfica: qualidade e origem nos mercados alimentares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

DENARDIN, Valdir Fraga. Desenvolvimento territorial e estratégia de valorização da origem dos bens alimentares. (in.) O sabor da origem: produtos territorializados na nova dinâmica dos mercados alimentares. (Org.) WILKISON, John; NIERDELE, Paulo Andre. MASCARANHAS, Gilberto Carlos Cerqueira. Porto Alegre: Escritos do Brasil, 2016.

FACALDI, Ivanira. The geography of vine and wine industry in Brazil: territory, culture and heritage. 39º Congresso Mundial da Uva e do Vinho – Organização Mundial da Uva e do Vinho (OIV). Bento Gonçalves, RS. 2016. Disponível em: http://www.oiv2016.org.br/anais-do-congresso/_source/lista_area_0_12.htm

HIRCZAK, Maud; PECQUEUR, Bernard; MOLLARD, Amedee. Le panier de biens et de services de qualite: vers un modele de developpement territorial durable? Montagnes Mediterraneennes, Institut de Geographie Alpine, 2004, p.35-42.

NIEDERLE, Paulo Andre; AGUIAR, Miriam. Indicações geográficas, tipicidade e produtos localizados: os novos compromissos valorativos na vitivinicultura do Vale dos Vinhedos. Rev. de Economia Agrícola, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 21-37, jul./dez. 2012.

NIEDERLE, Paulo Andre. Compromissos para a qualidade: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro: 2011

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. Política & Sociedade. Dossie. N.14. abril de 2009.

PECQUEUR Bernard. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. In: Économie rurale. N°261, 2001. p. 37-49.

WATANABE; KASSIA; SCHMIDT, Carla Maria. A multifuncionalidade da agricultura e suas externalidades positivas para o desenvolvimento local. XLVI –Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. Anais (...). Rio Branco – Acre, 2008

SCHMIDT, Carla Maria. Criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do Vale dos Vinhedos. Tese Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2010.

Eric Mateus Soares Dias

ericmateusemsd@gmail.com

3. Orientador(a): Zoraide Souza Pessoa

4. Nível: Doutorado

5. Ano de ingresso: 2021

6. Realizou alguma qualificação: Qualificação

7. Linha de Pesquisa: SOCIEDADE, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

“gestão de riscos, vulnerabilidades socioambientais, sustentabilidade e capacidade adaptativa climática em cidades do semiárido do Nordeste (441883/2020-6)”.

9. Sobre o que é sua pesquisa?

O ponto de partida desta tese é a compreensão dos riscos das secas no semiárido, como um problema secular que está reconfigurando-se a partir da emergência das mudanças climáticas globais, e que gera um contexto de novas situações de ameaças climáticas e impactos para os ecossistemas, as populações e sistemas produtivos da região. Nesse sentido, pretende-se investigar a contribuição do atual modelo de gestão de riscos das secas para manutenção e reprodução de situações de injustiças e condições de vulnerabilidades no território, bem como, apontar novas agendas governamentais e caminhos para garantir a adaptação climática nos níveis regional e local. Para isso, busca-se compreender como se configura a gestão de riscos das secas e sua influência sobre a “morfologia” da vulnerabilidade e das injustiças climáticas, especificamente no território da Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu.

11. Qual o problema de pesquisa?

As condições de vulnerabilidades e situações de injustiças no contexto regional e local 'no território da bacia, sobretudo, sob a ótica dos riscos das mudanças climáticas, não são conhecidas em profundidade. Busca-se a compreensão das atuais configurações da gestão de riscos das secas na bacia e sua influência sobre a vulnerabilidade, injustiças climáticas e a capacidade adaptativa dos municípios e das populações.

Questão de partida:

A configuração atual da gestão de riscos das secas é suficiente para dar respostas as mudanças climáticas ou contribui para

manter/acentrar as vulnerabilidades e injustiças climáticas?

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Objetivo geral: Analisar as condições de vulnerabilidade e as situações de injustiça climática na Bacia do Rio Piancó-Piranhas-Açu, de modo a compreender relações com as atuais configurações da gestão de riscos das secas, como serão acentuadas pelas mudanças climáticas e quais caminhos para adaptação climática.

Os objetivos específicos são os seguintes: (i) Caracterizar a estrutura de gestão de riscos das secas na BHRPPA, de modo a identificar as configurações que limitam a adaptação climática; (ii) Classificar os municípios da Bacia quanto a vulnerabilidade à seca (iii) Avaliar as condições de vulnerabilidade e situações de injustiças climáticas em municípios selecionados da bacia; (iv) Apresentar diretrizes para adaptação climática nos níveis regional e local, por intermédio de uma abordagem colaborativa.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

O Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) evidencia que o aumento da temperatura média global é irrefutável e dados mostram que a temperatura do planeta já aumentou 1,07° C em relação ao período pré-industrial (1850-1900), além disso, que os últimos 8 anos foram os mais quentes já registrados.

Estima-se que as atividades humanas tenham causado aproximadamente 1,0°C de aquecimento global acima dos níveis pré-industriais, com uma faixa provável de 0,8°C a 1,2°C. O aquecimento global provavelmente (alta confiança) atingirá 1,5°C entre 2030 e 2052 se continuar a aumentar no ritmo atual. Esse aquecimento já tem causado diversas mudanças no sistema climático, consequentemente, perturbações generalizadas em todas as partes do mundo.

Os eventos extremos terão maiores impactos nos setores mais ligados ao clima, tais como água, agricultura e segurança alimentar, floresta, saúde e turismo. Além disso, desastres associados a extremos climáticos podem influenciar a mobilidade e os assentamentos populacionais.

Nos estudos sobre vulnerabilidade à mudança climática, ela pode ser definida como o grau em que um sistema é suscetível/incapaz de absorver os efeitos adversos das ameaças climáticas, incluindo a variabilidade climática e extremos climáticos (SMIT et al., 2001), então, quanto mais vulnerável for o sistema, mais suscetível ao risco (ACSELRAD, 2006; HOGAN; MARANDOLA JR., 2006). No âmbito desta tese, também se assume que a vulnerabilidade às mudanças climáticas se apresenta em função de três atributos: exposição, sensibilidade e capacidade adaptativa (GALLOPÍN, 2006; LINDOSO et al., 2011).

No âmbito das respostas aos riscos das mudanças climáticas, Da Paz e Puga (2022), pontuam que toda e qualquer medida para lidar com uma ameaça climática que não contemple toda a sociedade é uma medida de má-adaptação, pois resulta na injustiça climática. "É também uma questão de equidade, uma vez que os impactos das mudanças climáticas afetam (e vão afetar) as

populações de forma desproporcional, com impacto especialmente maior nos mais vulneráveis” (DA PAZ; e PUGA, 2022, p.2).

Especificamente em relação à problemática dos recursos hídricos, pontua-se que as mudanças climáticas ameaçam diretamente a disponibilidade hídrica devido às alterações no ciclo hidrológico e no regime de chuvas. O setor já tem sido fortemente afetado, notadamente, pelos impactos na agricultura de subsistência, do agronegócio e da geração de energia hidroelétrica no Brasil. Ademais, as múltiplas situações de vulnerabilidade já existentes nos sistemas, nos setores e nas populações tornam-nos mais susceptíveis aos impactos das mudanças climáticas (FREITAS; SOITO, 2008).

No âmbito desta tese trataremos de modo geral todas as medidas de respostas aos riscos climáticos, envolvendo minimização dos riscos, adaptação climática, governança, entre outros termos, como sendo a gestão de risco. E a gestão de riscos designa-se a um processo de atenuação e controle das condições que projetam o risco de desastres, ou seja, todas as ações que ordenadamente e de forma combinada devem ser aplicadas com o propósito de evitar, prevenir, reduzir ou controlar os riscos de desastres, ou as medidas para recuperar os sistemas atingidos após desastres (NARVÁEZ; LAVELL; ORTEGA, 2009). Esses autores, evidenciam que a gestão de riscos é processo, em que primeiramente deve-se gerar conhecimento sobre o risco de desastre em seus diferentes âmbitos; tentar prevenir o risco futuro; reduzir o risco de ocorrência do desastre; planejar a resposta, mediante as incertezas; responder e reabilitar durante a ocorrência do desastre; e, recuperar e reconstruir após o desastre.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise

O campo empírico da pesquisa compreende um estudo de caso realizado na Bacia Hidrográfica do Rio Piancó-Piranhas-Açu (BHRPPA) e um recorte para análise local em dois municípios, Coremas-PB e Assú-RN, que são sedes dos principais reservatórios da Bacia, o complexo Curema-mãe-d’água e a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, respectivamente (Figura 4). Outros 2 municípios serão selecionados após a aplicação do índice e identificação dos mais vulneráveis em cada estado.

A pesquisa apresenta uma abordagem metodológica combinada quanti-qualitativa e quanto aos objetivos, a pesquisa se classifica como exploratória-descritiva. Quanto aos procedimentos de coleta de dados, será realizada a triangulação de diferentes fontes, de modo a aumentar a assertividade na interpretação do porquê e de como os fenômenos funcionam (STAKE, 2011). Nesse sentido, serão utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, questionário eletrônico, entrevistas semiestruturadas, observação e grupos focais. Devido a característica de diferentes fontes e tipos de dados a serem analisados, nesta pesquisa adota dois tipos: análise descritiva e análise de conteúdo.

15. Quais os resultados você já tem?:

A nível nacional apresenta-se uma evolução de normativas que orientam para estratégias de respostas às mudanças climáticas, embora não seja tão perceptível os avanços significativos no direcionamento da mitigação, sequer da adaptação às mudanças

climáticas. Alguns estados brasileiros, a destacar São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro estão bastante avançados quando ao seu arcabouço normativo sobre mudanças climáticas. O estado da PB desde 2011 instituiu uma normativa, tem participado de fóruns e consórcios sobre mudanças climáticas, já o RN ainda não tem uma lei aprovada, ainda está no campo das discussões.

No âmbito da gestão de recursos hídricos, a Política Nacional de Recursos Hídricos, prevê a obrigatoriedade da elaboração dos Planos de Recursos Hídricos, que definem a agenda dos recursos hídricos de uma região, incluindo informações sobre ações de gestão, projetos, obras e investimentos prioritários, além disso, fornecem uma gama de dados atualizados para orientar essas ações (ANA, 2023). Sendo assim, é de interesse desta pesquisa, entender se/como esses planos estão incorporando os riscos das mudanças climáticas

Nesse sentido, pode-se observar que no plano nacional, recentemente aprovado, as mudanças climáticas não só são incorporadas, como são consideradas como um tema chave a ser considerado nos diversos outros sistemas de interesse. Chama atenção o estado da Paraíba que já tem sua política de mudanças climáticas instituída, mas nos planos setoriais, como é o caso do PERH, não é incorporada. O Plano não aborda o tema, mas traz indicações de que os agricultores familiares e até mesmo a gestão pode ser afetada pelo que foi chamado de “Crise climática”.

No Rio Grande do Norte, as mudanças climáticas aparecem em um tópico específico de discussão, onde é apresentada uma problematização de potenciais ameaças para a disponibilidade hídrica no estado. Mas, nada além disso, o plano não traça diretrizes ou metas para operar respostas a essas ameaças. No âmbito do Plano de Bacia do PPA, o tema é destaque em pesquisas elaboradas para construção do plano e é apontado como necessidade, a realização de estudos mais aprofundados sobre os impactos da MC no balanço hídrico na bacia e até sobre as medidas de adaptação que deverão ser implementadas.

Tendo em vista que somente esses dados não demonstram com clareza sobre como os governos estão incorporando as mudanças climáticas em suas agendas de governo, realizou-se uma análise dos recentes Planos Plurianuais - PPA (2020-2023) dos dois estados, para entender se há uma projeção de metas e medidas importantes para diminuir as vulnerabilidades e aumentar a capacidade de adaptação em seus territórios. O PPA é um plano de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal ao longo de um período de quatro anos.

O PPA dos estados apresenta algumas metas importantes, principalmente no sentido de minimizar as vulnerabilidades do setor agrícola, mas também da realização de estudos e monitoramentos para um maior conhecimento sobre os riscos das mudanças climáticas. Além dessas, outras metas, que não foram apresentadas no quadro 10, são importantes e contribuem para a minimização das vulnerabilidades em seus territórios.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

De modo geral, os passos dados para construção de uma agenda de mudanças climáticas e adaptação, ainda são incipientes nos

diversos níveis de governo. E no contexto da gestão de recursos hídricos, apesar da emergência, também não há avanços significativos. Para Dias (2021), a inércia nas respostas diante dos riscos climáticos, pode estar associada a percepção, por parte dos tomadores de decisão, do risco em um futuro muito distante, dessa forma, é preciso que o risco seja visto como uma oportunidade de ação antecipada, para que não haja a concretização dos desastres.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

2023.1

- Janeiro – abril: finalização do Projeto de Qualificação da tese de Doutorado
- Maio: defesa do Projeto de Qualificação da tese de Doutorado
- Maio – junho: correções a partir das considerações da banca de qualificação
- Junho – Submissão ao comitê de ética

2023.2

- Julho – setembro: Construção do índice iSECA e visitas de campo
- Setembro – outubro: Aplicação dos questionários
- Outubro – novembro: Aplicação dos questionários e início dos grupos focais

2024.1

- Fevereiro: Continuação dos grupos focais
- Março – junho: Análise e discussão dos resultados

2024.2

- Julho – outubro: Continuidade na produção do texto de tese e pré-defesa.
- Novembro – dezembro: Correções a partir das considerações da banca de pré-defesa

2025.1

- Janeiro – maio: Finalização da produção de texto e defesa

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de

Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE. Anais... 2006. Rio de Janeiro: 2006, p. 1-5. Disponível em: <<http://www.nuredam.com.br/files/divulgacao/artigos/Vulnerabilidade%20Ambientais%20Proce%20ssos%20Rela%E7%F5es%20Henri%20AcseRad.pdf>>. Acesso em: jan. 2023.

ADGER, W. N.; KELLY, P. M. Social Vulnerability to Climate Change and the Architecture of Entitlements. *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change*, v. 4, n. 3/4, p. 253–266, 1999.

ARTAXO, Paulo. As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. *Estudos Avançados*, v. 34, p. 53-66, 2020.

AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva et al. O contexto global e nacional frente aos desafios do acesso adequado à água para consumo humano. *Ciência & saúde coletiva*, v. 17, p. 1511-1522, 2012.

BROOKS, N. Vulnerability, risk and adaptation: a conceptual framework. Tyndall Centre for Climate Change Research. Working Paper, n.38, 2003.

CARVALHO, O. D. A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Campos, 1988. 505p.

CONTI, J. B. Considerações sobre as mudanças climáticas globais. *Revista do Departamento de Geografia USP*, 16, 2011. 70-75. doi: 10.7154/RDG.2005.0016.0007

DA PAZ, Mariana Gutierrez Arteiro; PUGA, Bruno. Reflexões sobre a justiça climática e os direitos humanos à água e ao saneamento. 21 de julho de 2022.

DI GIULIO, G. M. et al. Mudanças climáticas, riscos e adaptação na megacidade de São Paulo, Brasil. *Sustentabilidade em Debate*, v. 8, n. 2, p. 75-87, 2017.

DIAS, Eric Mateus Soares. Mudanças climáticas e recursos hídricos: percepções sobre riscos climáticos e capacidade adaptativa na região semiárida do Rio Grande do Norte, Brasil. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

DINIZ P. C; PIRAUX M. Das Intervenções de Combate à Seca às Ações de Convivência com o Semiárido: trajetória de 'Experimentalismo Institucional' no Semiárido Brasileiro, *Cadernos de Estudos Sociais*, v 26 (2), p. 227-238, 2011.

GIDDENS, Anthony. A política da mudança climática. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LINDOSO, Diego Pereira. Vulnerabilidade E Resiliência: Potenciais, Convergências E Limitações Na Pesquisa Interdisciplinar1. *Ambiente & Sociedade*, v. 20, p. 127-144, 2017.

MARENGO, Jose A.; CUNHA, Ana P.; ALVES, Lincoln M. A seca de 2012-15 no semiárido do Nordeste do Brasil no contexto histórico. *Revista Climanálise*, v. 3, n. 1, p. 49-54, 2016.

VEYRET, I. Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. 2.ed. São Paulo. Contexto. 315p., 2013.

Gustavo Costa

gustavosouza8@gmail.com

3. Orientador(a): Anderson Christopher dos Santos

4. Nível: Doutorado

5. Ano de ingresso: 2023

6. Realizou alguma qualificação: Nenhuma das opções

7. Linha de Pesquisa: ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Desigualdade, Desenvolvimento e Democracia

9. Sobre o que é sua pesquisa?

Planejamento Governamental

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

A pesquisa se debruça sobre os Planos Plurianuais (PPA) dos governos estaduais do Nordeste que estão sendo elaborados no ano de 2023, mas com vigência para 2024-2027.

11. Qual o problema de pesquisa?

A pesquisa visa responder à questão “Os Planos Plurianuais (PPA’s) 2025-2027 dos estados do Nordeste visam realizar o planejamento de políticas públicas?”, num sentido mais amplo, busca-se investigar uma hipótese de que os PPA’s, que são instrumentos tradicionalmente utilizados para o planejamento orçamentário, têm se tornado também instrumentos de planejamento de políticas públicas.

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

A pesquisa pretende realizar um mapeamento dos documentos referentes à elaboração e publicação dos PPA’s dos estados do nordeste, ao passo em que se discute a temática do planejamento governamental, com ênfase no monitoramento, avaliação de políticas públicas e planejamento de longo prazo. Em seguida, será identificada a presença destes instrumentos de planejamento nos PPA’s.

Partindo destes recortes de análise, será identificado se o PPA é elaborado visando o planejamento de fato ou apenas para a programação do orçamento do Governo. A pesquisa tem como potenciais adicionais a possibilidade de apontar para melhorias no planejamento governamental a nível subnacional e destacar boas práticas de gestão.

OBJETIVO GERAL:

-Investigar se os Planos Plurianuais (PPA) 2024-2027 dos governos dos estados do Nordeste visam realizar o planejamento de políticas públicas

OBJETIVOS ESPECÍFICO:

- Mapear os documentos referentes à elaboração e publicação dos PPA's dos estados do Nordeste;
- Discutir a temática do planejamento governamental, com ênfase no monitoramento, avaliação de políticas públicas e planejamento de longo prazo;
- Identificar a presença destes instrumentos de planejamento nos PPA's.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

A literatura está em diferentes estágios a depender do tema. Do ponto de vista do Monitoramento e Avaliação (M&A), existe ampla literatura sobre a importância, além de diversos métodos de monitoramento e avaliação concebidos na universidade e no terceiro setor. Essa agenda também tem ganhado força internacional por conta das instituições do sistema ONU e dos bancos internacionais. A discussão sobre política pública com base em evidência tem trazido para o centro a questão do Monitoramento e Avaliação (M&A). Entretanto, quando discutimos prática de governo de fato, as experiências são poucas e ainda estão ganhando formalidade. É possível citar o Ciclo CMAP do Governo Federal, tal como algumas iniciativas como a do Governo do Espírito Santo e do Governo de Minas Gerais, que instituíram Sistemas Estaduais de Monitoramento e Avaliação (M&A).

O Planejamento de Longo Prazo é ainda mais incipiente. No âmbito do Nordeste, alguns estados têm iniciado ações neste sentido. O Maranhão está elaborando o "Plano Longo Prazo – maranhão 2050", o Ceará também ganhou certo destaque na temática por ter seguido algumas estratégias com mais perenidade a partir do seu plano "Plataforma de Desenvolvimento Ceará 2050". Os planos são recentes, mas já podem ser utilizados como foco da análise.

Por fim, o tema do PPA, que é um planejamento de médio prazo (4 anos), em geral é tratado a partir da discussão do orçamento público, com debates sobre eficiência do gasto público, equilíbrio fiscal, etc. A pesquisa é inovadora pois discutira os PPA'S a partir do planejamento de políticas públicas.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

A pesquisa é de caráter qualitativo e segue a estratégia de compreender poucos casos em profundidade. Além disto, visa produzir associação entre esses casos observando relações entre eles e adquirindo uma visão mais abrangente sobre o conjunto.

O procedimento metodológico da pesquisa é de Análise Documental. O procedimento de coleta será aplicado para identificar os documentos dos PPA's (Leis, anexos, guias de elaboração e relatórios.) a fim de analisá-los. Em seguida pretende-se utilizar a Análise de Conteúdo. O tipo da análise (frequência, categorias, etc.) ainda está sendo discutido.

Como a pesquisa está em um estágio inicial, nos seus primeiros meses, também tem sido discutida a possibilidade de fazer uma análise comparativa. Neste sentido, o II Seminário de Estudos Urbanos e Regionais será um momento importante para discutir essa ideia.

15. Quais os resultados você já tem?:

A pesquisa está em um estágio inicial. Atualmente têm sido feito um levantamento de bibliografia mais expandido do que o que havia sido na seleção do doutorado, além disto também há uma revisão sistemática do tema da avaliação de políticas públicas em andamento. Este levantamento e revisão serão essenciais para melhorar ainda mais o projeto em seu estágio inicial.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Pelo estágio em que está a pesquisa, não há resultados a serem apresentados.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Julho a Setembro de 2023 – Revisão Sistemática de Literatura sobre Avaliação; Levantamento de bibliografia sobre Planejamento Governamental, Plano Plurianual e demais temas; Publicação de artigos com discussões próximas à discussão da pesquisa.

Outubro a Dezembro de 2023 – Mapeamento dos documentos referentes aos PPA'S; Organização de arquivos; Leitura inicial exploratória;

Janeiro a Julho de 2024 - Leitura dirigida a partir da metodologia com aplicação do procedimento de análise; Identificação dos Resultados iniciais.

Agosto de 2024 – Discussão e refinamento do procedimento de análise dos dados;

Setembro a Outubro de 2024 – Segunda aplicação do procedimento de análise após melhorias; Preparação do relatório parcial para a qualificação da tese.

Novembro de 2024 – Realização da Qualificação.

A partir disto, serão feitos os ajustes solicitados na qualificação e a pesquisa seguirá para a etapa de realização pós qualificação

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

AGUILAR, Maria. ANDER-EGG, Ezequiel. Avaliação de Serviços e Programas Sociais. Editora Vozes, Petrópolis, 1994.

ALVES, Fernando. Coronavírus e Conflito Federativo: como a gestão da crise da pandemia afetou a relação entre a união e os entes

federados, por meio do populismo autoritário, no contexto constitucional periférico do Brasil. *Revista Confluências*, v. 24, n. 3, ago/nov, Niterói, 2021.

BARCELOS, Márcio. A Formação da Área de Análise de Políticas Públicas: do modelo "racional compreensivo" às abordagens "sintéticas" do processo da política pública. *Revista Sociais e Humanas*, v. 26, n. 01, jan/abr, p. 145-162. Santa Maria, 2013.

BEZES, Philippe. *Seeing Public Bureaucracies Like a Sociologist: (A plea towards) reconnecting sociology and public administration*. 2020.

COMISSÃO GLOBAL DE EVIDÊNCIAS PARA RESPONDER AOS DESAFIOS SOCIAIS. O relatório da Comissão de Evidências: Um chamado para a ação e caminho a seguir para tomadores de decisão, intermediários de evidências e produtores de evidências orientadas para o impacto. Hamilton: McMaster Health Forum, 2022. Disponível em: <<https://www.mcmasterforum.org/docs/default-source/evidence-commission/executive-summary---evidence-commission-report-pt.pdf>> Acesso em 18 de out. de 2022.

JANNUZZI, Paulo. Avaliação de Programas Sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n. 36, jan/jul, 2011.

JANNUZZI, Paulo. *Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas*. Alínea Editora, Campinas, 2016.

MACROPLAN. *Visão Estratégica do Longo Prazo: como fazer e qual seu valor para os governantes e a sociedade*. Série Gestão Pública. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.macroplan.com.br/p/visao-estrategica-de-longo-prazo-como-fazer-e-quais-os-seus-beneficios-para-os-governantes-e-a-sociedade/>> Acesso em 18 de out. de 2022.

MARANHÃO. *Plano Mais Planejamento*. São Luís, 2018.

MARANHÃO, Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento - SEPLAN. *Manual de Elaboração do Planejamento Plurianual 2020-2023*. São Luís, 2019a. Disponível em: <<https://www.seplan.ma.gov.br/plurianual>> Acesso em 18 de out. de 2022.

MARANHÃO, Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento - SEPLAN. *Manual de Critérios para a Elaboração das Políticas Públicas*. São Luís, 2019b. Disponível em: <<https://www.seplan.ma.gov.br/plurianual>> Acesso em 18 de out. de 2022.

MARANHÃO, Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento - SEPLAN. *Nova Metodologia de Monitoramento e Avaliação*. São Luís, 2020. Disponível em: <<https://www.seplan.ma.gov.br/plurianual>> Acesso em 18 de out. de 2022.

SECCHI, Leonardo. *Análise de Políticas Públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções*. Cengage Learning. São Paulo, 2016.

OCDE. *Glossary of Key Terms in Evaluation and Results Based Management*. Edita Communication AB, Estocolmo, 2007. Disponível em: <<https://www.oecd.org/dac/evaluation/dcdndep/39249691.pdf>> Acesso em 18 de out. de 2022.

ROMÃO, Davi. *Como Melhorar a Cultura de Uso de Evidências no Setor Público Brasileiro: síntese de aprendizados*. 2021. (online) Disponível em: <<https://www.veredas.org/publicacoes/#867>> Acesso em 18 de out. de 2022.

VEDUNG, Evert. Four waves of evaluation diffusion. *Evaluation*, v. 16, n. 3, p. 263-277, 2010. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1356389010372452>> Acesso em 18 de out. de 2022.

WONG, Wilson. *Comparative Public Policy*. Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance. Cham, 2016.

YIN, Robert. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Editora Bookman, 2ª edição. Porto Alegre, 2001.

Jair H. Castro Romero

jairhcasrom@gmail.com

3. Orientador(a): Zoraide Souza Pessoa

4. Nível: Doutorado

5. Ano de ingresso: 2020

6. Realizou alguma qualificação: Qualificação

7. Linha de Pesquisa: AMBIENTE, SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Desafios para a Gestão Sócio Ambiental e de Adaptação às Mudanças Climáticas em Cenários de Riscos e Vulnerabilidades Socioambientais em Municípios do Semiárido do Rio Grande do Norte.

9. Sobre o que é sua pesquisa?

Minha pesquisa valoriza a relevância da educação climática e para a sustentabilidade em contextos de semiárido, destacando a perspectiva dos professores no engajamento com as políticas públicas e as práticas pedagógicas.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

Região do Serido de Rio Grande do Norte / Brasil (Acarí, Currais Novos e Caicó) e La Guajira / Colombia (Maicao, Manaure, e Uribia) com atividades de campo em 2023.

11. Qual o problema de pesquisa?

A problemática é a baixa capilaridade das políticas públicas fornecidas pelos países após a retificação dos acordos internacionais sob o meio ambiente. A pouca eficácia desta propagação normativa promove a reprodução de estudantes distantes de soluções para atingir a sustentabilidade e as adaptações frente às mudanças climáticas.

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Estreitar a relação entre a aquisição das políticas públicas fornecidas pelos acordos internacionais com a formação da cidadania ambiental em América Latina.

O objetivo geral deste projeto é: potencializar as políticas e as práticas educativas que têm relação com as mudanças climáticas e a sustentabilidade nas comunidades educativas da bacia hidrográfica do rio Piancó-Piranha-Açu. RN/Brasil e a Bacia da Rancheria na Alta Guajira - Colômbia.

Assumindo como objetivos específicos:

- i) Analisar a pertinência dos conteúdos escolares relacionados às mudanças climáticas e a sustentabilidade na região da bacia PPA e da Rancheria-Alta Guajira;
- ii) Sinalizar o ecossistema educativo, normativo e institucional que enfatiza nas mudanças climáticas e a sustentabilidade nas regiões estudadas, para propor mecanismos de articulação e qualificação.
- iii) Indagar a perspectiva dos gestores educativos e professores a respeito da percepção das problemáticas, soluções e inovações no contexto ambiental tanto para a comunidade educativa da bacia PPA, quanto para a comunidade da alta Guajira colombiana.
- iv) Formular e aplicar indicadores que conseguem descrever a situação das escolas a respeito das mudanças climáticas e a sustentabilidade nos contextos educativos avaliados na pesquisa.
- v) Sintetizar as potencialidades educativas visíveis nos diferentes acordos internacionais a respeito das mudanças climáticas e o ambiente, para propor e expor possíveis mudanças significativas no currículo escolar das regiões avaliadas.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

A crise socioambiental contemporânea é consequência de diversas ações antropocêntricas que convergem nas emergências climáticas que afetam diferencialmente os territórios. Estes impactos dependem dos atributos ambientais e das características sociais de cada território e comunidade. Assim, as regiões áridas quanto as semiáridas são naturalmente vulneráveis sob múltiplas dimensões e tais aspetos podem ser ampliados frente aos ecos das mudanças climáticas. As atuais condições são produto dos processos ambientais, históricos e sociais desenvolvidos pela interação entre as comunidades, a sociedade, e os Estados nacionais.

Desta conjuntura tem emergido certas questões que inicialmente preocuparam a comunidade acadêmica em seu interesse de interpretar e explicar as problemáticas naturais e sociais. Assim, incipientemente foram debatidas algumas questões ligadas ao paradigma do desenvolvimento e as problemáticas da extração de recursos naturais. Além disso foi discutida a relação dos humanos com as problemáticas ambientais, e como estes impactam negativamente a natureza. Projetando a necessidade de formar aos cidadãos ao redor da proteção e conservação do meio ambiente. Nesse cenário surgem os indícios da educação ambiental, inicialmente como aquelas ações que poderiam modificar os comportamentos humanos que afetavam as dinâmicas da natureza e limitava sua manutenção para as próximas gerações.

No âmbito internacional, esta conjuntura é identificada e avaliada em dispositivos internacionais estruturados pela Organização de Nações Unidas (ONU), entre estes o Painel Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos e o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática. Inclusive foram desenvolvidas algumas metas específicas no âmbito educativo, expostas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030-. Estes analisam, refletem e atuam procurando soluções pragmáticas para esses conflitos e constituem acordos internacionais (do Paris, Convenção da Diversidade Biológica, etc.) que devem ser assinados e ratificados pelos estados nacionais. Alguns destes acordos incluem a divulgação do pactuado através

dos processos educativos dos cidadãos, no entanto, existe uma brecha visível entre as datas de ratificação pelo executivo nacional e sua divulgação nos âmbitos educativos e a sociedade.

Na América Latina, tanto o sertão nordestino brasileiro quanto a Alta Guajira Colombiana têm apresentado historicamente dificuldades socioeconômicas e problemáticas ambientais fortemente ligada à carência de processos educativos, a extração de recursos naturais e à valorização da natureza, suas relações tróficas e os serviços ecossistêmicos envolvidos com a humanidade. Assim, tanto a bacia do rio Piancó-Piranha-Açu (PPA) no estado do Rio Grande do Norte quanto a bacia do rio Rancheria na Alta Guajira apresentam limites no desenvolvimento social e a conservação ambiental, que na maioria das situações apresentou-se como um paradigma de confrontação entre o “desenvolvimento econômico” e a conservação da natureza. No entanto, é um paradigma que precisa resolver-se equilibradamente para melhorar as condições e a qualidade de vida da sociedade humana e o ambiente, acrescentando as condições para a conservação da natureza e a constituição de uma cidadania com valores ambientais.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

Este projeto de doutorado é uma pesquisa de natureza interpretativa (DE OLIVEIRA, 2008), que procura interagir com abordagens sobre a relação dos conteúdos curriculares, a práxis pedagógica e sua pertinência social frente às mudanças climáticas e a sustentabilidade. Procurando visualizar as diversas perspectivas dos agentes educativos, que possam potencializar as práticas pedagógicas e os resultados do sistema educativo encaminhadas a fortalecer a adaptação às mudanças climáticas e a práxis da sustentabilidade.

A pesquisa valoriza a abordagem qualitativa, nas características apresentadas por MOREIRA (2002); i) a busca pelo resgate da interpretação do olhar dos sujeitos, ii) a compreensão da subjetividade na coleta de perspectivas, iii) a flexibilidade no comportamento do estudo, sem definição a priori das situações, iv) o interesse por conhecer a situação em análise, que é materializada através dos processos em desenvolvimento, v) a interação essencial entre o comportamento das pessoas e seu contexto para a formação de experiências, e iv) a identificação da influência que exerce o processo de pesquisa na própria situação.

O recorte geográfico é a América Latina em contextos semiáridos com vulnerabilidade às mudanças climáticas, exemplificada através de duas áreas em contextos semiáridos como a bacia do PPA no Brasil e a Bacia da Alta Guajira na Colômbia. Estas duas regiões são consideradas como dois estudos de caso (LUDKE e ANDRÉ, 1986), que serão desenvolvidos comparativamente na busca de otimizar a análise e possibilidades de formação educativa. Portanto, o estudo de caso estruturou-se através das três etapas: a fase exploratória, a coleta de dados e a sistematização para a análise do caso (NISBET e WATT, apud LÜDKE e ANDRÉ, 1986).

As duas regiões têm similaridade identitária e, tendo em vista, a aplicação prática da pesquisa para a região, serão valorizadas as entrevistas às instituições e comunidades educativas que definem, planejam e atualizam os currículos escolares nacionais, e as práticas educativas ao redor deste. Paralelamente, será realizada uma análise documental (CECHINEL et al., 2016), tendo com

fontes primárias as normas, decretos ou leis nacionais que integram o currículo escolar. Assim, como a coleta dos produtos educativos que evidenciam a relevância da problemática no contexto educativo. O recorte temporal terá em conta os últimos documentos emitidos e os produtos acadêmicos que tenham desenvolvido ao longo do ano acadêmico. Estas informações serão codificadas em diferentes níveis e classificações sintéticas que ajudem na avaliação crítica dos currículos.

A análise dos dados terá um enfoque quantitativo, relativo ao número, tipo e profundidade das temáticas, e qualitativo para as análises comparativas, que possam interpretar-se através das classificações ou agrupamento das temáticas no currículo, e as atividades extracurriculares. A entrevista semiestruturada será utilizada como estratégia qualitativa que consiga captar a perspectiva dos gestores e docente a respeito das mudanças climáticas e as ações para a sustentabilidade. Por tanto, a entrevista semiestruturada responde ao interesse da pesquisa, que procura a abordagem dos agentes educativos, mas também coleta as visões diferenciadas que estes possam ter. Também incorporaremos uma perspectiva qualitativa que consiga interagir com as problemáticas sociais do território e a necessidade de relevância as questões ambientais. Finalmente, serão realizadas amplas discussões à luz da literatura bibliográfica relevante e atualizada.

Para atingir os cinco objetivos propostos serão realizados os seguintes procedimentos:

i) Identificar a pertinência dos conteúdos escolares relacionados às mudanças climáticas e a sustentabilidade na região da bacia PPA e da Rancheria-Alta Guajira.

CASTRO (2017) apresenta a metodologia realizada para a análise dos currículos escolares quanto à aderência aos diferentes níveis de conservação. Pretende-se atualizar e aprofundar a avaliação para documentos emitidos até 2022 tanto nacionais, quanto específicos no Estado do Rio Grande do Norte no Brasil e La Guajira na Colômbia. Nestes documentos espera-se identificar a aderência de elementos relacionados às mudanças climáticas e a sustentabilidade (17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS - Agenda 2030). Alguns destes estarão dispersos em diferentes disciplinas, aparentemente isolados ou sem relação evidente com os ODS.

Também será feita a revisão dos produtos acadêmicos que sejam acessíveis nas atividades de campo, tais como cadernos, murais, trabalhos e atividades extracurriculares que possam valorizar as perspectivas das mudanças climáticas e a sustentabilidade nos ambientes escolares observados. A avaliação categorizará a respeito da relevância e frequência das temáticas na execução do fazer pedagógico. Ao extrair a totalidade dos tópicos faremos uma Análise de Componentes Principais (PCA), que classifique em três níveis: i) currículos escolares sem elementos suficientes sobre a mudança climática e a sustentabilidade; ii) Currículos escolares com elementos presentes, mas dispersos; iii) Currículos escolares integrados e com temáticas transversais. Posteriormente, estes tópicos e resultados serão relacionados com os índices educativos de sustentabilidade, que estejam publicados.

ii) Sinalizar o ecossistema educativo, normativo e institucional que enfatiza nas mudanças climáticas e a sustentabilidade nas regiões estudadas, para propor mecanismos de articulação e qualificação.

Com ajuda do Ranking de sustentabilidade e as caixas de ferramentas produzidas nas atualizações do IPCC emitidas pela ONU, avaliaremos o surgimento, fortalecimento e aplicação de políticas públicas em setores governamentais não educativos. Identificando processos promovidos pela institucionalidade cultural, ambiental, social, etc. Visualizando a rede de ações/funções e os atores institucionais que convergem nas problemáticas ambientais estudadas, questionaremos os interesses e possibilidades para a formação da gestão adaptativa para a sustentabilidade e as mudanças climáticas. O que faz que estas regiões sustentáveis? Sua cultura, a vontade política ou o próprio sistema educativo? Para resolver esta questão espera-se interagir presencialmente nestas regiões, para identificar a relação das temáticas com o território. O conhecimento das práticas cidadãs, a estrutura estatal sustentável, a consciência ambiental, mecanismos de promoção e prevenção, contribuirão na formulação de soluções para os territórios. A Metodologia proposta será adaptada dos trabalhos publicados por BAMBERG (2003), TILT; SYMES (1999) e BENTO-SILVA (2015). Espera-se realizar uma análise comparativa entre as duas regiões, tendo em conta a capacidades adaptativas frente às mudanças climáticas e a sustentabilidade, detalhando as diferenças na profundidade, transversalidade e interdependência. Assim, como as ações de inovação que possam ser identificadas na estrutura institucional e funcional do Estado.

iii) Indagar a perspectiva dos gestores educativos e professores a respeito da percepção das problemáticas, soluções e inovações no contexto ambiental tanto para a comunidade educativa da bacia PPA, quanto para a comunidade da alta Guajira colombiana.

Coletar a perspectiva dos docentes (ensino fundamental II e ensino médio/ Básica secundaria e Media) e dos gestores educativos é fundamental na proposição de estratégias para a transformação das comunidades educativas, desta maneira, espera-se segmentar a coleta em cinco eixos, que partem de instrumentos e ferramentas desenvolvidas previamente, e que serão adaptados para a pesquisa. A coleta de dados será presencial e sistematizada nos cinco eixos propostos. A aplicação do instrumento incluirá entrevistas aos docentes (ensino fundamental II e ensino médio/ Básica secundaria e Media) e gestores educativos em pelo menos dez escolas em cada país, procurando atingir a diversidade dos agentes educativos envolvidos na região. Inicialmente realizaremos contato com os gestores das unidades de planejamento educativo regional (Direções regionais de educação no Brasil e Núcleos educativos na Colômbia) com o interesse de visualizar as perspectivas desde as diretrizes regionais. Os eixos de análise e seus instrumentos serão os seguintes: i) características escolares, ii) formação pedagógica, iii) inovação pedagógica (OVERSBY, 2015, ALEXANDRU, et al., 2013, KELLER, et al., 2019), iv) relevância dos programas educativos (DE OLIVEIRA, et al. 2021e a CRUZ CASTAÑO, PÁRAMO, 2020), e v) percepção da problemática (BURSZTYN; EIRÓ, 2015, MENEZES; OLIVEIRA; EL-DEIR, 2011; MILANEZ; FONSECA, 2011).

Os eixos de características escolares e formação pedagógica estão ligados às condições da escola e aos processos de formação dos docentes (ensino fundamental II e ensino médio/ Básica secundaria e Media), já seja no âmbito acadêmico ou experimental.

iv) Formular e aplicar indicadores que conseguem descrever a situação das escolas a respeito das mudanças climáticas e a

sustentabilidade nos contextos educativos avaliados na pesquisa.

Os tópicos coletados no currículo e nos eixos de avaliação da pesquisa serão classificados dependendo do nível de complexidade, lembrando que alguns tópicos precisam de contextos ou conceitos para incorporar-se. Posteriormente, classificaremos, dependendo do tipo de investimento que deve ser feito para compor a consciência ambiental em curto, médio e longo prazo. Também na presença dentro do currículo escolar em ocasional, frequente e permanente. Como análise serão propostas as temáticas em cada série desde as PCA que definam as inter-relações no processo educativo escolar.

Finalmente, analisaremos as relações entre o currículo escolar com a gestão educativa, desde as atribuições específicas de cada cargo. Esperando que o gestor tenha a capacidade de relacionar sua prática com o desenvolvimento sustentável e as mudanças climáticas ao longo das disciplinas e como eixo transversal da cidadania ambiental.

v) Sintetizar as potencialidades educativas visíveis nos diferentes acordos internacionais a respeito das mudanças climáticas e o ambiente, para propor e expor possíveis mudanças significativas no currículo escolar das regiões avaliadas

Serão analisados os acordos internacionais vigentes, entre eles: A Convenção de Diversidade Biológica, Acordo de Escazu, Protocolo de Kyoto, Declaração de Copenhague e Cancun, Acordo de Paris, Convenção de Ramsar, Convenção Internacional sobre Tráfego de Espécies Silvestres (CITES), Convenção internacional sobre madeiras tropicais (ITTO), Comissão das Baleias, etc. O objetivo é identificar as disposições educativas nos diferentes acordos, sinalizando os artigos que poderiam ser desenvolvidos na gestão educativa e no currículo escolar. Tópicos como o tráfico de espécies silvestres (CITES) e a inserção de espécies invasoras (CDB) devem apresentar relações diretas com as práticas negativas da sociedade e seu papel na valoração dos serviços ecossistêmicos. Posteriormente, serão sintetizados em um único instrumento que possa ser incorporado ao currículo escolar permanente ou modularmente. A análise será feita através do conteúdo descrito através das métricas quantitativas de JÚNIOR e WILSON (2005).

15. Quais os resultados você já tem?:

A comparação entre as políticas públicas entre Brasil e colômbia frente às mudanças climáticas. Também foram realizadas 27 entrevistas na Colômbia, mas ainda está sendo aprovado o protocolo de pesquisa no Comitê de ética da UFRN, depois dessa liberação serão realizadas as entrevistas semiestruturadas, e o processo de análise.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

A temática é pertinente para promover uma cidadania ambiental que proponha mecanismos para a educação climática e a sustentabilidade, no entanto, é fundamental o desenvolvimento de programas executivos que estabeleçam o currículo, a formação dos professores e o processo de medição. Nesse sentido, a reprodução do currículo escolar público será um aliado no cuidado da casa comum.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Atividade de Campo no Brasil: 08/2023

Pre-defesa de Tese: 10/2023

Defesa de Tese:03/2024

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, vol. 5, 2002.

ALEXANDRU, Adriana, et al. ICT challenges and issues in climate change education. *Studies in Informatics and Control*, vol. 22, no 4, p. 349-358, 2013.

ADESE – AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SERIDÓ. Comitê da Bacia Hidrográfica da bacia hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu - A bacia. Disponível em: <<http://www.cbhpiancopiranhasacu.org.br/portal/a-bacia/>> Acesso em: 03 de set. de 2022.

AMÉRIGO, M., et al. Underlying dimensions of ecocentric and anthropocentric environmental beliefs. *The Spanish Journal of Psychology*. v. 10, n. 1, p. 97-103, 2007.

AMORIM, A. L.; RIBEIRO, M. M. R.; BRAGA, C. F. C. Impactos Ambientais Em Bacias Hidrográficas – Caso Da Bacia Do Rio Piranhas-Açu/PB-RN. *Rev. Bras. Recur. Hídricos* 21, 36–45, 2016.

AROCENA, R.; SUTZ, J. Changing knowledge production and Latin American universities. *Research Policy*, v. 30, n. 8, p. 1221-1234, 2001.

ASSEMBLY, General. Sustainable Development Goals. SDG, Transforming our world: the 2030. 2015.

ASTUDILLO, C.; RIVAROSA, A.; ASTUDILLO, M. Comunidad de aprendizaje: Un proyecto colectivo para el abordaje de problemáticas socioambientales en la escuela. *Tópicos de Educación Ambiental*. v. 5, n. 13, p. 8-20, 2003.

BACCI, D., et al. Educando nas águas do Pirajuçara. Uma proposta de educação ambiental. *Revista Cultura e Extensão USP* v. 2, p. 41-53. 2009.

BALVANERA, P. et al. Ecosystem services research in Latin America: The state of the art. *Ecosystem Services*, v. 2, p. 56-70, 2012.

BAMBERG, S. How does environmental concern influence specific environmentally related behaviors? A new answer to an old question. *Journal of environmental psychology*. v. 23, n. 1, p. 21-32. 2003.

BARKE, R. P.; JENKINS-SMITH H. C. Politics and scientific expertise: scientists, risk perception, and nuclear waste policy. *Risk analysis*. v. 13, n. 4, p. 425-439. 1993.

BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Editora 34, 2011.

BECKERMAN, W. 'Sustainable development': is it a useful concept?. *Environmental values*. v. 3, n. 3, p. 191-209. 1994.

BENTO-SILVA, J. S. et al. Students' perception of urban and rural environmental protection areas in Pernambuco, Brazil. *Tropical Conservation Science*. v. 8, n. 3, p. 813-827. 2015.

- BOFF, L. Sustentabilidade: O que é—O que não é. 2 eds. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BOOTH, D. B.; ROY, A. H.; SMITH B.; CAPPAS K. Global perspectives on the urban stream syndrome. *Freshwater Science* v. 35, n. 1, p. 412-420. 2016.
- BRAGA, T. M.; DE FREITAS, A. P. G.; DE SOUZA DUARTE, G.; CAREPA-SOUSA, J. Índices de sustentabilidade municipal: o desafio de mensurar. *Nova Economia*. v. 14, n. 3, 2004.
- BRENNER, N. Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora LTDA, p.311-322, 2018.
- BRENNER, N. The hinterland urbanised?. *Architectural design*, vol. 86, no 4, p. 118-127. 2016.
- BRENTON-RULE, E. C., BARBIERI, R. F., & LESTER, P. J. Corruption, development, and governance indicators predict invasive species risk from trade. *Proceedings of the Royal Society B: Biological Sciences*, 283(1832), 20160901. 2016.
- BULACH, C. R. Implementing a character education curriculum and assessing its impact on student behavior. *The Clearing House* v. 76, n. 2, p. 79-83. 2002.
- BURSZTYN, Marcel; EIRÓ, Flávio. Mudanças climáticas e distribuição social da percepção de risco no Brasil. *Sociedade e Estado*, vol. 30, p. 471-493, 2015.
- CAMPANTE, F.; DURANTE R.; SOBBRIO F. Politics 2.0: The multifaceted effect of broadband internet on political participation. *Journal of the European Economic Association* v. 16, n. 4, p. 1094-1136. 2017.
- CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. O conceito de inclusão, dimensões e indicadores. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, jun. 2004.
- CARPENTER, J. K.; CURTISS, J.; HOFMANN, S. G. The nature and treatment of social anxiety: Maintenance factors, treatment components, and maximizing treatment response. *Treatments for Psychological Problems and Syndromes*. Hoboken: John Wiley & Sons Ltd, p. 56-73, 2017.
- CASTRO ROMERO, Jair Hernando. Interfaces entre la conservación de la naturaleza y las políticas educativas latinoamericanas. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas; Ecologia e Biodiversidade) – Instituto Latino-americano de Ciências da Vida e a natureza, Universidade Federal da Integração Latino-americana, Foz de Iguaçu, 2018.
- CECHINEL, Andre, et al. Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. *Revista Criar Educação*, vol. 5, no 1. 2016.
- CHAGAS, M. A. Amapá-a mineração e o discurso da sustentabilidade: de Augusto Antunes a Eike Batista. Rio de Janeiro: Garamond. 2019.
- CHAN, S.; VAN ASSELT, H.; HALE, T.; ABBOTT, K. W.; BEISHEIM, M.; HOFFMANN, M.; ... PAUW, P. Reinvigorating international climate policy: A comprehensive framework for effective nonstate action. *Global Policy*. v. 6, n. 4, p. 466-473. 2015.
- CHIABAI, A.; TRAVISI, C. M.; MARKANDYA, A.; DING, H.; NUNES, P. A. Economic assessment of forest ecosystem services losses: cost of policy inaction. *Environmental and Resource Economics*. v. 50, n. 3, p. 405-445. 2011.
- CLARK, W. C. Sustainability science: A room of its own. 2007.

- COLLAZO-REYES, F. Growth of the number of indexed journals of Latin America and the Caribbean: the effect on the impact of each country. *Scientometrics*, v. 98, n. 1, p. 197-209, 2014.
- CONCA, K. Environmental cooperation and international peace. *Environmental conflict*. Londres: Routledge, p. 225-247, 2018.
- CRUZ CASTAÑO, Norella; PÁRAMO, Pablo. Educação para a mitigação e adaptação à mudança climática na América Latina. *Educación y Educadores*, vol. 23, no 3, p. 469-489, 2002.
- DA SILVA, D. J. O paradigma transdisciplinar: uma perspectiva metodológica para a pesquisa ambiental. EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS, p. 71, 2008.
- DAILY, G. C.; EHRLICH, P. R. Population, sustainability, and Earth's carrying capacity. *Ecosystem Management*, p. 435-450, 1992.
- DE CASTILHO, C. J. M. Processo de produção desigual do espaço urbano: Recife—impasse permanente da coexistência de interesses da “cidade à acumulação de capital” e da “cidade à realização plena da vida humana”. vol. 5, no 10, p. 95-113, 2011.
- DE MIRANDA COELHO, J. A. P.; GOUVEIA, V. V.; MILFONT, T. L. Valores humanos como explicadores de atitudes ambientais e intenção de comportamento pró-ambientais. *Psicologia Em Estudo*. v. 11, n. 1, p. 199-207. 2006.
- DE OLIVEIRA, Cristiano Lessa. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. *Travessias*, vol. 2, no 3, 2008.
- DE OLIVEIRA, L. R; MARTINS, E. F; LIMA, G. B. A. Evolução do conceito de sustentabilidade: um ensaio bibliométrico. *Relatórios de Pesquisa em Engenharia de Produção*, vol. 10, p. 1- 17, 2010.
- DE OLIVEIRA, Neyla Cristiane Rodrigues, et al. Educação Ambiental e mudanças climáticas: percepção e práticas dos professores em escolas sustentáveis. 2021.
- DEPONTI, C. A multidisciplinaridade no enfrentamento das questões ambientais e a economia ecológica. 2007.
- EBERHARDT, M. L. Democracias representativas en crisis. Democracia participativa y mecanismos de participación ciudadana como opción. *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*. v. 17, n. 33, p. 83-106. 2015.
- ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización, vol. 1, 2005.
- ESLAVA, José. La Guajira. Estado de los derechos socioeconómicos. 2010.
- FEUER, M. J.; TOWNE, L.; SHAVELSON, R. J. Scientific culture and educational research. *Educational researcher*, v. 31, n. 8, p. 4-14, 2002.
- FÉLIX, M. F. G.; PADRÓN, R. P.; PORTO, C. A. S. Análisis de los modelos de posgrado en América Latina. *Revista ESPAMCIENCIA*, v. 7, n. 2, p. 177-183, 2016.
- FERREIRA, J. G. Saneamento básico: factores sociais no insucesso de uma política adiada: o caso do Lis. 2012.
- FERREIRA, L. C, et al. Environmental issues, interdisciplinarity, social theory and intellectual production in Latin America. *Ambiente & sociedade*, vol. 9, no 2, p. 9-24, 2006.
- FLEURY, L. C; ALMEIDA, J; PREMEBIDA, A. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. *Sociologias*,

v. 16, n. 35, p. 34-82, 2014.

FONSECA, Carlos Roberto, et al. Oportunidades de conservação na Caatinga. *Ciência e Cultura*, vol. 70, no 4, p. 44-51, 2018.

FRANCK, T. M. Legitimacy in the international system. *American Journal of International Law*. v. 82, n. 4, p. 705-759. 1988.

GALINDO-GONZÁLEZ, J; GUEVARA, S; SOSA, V. J. Bat-and bird- generated seed rains at isolated trees in pastures in a tropical rainforest. *Conservation biology*, v. 14, n. 6, p. 1693-1703, 2000.

GARCIA, L. C. et al. Brazil's worst mining disaster: corporations must be compelled to pay the actual environmental costs. *Ecological applications*. v. 27, n. 1, p. 5-9. 2017.

GIROUX, H. A.; BUENO, D. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GUILLÉN, Ar. Modelos de desarrollo y estrategias alternativas en América Latina. *América Latina y desarrollo económico*. Madrid: Editorial Akal, 2008.

HECKELMAN, J. C.; POWELL, B. Corruption and the institutional environment for growth. *Comparative Economic Studies*, v. 52, n. 3, p. 351-378, 2010.

HIDALGO, D. et al. Al Colegio en Bici: Bike-to-School Program in Bogotá, Colombia. *Transportation Research Record*, vol. 2581, no 1, p. 66-70, 2016.

HIGUCHI, M.; AZEVEDO, G. Educação como processo na construção de cidadania ambiental. *Revista brasileira de educação ambiental*: p. 63-70. 2004.

HINCAPIÉ, J. S.; LÓPEZ, P. J. A. Derechos humanos y bienes comunes. *Conflictos socioambientales en Colombia*. *Desacatos*, v. 51, p. 130-141, 2016.

HODGES J. Animal genetic resources. *Impact Sci Soc* v.158 p.143-53. 1990.

HOEKSTRA, J. M. et al. Confronting a biome crisis: global disparities of habitat loss and protection. *Ecological Letters*, v. 8, p. 23-29, 2005.

HOGAN, J. População e mudanças ambientais - globais. In. HOGAN, Daniel J.; MARANDOLA JR., Eduardo (Orgs.). *População e Mudança Climática: dimensões humanas das mudanças globais*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos Populacionais (NEPO) /UNICAMP; Brasília: UNFPA, p.11-27, 2009.

HOOIJMANS, C. R.; LEENAARS, M.; RITSKES-HOITINGA, M. A gold standard publication checklist to improve the quality of animal studies, to fully integrate the Three Rs, and to make systematic reviews more feasible. *Alternatives to Laboratory Animals*, v. 38, n. 2, p. 167-182, 2010.

HORN, L.; LAWRENCE K. K. High school academic curriculum and the persistence path through college persistence and transfer behavior of undergraduates 3 years after entering 4- year institutions. DIANE Publishing, 2001.

JACKSON, Tim. *Prosperidade sem crescimento. Economia para um Planeta Finito*, 2013.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social?. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, vol. 11, no 2, p. 301-308, 2012.

JIMÉNEZ, J; MARÍN, R. A systems approach to education in a rural poorly developed environment. En International Association of Technology, Education and Development (IATED), Proceedings of the ICERI2013 6th International Conference of Education, Research and Innovation. Seville: November 18th-20th. p. 3551-3562, 2013.

JORDÁN FUCHS, R.; RIFFO PEREZ, L.; PRADO, A. Desarrollo sostenible, urbanización y desigualdad en América Latina y el Caribe: dinámicas y desafíos para el cambio estructural. Comisión económica para América Latina. 2017.

JUCKER, R.; REINER, M. Schooling for sustainable development in Europe. SPRINGER INTERNATIONAL PU, 2016.

JÚNIOR, W. C.; WILSON, C. Análise de conteúdo. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, v. 380, 2005.

KELLER, Lars, et al. Changing Climate Change Education: Exploring moderate constructivist and transdisciplinary approaches through the research-education co-operation kidZ 21. Gaia-Ecological Perspectives for Science and Society, vol. 28, no 1, p. 35-43, 2019.

KIM, Y. K.; LEE, K. Different Impacts of Scientific and Technological Knowledge on Economic Growth: Contrasting Science and Technology Policy in East Asia and Latin America. Asian Economic Policy Review, v. 10, p.43-66, 2015.

KRIEGESKORTE, N.; WALTHER, A.; DECA, D. An emerging consensus for open evaluation: 18 visions for the future of scientific publishing. Frontiers in computational neuroscience, v. 6, p. 94, 2012.

KÜTTING, G. Environment, Society and International Relations: Towards More Effective International Agreements. Londres: Routledge, 2013.

KROPF, M. S. Educação Ambiental: características, tendências e sustentabilidade. Revista Cátedra Digital. v. 6, n. 1, 2019.

LAURENCE, W. F. Have we overstated the tropical biodiversity crisis?. Trends in Ecology & Evolution. v. 22, n. 2, p. 65-70. 2007.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. D. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. Ambiente & Sociedade. v. 17, n. 1, p. 23-40. 2014.

LEFEBVRE, H. The production of space. Londres, Blackwell. 1991.

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. Olhar de professor. v. 14, n. 2, p. 309-335. 2011.

LIMONAD, E. A insustentável natureza da sustentabilidade. Da ambientalização do planejamento às cidades sustentáveis. Cadernos Metrópole, vol. 15, no 29, p. 123-142, 2013.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Em Aberto, vol. 5, no 31, 1986.

MARTÍN-MARTÍN, A. et al. Google Scholar, Web of Science, and Scopus: A systematic comparison of citations in 252 subject categories. Journal of Informetrics, v. 12, n. 4, p. 1160- 1177, 2018.

MARTINEZ ALIER, J. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização. En O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização. p. 379-379, 2009.

MARSHALL, G. Don't even think about it: Why our brains are wired to ignore climate change. USA: Bloomsbury Publishing, 2015.

MCNEISH, J. A. Resource extraction and conflict in Latin America. Colombia Internacional, v. 93, p. 3-16, 2018.

- MENEZES, LCP de; OLIVEIRA, BMC de; EL-DEIR, Soraya Giovanetti. Percepção ambiental sobre mudanças climáticas: estudo de caso no Semiárido Pernambucano. En CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL. 2011.
- MÉSZÁROS, I; MANEIRO, M; GRANCE, E. La educación más allá del capital. Siglo XXI, 2008.
- MILANEZ; FONSECA, Igor Ferraz. Justiça climática e eventos climáticos extremos: uma análise da percepção social no Brasil. Revista Terceiro Incluído, vol. 1, no 2, p. 82-100, 2011.
- MILANI, C. R. S. Ecologia política, movimentos ambientalistas e contestação transnacional na América Latina. Caderno CRH. Salvador, v. 21, n. 53, p. 289-303, 2008.
- MINAYO, M. C. S; MIRANDA, A. C. Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós. Editora Fiocruz, 2002.
- MONTE, Liliana Múnera, et al. Bárbaros hoscos. Historia de resistencia y conflicto en la explotación del carbón en La Guajira, Colombia. Revista Opera, no 14, p. 3, 2014.
- MORALES, Y. J. G. Política científica y bibliometría: usos. Nómadas, v. 22, p. 241- 254, 2005.
- MOREIRA, Daniel Augusto. Método fenomenológico na pesquisa. Cengage Learning Editores, 2002.
- MÚNERA, L.; GRANADOS, M.; TEHERÁN, S. Movilización social frente a las proyecciones de ampliación de la explotación de carbón en el sur del departamento de La Guajira (documento no publicado). 2013.
- MURILLO, F. Javier; GARRIDO, Cynthia Martínez. Segregación social en las escuelas públicas y privadas en América Latina. Educação & Sociedade, vol. 38, p. 727-750, 2017.
- MYERS et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. Nature, v. 403, p. 853, 2000.
- NAKAGAWA, S.; SANTOS, E. S. Methodological issues and advances in biological meta-analysis. Evolutionary Ecology, v. 26, p. 1253-1274, 2012.
- NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. Estudos avançados, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.
- OJIMA, R. As dimensões demográficas das mudanças climáticas: cenários de mudança do clima e as tendências do crescimento populacional. Revista Brasileira de Estudos de População (Impresso), v. 28, p. 389-403, 2011.
- OJIMA, R. A vulnerabilidade socioambiental como conceito interdisciplinar: avanços e potencialidades para pensar mudanças ambientais. Revista Cronos, vol. 13, no 1, p. 110-120, 2012.
- OJIMA, R.; MARANDOLA JR, E. Indicadores e políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas: vulnerabilidade, população e urbanização. Revista Brasileira de Ciências Ambientais, v. 18, p. 16-24, 2011.
- OJIMA, R.; MARANDOLA JR, E. O desenvolvimento sustentável como desafios para as cidades brasileiras. Cadernos Adenauer, vol. 1, p. 23-36, 2012.
- OLIVEIRA, F. A questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos. In: Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, 1. Brasília: CNAS, out. 1995.
- OTERO-CORTÉS, Andrea. Río Ranchería: entre la economía, la biodiversidad y la cultura. Documentos de Trabajo Sobre Economía

Regional y Urbana; No. 190, 2013.

OVERSBY, John. Teachers' learning about climate change education. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, vol. 167, p. 23-27, 2015.

PALACIOS, M. Como organizar la información de ciencia y tecnología en Latinoamérica?. *Colombia Médica*, v. 47, n. 3, p. 131-132, 2016.

PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Revista brasileira de história*, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006.

PIMENTEL, D. *Biological invasions: economic and environmental costs of alien plant, animal, and microbe species*. Boca Raton: CRC press. 2014.

POLO, J. La conquista del Caribe Colombiano o la pedagogía exploratoria para el establecimiento de la dominación española. G. Bell Lemus, *La región y sus orígenes. Momentos de la historia económica y política del Caribe colombiano*, p. 15-38, 2007.

PORTO, M. F.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. *Ciência & saúde coletiva*, vol. 14, p. 1983-1994, 2009.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. *Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2006.

REIGOTA, M. *Meio ambiente e representação social*. 8 edição. *Questões da Nossa*, 2010.

REPPOLD, T. et al. Prevenção de problemas de comportamento e o desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In: HULTZ, C. S. et al. *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

RODRIGUES, A. M. *Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana*. São Paulo, Hucitec. Disponível em: http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/rodrigues_producaoconsumo.pdf. Acesso em: 23 fev 2012. 1998.

RODRIGUES, F. Os novos desafios da urbanização brasileira: uma avaliação do direito à cidade na década de 2000. *Revista Latinoamericana de Población*, v. 5, n. 8, p. 141-158, 2011.

RODRÍGUEZ-VIGNOLI, J. Migración interna en ciudades de América Latina: efectos en la estructura demográfica y la segregación residencial. *Notas de población*, n. 93, p. 135-167, 2011.

ROLDÃO, M. D. C.; ALMEIDA, S. *Gestão curricular*. Ministério da Educação, Direção-Geral da Educação. 2018.

RUIZ-MALLEN, I, et al. Contextualising learning through the participatory construction of an environmental education programme. *International journal of science education*, vol. 32, no 13, p. 1755-1770, 2010.

SAUVÉ, L. Environmental education and sustainable development: A further appraisal. *Canadian Journal of Environmental Education* v. 1, p. 7-34. 1996.

SANTA, S.; HERRERO-SOLANA, V. Cobertura de la ciencia de América Latina y el Caribe en Scopus vs Web of Science. *Investigación bibliotecológica*, v. 24, n. 52, p. 13-27, 2010.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo, Nobel. 1985.

- SCHWARTZMAN, F. et al. Background and elements of the linkage between the Brazilian school feeding program and family farming. *Cadernos de saude publica*, vol. 33, p. 99816, 2017.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- SIN, S. C. J. International coauthorship and citation impact: A bibliometric study of six LIS journals, 1980–2008. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 62, p. 1770–1783, 2011.
- SOFFIATI, Arthur. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*, vol. 4, p. 23-68, 2002.
- SOLANO, Ramón Bedolla, et al. La educación ambiental para la sustentabilidad a considerar el diseño de un currículo. *Revista Atlante: Cuadernos de Educación y Desarrollo*. 2016. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/atlante/2016/02/curriculo.html>. Acesso em: 03 set. 2022.
- SOTELO, I. L.; COLUMBIE, H. G. Environmental Health for Sustainable Hygienic Education in Rural School Students. 2018.
- SOUZA, R. Uma experiência em educação ambiental: formação de valores socioambientais. Tesis de Maestría en Servicio Social. Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2003.
- STAUDT, M. V.; MAZZARINO J. M. Dispositivos audiovisuais na educomunicação socioambiental escolar: Explorações políticas e estéticas. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)* v. 11, n. 1, p. 157-172. 2016.
- THORNTON; BRANCH, Transboundary mammals in the Americas: Asymmetries in protection challenge climate change resilience. *Diversity and Distributions*, v. 25, n 4, p. 674-683. 2019.
- TILT, C. A.; SYMES, C. F. Environmental disclosure by Australian mining companies: environmental conscience or commercial reality?. in *Accounting Forum*. Hoboken: Blackwell Publishers Ltd, p. 137-154. 1999.
- TORO, José Bernardo. Educación para la democracia. OEI. Recuperado de <http://ww.oei.es/noticias/spip.php>, 2007. Acesso em: 02 oct. 2019.
- TOLEDO, V. M. Repensar la conservación: ¿ áreas naturales protegidas o estrategia bioregional?. *Gaceta ecológica*, n. 77, 2005.
- TROMBULAK, S. C. et al. Principles of conservation biology: Recommended guidelines for conservation literacy from the education committee of the society for conservation biology. *Conservation biology*. v. 18, n. 5, p. 1180-1190. 2004.
- TURBELIN, Anna J., Bruce D. MALAMUD, and Robert A. FRANCIS. "Mapping the global state of invasive alien species: patterns of invasion and policy responses." *Global Ecology and Biogeography* 26, no. 1, p. 78-92, 2017.
- VAZ, A. S. et al. The progress of interdisciplinarity in invasion science. *Ambio*, v. 46, n. 4, p. 428- 442, 2017.
- VEIGA, I. P. A. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?. *Cadernos Cedes*. 2003.
- VEIGA, J. E. O âmago da sustentabilidade. *estudos avançados*, vol. 28, no 82, p. 7-23, 2014.
- VILLAR, P. C. International cooperation on transboundary aquifers in South America and the Guarani Aquifer case. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 59, n. 1, 2016.
- VIOLA, E. J. et al. O movimento ecológico no Brasil, 1974-1986: do ambientalismo à ecológica. 1987.

VITOUSEK, P. M. Beyond global warming: ecology and global change. *Ecology*, v. 75, n. 7, p. 1861-1876, 1994.

WALSH, Jake R., Stephen R. Carpenter, and M. Jake Vander Zanden. "Invasive species triggers a massive loss of ecosystem services through a trophic cascade." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 113.15, 4081-4085, 2016.

WAYLEN, K. A. et al. Policy-driven monitoring and evaluation: Does it support adaptive management of socio-ecological systems?. *Science of the Total Environment*, v. 662, p. 373- 384, 2019.

WEBER, M.; GONZALEZ, S. Latin American deer diversity and conservation: a review of status and distribution. *Ecoscience*, v. 10, n. 4, p. 443-454, 2003.

WENDEL, H. E W; ZARGER, R. K.; MIHELICIC, J. R. Accessibility and usability: Green space preferences, perceptions, and barriers in a rapidly urbanizing city in Latin America. *Landscape and urban planning*, v. 107, n. 3, p. 272-282, 2012.

WINSTON, J. E. Describing species: practical taxonomic procedure for biologists. Columbia University Press, 1999.

YOUNG, A. M.; LARSON, B. M. Clarifying debates in invasion biology: a survey of invasion biologists. *Environmental Research*, v. 111, p. 893-898, 2011.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Org.). *Resiliência e educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ZAMAN, G; GOSCHIN, Z. Multidisciplinarity, Interdisciplinarity and Transdisciplinarity: Theoretical Approaches and Implications for the Strategy of Post-Crisis Sustainable Development. *Theoretical & Applied Economics*, vol. 17, no 12, 2010.

ZUUR, A.; IENO, E. N.; WALKER, N.; SAVELIEV, A. A.; SMITH, G. M. *Mixed effects models and extensions in ecology with R*. New York: Springer Science & Business Media. 2009.

Jeam Claude de Souza Gomes

jeagomes50@gmail.com

3. Orientador(a): Winifred Knox

4. Nível: Doutorado

5. Ano de ingresso: 2023

6. Realizou alguma qualificação: Nenhuma das opções

7. Linha de Pesquisa: ESPAÇOS RURAIS E DINÂMICAS TERRITORIAIS

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Laboratório de Estudos Rurais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

9. Sobre o que é sua pesquisa?

Em busca da terra dos sonhos: Assentados Rurais LGBTQIAPN+ e o Imaginário da Liberdade Cosmopolita

O presente estudo tem como objetivo realizar uma análise fundamentada na teoria de gênero para investigar as práticas de resistência das pessoas LGBTQIAPN+ que vivem em contextos rurais, frente à heteronormatividade, a violência e a LGBTfobia, no estado do Rio Grande do Norte. A subjacente é que, em comunidades de pequeno porte, o controle sobre os indivíduos é mais acentuado, enquanto que as representações da sociedade de espetáculo disseminadas pela grande mídia e pelas redes sociais criaram para a construção de um conceito imaginário idealizado de liberdade e vivência LGBTQIAPN+ em áreas urbanas e metropolitanas, permitindo a expressão das diversas identidades de gênero, ou sua ausência. Acredita-se que uma das estratégias de resistência adotadas por essa população ocorra por meio do processo migratório, com o propósito de buscar uma vida que escape das normas restritivas impostas pelo patriarcado heteronormativo, como teorizado por Sedgwick (1990) em relação ao conceito do "armário". Nesse contexto, o estudo questiona a ideia de uma suposta liberdade cosmopolita, considerando a hipótese de que a maior liberdade está associada ao ambiente urbano, devido à projeção de uma imagem positiva dessa esfera, apesar dos frequentes registros de violência e violação dos direitos humanos contra a população LGBTQIAPN+ nos centros urbanos.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

Inicialmente, estamos empreendendo um processo de mapeamento dos assentamentos rurais no estado, com o propósito de discernir aqueles que manifestam uma incidência mais acentuada de LGBTfobia, bem como desenvolver ações direcionadas à resistência contra tais formas de violência. A pesquisa em questão tem como alvo uma seleção de 10 assentamentos localizados nos 10 territórios rurais/cidadania do estado do Rio Grande do Norte.

11. Qual o problema de pesquisa?

No contexto das Ciências Sociais e Humanas, a temática da sexualidade e gênero tem ganhado reconhecimento e espaço nos debates e estudos acadêmicos, especialmente a partir da década de 1990, quando a pesquisa sobre sexualidade foi legitimada no âmbito acadêmico brasileiro, conforme apontado por Vance (1995). Os estudos sobre sexualidade e feminismo desempenham um papel importante na compreensão da sociedade contemporânea, especialmente no que diz respeito à expansão do conceito de cidadania, como destacado por Nazaré (2011).

Essas diretrizes seguiram para o processo de politização da esfera pública ao colocar questões como sexualidade, reprodução e tarefas domésticas no centro das discussões, transcendendo as questões socioeconômicas. Essa preocupação é legítima em uma sociedade em que a sexualidade é fortemente influenciada por um padrão heteronormativo intenso, conforme discutido por Butler (2012). Esse padrão heteronormativo também se estende às áreas rurais, onde, de acordo com alguns autores, ocorre uma cristalização elevada de valores e costumes (Éribon, 2008), situação que é reproduzida e fortalecida quando consideramos a divisão sexual do trabalho como um dos fundamentos da agricultura familiar (Wall, 1986).

No que diz respeito aos estudos sobre sexualidade, eles ganharam impulso a partir da década de 1980, quando diversos teóricos passaram a refletir de maneira mais sistemática sobre a questão da homossexualidade, frequentemente focando em um padrão masculino e urbanizado. Entre esses autores, destacam-se Guimarães (1977), Fry (1982), MacRae (1983), Parker (1986), Perlongher (1987) e Mott (1987), que abriram novos caminhos para o estudo das "homossexualidades". Nos estudos rurais, alguns autores já abordaram as dimensões específicas da sexualidade no contexto rural, embora esse tema não tenha sido o foco central de suas pesquisas.

Assim, o primeiro ponto relacionado ao problema de pesquisa visa abordar a falta de trabalhos acadêmicos sobre temas relacionados aos sujeitos LGBTQIAPN+ rurais no Brasil e em outras partes do mundo. Isso contrasta com a ideia de que o campo científico está limitado ao modelo do "homem" camponês, uma vez que os próprios sujeitos rurais se mobilizam e refletem sobre as sexualidades e os gêneros que consideram os dissidentes.

Outro ponto relevante é o incentivo para a comunidade LGBTQIAPN+ brasileira, em que cerca de 20 milhões de brasileiros (10% da população) se identificam como LGBTQIAPN+, de acordo com um levantamento da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Cerca de 92,5% dessas pessoas relataram um aumento da violência contra a população LGBTQIAPN+, de acordo com uma pesquisa da organização de mídia Gênero e Número, com o apoio da Fundação Ford. A pesquisa também revela que, em comparação com os Estados Unidos, por exemplo, as pessoas trans brasileiras têm um risco 12 vezes maior de sofrer morte violenta do que as pessoas trans americanas. Esses dados são apenas uma amostra dos relatórios que apontam o Brasil como o país com maior número de assassinatos de pessoas trans.

O relatório mundial da Transgender Europe mostra que, dos 325 assassinatos de pessoas transregistrados em 71 países nos anos de 2016 e 2017, 52% deles, ou seja, 171 casos, ocorreram no Brasil. Um estudo divulgado no Dia Internacional do Orgulho deste ano

revelou que 26,9% dos estados brasileiros não mencionam as comunidades LGBTQIAPN+ em seus Planos Plurianuais (PPAs), que são documentos definidos pela Constituição Federal e que estabelecem diretrizes, objetivos e metas para a administração pública ao longo de quatro anos, orientando a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). A ausência de menção às comunidades LGBTQIAPN+ nos PPAs pode resultar na falta de políticas públicas direcionadas a essas comunidades durante o período de vigência desses planos.

A lema do relatório emitido pela Transgender Europe é que os assassinatos motivados pela LGBTfobia são apenas a "ponta do iceberg". Com base nos dados obtidos por meio das denúncias recebidas pelo Disque 100, iniciativa do Ministério dos Direitos Humanos em 2017, constatou-se que a maioria das denúncias das pessoas LGBTQIA+ está relacionada à violência psicológica, que inclui atos de ameaça, humilhação e bullying.

A pesquisa também apontou que a LGBTfobia é a terceira maior causa de bullying. Além disso, a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil de 2016 revelou que 73% dos estudantes LGBTQIA+ relataram ter sido agredidos verbalmente, e 36% deles relataram agressões físicas. A intolerância em relação à sexualidade levou 58,9% dos alunos que sofrem agressões verbais constantes a faltarem às aulas pelo menos uma vez por mês.

Em segundo lugar nas denúncias de LGBTQIA+ ao Disque 100 estão os crimes de detecção com base no gênero e/ou na sexualidade de um indivíduo em várias esferas, como a saúde e o trabalho. Em terceiro lugar está a violência física, que inclui desde lesões corporais até homicídios. Estima-se que jovens rejeitados por suas famílias por serem LGBTQIA+ têm 8,4 vezes mais chances de tentar suicídio.

Essas estatísticas se refletem em outra: entre os adolescentes, lésbicas, gays e bissexuais têm até cinco vezes mais chances de cometerem suicídio do que os heterossexuais. Diante desses indicadores, muitas vezes não é evidente a situação das zonas rurais brasileiras, onde os casos de violência e LGBTfobia são subnotificados.

Por fim, outra questão relacionada ao problema de pesquisa é a ideia de que muitos LGBTs rurais buscam o que Eribon (2008, p. 32) chama de "mitologia" da cidade e da capital na cultura gay, ou seja, a construção da fantasia coletiva da homossexualidade e do "mundo gay" das grandes cidades.

Diante disso, as perguntas iniciais desta pesquisa são: como esses indivíduos buscam a fantasia da liberdade urbana? Como conquistam "a própria perda, a dispersão anônima e indefinida no tempo" (Pelbart, 2005, p. 288)? Como escapam da ideia petrificada e violenta de um mundo heteronormativo? A que formas de violência estão sujeitas? Quais estratégias usar para evitar serem reduzidos?

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Objetivo Geral: Investigar, através de uma análise baseada em estudos de gênero, as estratégias de resistência adotadas por

indivíduos LGBTQIAPN+ que vivem em áreas rurais, em resposta à heteronormatividade, violência e LGBTfobia presentes nos assentamentos do estado do Rio Grande do Norte.

Objetivos específicos:

✓ Sistematizar os dados sobre violências LGBTfobia no Rio Grande do Norte; ✓ Cartografar as áreas de violência da população LGBTQIAPN+ rural no Rio Grande do Norte; ✓ Mapear os casos de LGBTfobia e homicídios de LGBTQIAPN+ em assentamentos rurais do RN; ✓ Dar visibilidade sobre a violência contra a população LGBTQIA+; ✓ Traçar o perfil da população rural LGBTQIAPN+ sobre violências no Rio Grande do Norte; ✓ Examinar os impactos das políticas para os LGBT+ rurais do RN; ✓ Entender como o processo migratório do campo para cidade exprimem o ideal de libertação do "armário"; ✓ Investigar os vínculos emocionais desses sujeitos com o meio rural e com a rede da que fazem parte;

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

Nesta pesquisa, busca-se compreender o gênero como um resultado das práticas culturais e processos de subjetivação, que são influenciados por rígidas normas sociais presentes tanto no âmbito público quanto no privado. Essas normas assumem formas adotadas, naturais, dualistas e hierárquicas, o que pode resultar em violência corporal. A intenção é perceber, construir, criar, recriar e, por fim, subverter essas relações de poder, como proposto por Butler (2003).

O estudo aborda os processos de resistência e luta contra os padrões da heteronormatividade como tema central, compreendendo-os como vigorantes e inspiradores. Isso permite a exploração de processos de subjetivação e significados que são legados a essas práticas culturais e modos de resistência e existência. A fantasia e a possibilidade de libertação do "armário" por parte de indivíduos LGBTQIAPN+ que transcendem as normatividades das identidades de gênero são especialmente relevantes em lugares normalizadores, como assentamentos rurais, cidades pequenas e zonas não urbanas, que são considerados espaços importantes para os movimentos LGBTs.

De acordo com Foucault (2004b), tais movimentos, tradicionalmente marcados pela luta cívica e política, têm o poder de extrapolar suas necessidades para uma estética, uma arte que permite que gays e lésbicas usufruam de sua sexualidade como autocriação de novas formas de relacionamento e amor. Isso implica em criar uma cultura gay que não esconda a sexualidade, liberando a criatividade que existe nela.

Desde o início dos anos sessenta, houve um processo significativo de liberação sexual, que foi benéfico para as maternidades, embora a situação ainda não esteja completamente estabilizada. Acredita-se que a criação de novas formas de vida, relacionamentos, amizades, a arte e a cultura são fatores importantes para estabilizar esse processo de liberação. Trata-se não apenas de se defender, mas também de se afirmar, não apenas como identidades, mas como uma força criativa (FOUCAULT, 2004b).

Ao analisar a homossexualidade em áreas rurais ou não urbanas, é importante considerar o conceito de gênero, que vai além da organização simples em torno da anatomia sexual, como proposto por Butler (2003). Esse conceito está ligado aos efeitos dos atos de fala disponíveis, que foram modificados historicamente, diferenciando na relação entre o psicológico e o social.

Ao observar a resistência ao poder, à normatividade e à LGBTfobia no meio rural, percebe-se que os padrões subversivos e as normas subjetivas ditadas pelas políticas normativas inspiram impulsos afirmativos e exigem outras sensibilidades (Rosa, 2009). Os sujeitos buscam suas áreas no plano social, preenchendo lacunas e explorando novas possibilidades, conforme proposto por Deleuze (1996, p. 234). É amplamente reconhecida a existência de uma relação entre a vivência LGBTQIAP+ e o contexto urbano. Eribon (2008) destaca que "a cidade sempre foi um refúgio para os homossexuais" (p. 31). Os estudos de Parker (2002, p. 251-252) elucidam que:

Para homens que foram criados em áreas rurais ou pequenas cidades do interior, a oportunidade de viver em capitais estaduais ou regionais como Fortaleza, com maior abertura, anonimato e tolerância, pode representar um grande alívio. No entanto, para aqueles que cresceram nestas cidades, o peso da vigilância familiar, a pressão social da comunidade e outros fatores podem se tornar excessivos, e buscar refúgio em grandes cidades como Rio de Janeiro ou São Paulo passa a ser uma alternativa viável (PARKER, 2002, p. 251-252).

Portanto, fica evidente que há uma relação entre não-heterossexualidade e o ambiente urbano, sendo essa uma questão problemática no meio rural. Didier Eribon (2008, p. 31-33) constata que as cidades continuam sendo destinos migratórios permanentes para gays e lésbicas, afirmando que "a homossexualidade tem uma ligação com a cidade", enquanto Vieira (2011, p. 50) enfatiza que "um dos elementos centrais na construção das identidades lésbicas e gays está relacionado à atração pelos espaços urbanos centrais, especialmente as metrópoles".

Segundo Teixeira (2015, p. 27):

Mesmo com o anonimato fornecido pelo ambiente urbano, contraditoriamente, a cidade pavimentada o caminho para a formação da identidade "homossexual" e "lésbica", uma vez que nesse contexto, corpos identificados (ou estigmatizados) com essas subjetividades se tornam legíveis para si mesmos e para os outros, concedendo o reconhecimento, a formação de grupos ou a exclusão. A migração oferece a oportunidade e/ou a necessidade de corpos se libertarem da vigilância do meio rural; o capitalismo fornece os meios necessários para esses corpos se libertarem da dependência econômica familiar, conferindo certa autoridade sobre seus próprios corpos; a urbanização cria espaços que, por sua vez, oferecem oportunidades de encontros sexuais, reconhecimento e também fornecem o anonimato que não apenas protege,

No entanto, não se deve pensar que não há afetividade e relações entre pessoas LGBTs que residem em áreas rurais, uma vez que Rogers (2006), em sua pesquisa etnográfica, constatou a prática de relações homossexuais masculinas em um pequeno povoado rural no interior do Ceará. Seguindo essa mesma linha de pensamento, Teixeira (2015, p. 32) afirma que "com o advento da Internet, salas de bate-papo online, redes sociais e aplicativos de geolocalização gays [...], a sociabilidade homossexual nas

pequenas cidades (e até mesmo em áreas rurais) tem sido reconfigurada, desestabilizando polaridades como centro e periferia, urbano e rural". Isso mostra que, a partir dos anos 2000, ocorreu uma interiorização das manifestações da sociedade homossexual fora das grandes metrópoles do Brasil.

Apesar disso, as áreas urbanas ainda são atraentes para muitas pessoas LGBTs, em consonância com o que Eribon (2008, p. 32) chama de "mitologia" da cidade e da capital na cultura gay, ou seja, um imaginário coletivo sobre a existência de um "mundo gay" nas grandes cidades. Por que as metrópoles permitem o estabelecimento desse "mundo gay"? A partir desse contexto, é importante destacar dois conceitos relevantes para o nosso estudo, especialmente quando se busca analisar a migração de LGBTs das áreas rurais para os centros urbanos. O primeiro deles é a noção de "região moral" de Park (1976) e o conceito de "anonimato relativo" de Velho e Machado (1977). Em cidades pequenas e não urbanizadas, embora os indivíduos desempenhem papéis distintos, esses papéis são reconhecidos pelo seu grupo social, onde "a rotina da cidade do interior consiste exatamente nisso". As expectativas são vividas cotidianamente" (VELHO e MACHADO, 1977, p. 80).

Portanto, manter um relacionamento anônimo com alguém do mesmo sexo em cidades pequenas é altamente dependente, devido à forte vigilância social, em comparação com as grandes cidades, onde é possível manter o anonimato característico das metrópoles, permitindo o desempenho de papéis distintos em diferentes contextos sociais, não coincidentes e, até certo ponto, destacados. Isso é o que seria chamado de "anônimo relativo" (VELHO e MACHADO, 1977).

No entanto, esse anonimato não é absoluto, uma vez que a própria mobilidade que favorece o deslocamento de um indivíduo entre diversos contextos sociais dificulta a existência de áreas exclusivas (VELHO e MACHADO, 1977, p. 80). Assim, a liberdade proporcionada pelos grandes centros urbanos à população LGBTQIAPN+ permite que aqueles que vivem no "armário" encontrem refúgio nestas cidades, principalmente para aqueles que, em algum momento, se desviam do comportamento padrão. Ao serem menos vigiados, eles também são menos punidos (LANZARINI, 2013, p. 71).

No entanto, embora a cidade grande proporcione um relativo anonimato, ela também possibilita a construção de redes afetivas, onde pessoas com interesses, gostos e desejos semelhantes interagem entre si, como destacado por Eribon (2008, p. 34): "um homossexual que decidir viver em uma cidade grande se junta a eles que seguiram esse caminho antes dele, criando um mundo que o atrai e com o qual ele muitas vezes sonhou por muito tempo antes de poder acessá-lo".

Portanto, é importante ressaltar que nem todos os indivíduos rurais embarcam em uma "diáspora" em direção ao mundo urbano. Muitos permanecem no meio rural, adotando novas formas de convivência e sobrevivência, incorporando diferentes aspectos do contexto metropolitano e formulando sua própria resistência diante da heteronormatividade. Magalhães (2017) afirma que a vivência de uma sexualidade ou de uma expressão de gênero dissidente no meio rural deve ser entendida como um evento com dimensões e alcances distintos dos sons no meio urbano.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

Em termos metodológicos, no primeiro momento elegemos a pesquisa bibliográfica com o

intuito de se realizar um levantamento teórico sobre os principais estudos direcionadas ao objetivo empírico deste estudo. Em um segundo momento será aplicado a pesquisa cartográfica social e georreferenciada (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2010; ROLNIK, 1989), por compreender que este método nos permite fortalecer a aproximação das dimensões subjetivas e práticas culturais de jovens LGBTQIAPN+ residentes no meio rural. A Cartografia é um termo que se refere tradicionalmente à ideia de um "mapa", em oposição à topologia quantitativa, que categoriza estaticamente o terreno extenso. Neste estudo, procuramos construir um mosaico de impressões, onde metas, objetivos, intensidade de cores e formatos, serão alcançados através da observância, vivência, apreendendo ao

longo do nosso estar, literalmente no campo. O processo de "observação participante" dar-se por meio do registros em "diário de campo" (FONSECA, 1999, p. 66), os quais são compõe o método cartográfico, juntamente com entrevistas, conversas informais, participação de eventos públicos e privados, imersão nas comunidades/territórios e encontros com os jovens LGBTQIA+ que vivem no campo ou regiões não-urbanas; e compartilham conosco este mapeamento/campo, destacando seus processos de subjetivação e práticas culturais por meio de suas narrativas/histórias de vida.

Para a seleção dos assentamentos será realizado um levantamento junto aos órgãos do

governo, aos movimentos sociais, especialmente o MST, que versam sobre o assunto, levantamento de notícias da mídia, e após a coleta, organização do material e algumas entrevistas exploratórias, serão realizados trabalho de campo para realização das etapas da pesquisa para a realização da cartografia social e georreferenciada. O plano de trabalho compreenderá o percurso metodológico circunscrito pelas seguintes

etapas: 1) Pesquisa bibliográfica e documental para construção do referencial teórico, este será realizado durante todo o curso, com objetivo embasar o estudo da temática e da produção científica; 2) Levantamento de dados estatísticos; 3) Pesquisa de campo em assentamentos rurais do RN, para realização de entrevista; 4) Processo de cartografia social e análise dos dados produzidos durante a pesquisa, produção da tese e procedimentos de defesa.

15. Quais os resultados você já tem?:

Não possui resultados.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Não possui resultados.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

- 1) Pesquisa bibliográfica e documental para construção do referencial teórico, este será realizado durante todo o curso, com objetivo embasar o estudo da temática e da produção científica; Janeiro a Agosto de 2023.
- 2) Levantamento de dados estatísticos; Setembro a Dezembro de 2023.
- 3) Pesquisa de campo em assentamentos rurais do RN, para realização de entrevista; Março a Dezembro de 2024.

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

ALVES, P. M. FERNANDES, S. M. S. ; DUARTE, T. S. . Território do medo para a população

LGBTQIA +: Uma análise dos discursos sobre a fragmentação da cidade. In: CIC - XXIX

Congresso de Iniciação Científica, 2020, Pelotas. Anais CIC - XXIX Congresso de Iniciação

Científica. Pelotas, 2020. p. 1-1.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: Bourdieu, Pierre (Org.). A miséria do mundo.

Petrópolis: Vozes, 2008. p. 159-166.

_____. pierre. Os excluídos do interior. In: ____ NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio

(orgs). Escritos da Educação. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 218-227. Brasília, 2006.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro,

Civilização Brasileira, 2003. camponesas. 2006. 173 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia)- Universidade de Brasília.

ERIBON, D. Reflexões sobre a questão gay. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FERREIRA, G. S. A RELAÇÃO CAMPO CIDADE: DICOTOMIA OU CONTINUIDADE. In:

VII CONINTER, 2018, RIO DE JANEIRO. CONGRESSO INTERNACIONAL, 2018.

FERREIRA, P. R. Os Afectos Mal-Ditos: o indizível das sociedades camponesas. 2006.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso. Pesquisa Etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação.

Jan/fev/mar/abr. 1999, no 10.

FOUCAULT, M. "Os corpos dóceis". Vigiar e punir: nascimento da prisão. 29a ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a.

_____. michel foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. (Entrevista de

Michel Foucault a B. Gallagher e A. Wilson. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento). Verve, vol. 5, 2004b. (260-277).

MAGALHÃES, Pedro Mourão De Moura. Terra, amor e existência: sobre a atuação do coletivo LGBT do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Trabalho de Conclusão de Curso –Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Mundo rural piauiense. Bagoas, Natal (RN), v. 6, n. 8, p. 171-186, 2012.

PARK, R. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano". In:

VELHO, O. (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PARKER, R. Abaixo do Equador. Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade

ROGERS, P. Os afectos malditos. O indizível das sexualidades camponesas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ROLNIK, S. Cartografia sentimental: Transformações contemporâneas do desejo. SP: Est.

Liberdade, 1989.

ROSA, R. M. Corpos híbridos na docência: experiências, narrativas de si e (des) construção das masculinidades no magistério. (Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação pelo curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC). Orientadora: Profa. Dra. Gladys Mary Ghizoni Teive. FLORIANÓPOLIS (SC). 2009.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. Epistemology of the closet. Berkeley, University of Califórnia Press, 1990.

TEIXEIRA, M. "'Metronormatividades' nativas: migrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil". Áskesis, São Carlos-SP, 4, p. 23-38, 2015.

João Paulo Silva dos Santos

joaozx@yahoo.com.br

3. Orientador(a): Alexsandro Ferreira

4. Nível: Doutorado

5. Ano de ingresso: 2020

6. Realizou alguma qualificação: Qualificação

7. Linha de Pesquisa: CIDADES E DINÂMICA URBANA

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Planejamento Territorial em diferentes escalas espaciais: políticas públicas e desenvolvimento urbano no Rio Grande do Norte – construção de dados e análises socio espaciais.

9. Sobre o que é sua pesquisa?

- Temática: Espaço Urbano/Regional

- Objeto: A condição regional e urbana de Mossoró, em meio a reestruturação produtiva do Sertão do Nordeste, nos primeiros 20 anos do século XXI.

- Hipóteses:

A) A posição atual de Mossoró como uma Capital Regional (IBGE, 2020) é uma condição associada aos efeitos das mudanças na estrutura produtiva do Sertão Nordestino, disseminadas a partir da reestruturação produtiva.

B) A outra hipótese, derivada da anterior, aponta para a existência de uma relação entre a posição regional de Mossoró e produção do seu espaço urbano. Ela assume que as oscilações na intensidade dos fluxos produtivos que perpassam Mossoró e municípios próximos, alteram as combinações socioespaciais que regulam a expansão da urbanização e promovem continuamente a fixação de investimentos públicos e privados no espaço urbano mossoroense para que ele prevaleça como um ponto de integração da infraestrutura produtiva e do consumo regional. A partir dessas variações, os agentes sociais, reorganizam a área urbana para que o processo de acumulação do capital mantenha-se constante.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

A) Onde:

O Território delimitado para a pesquisa aglutina áreas urbanas que estão na região de influência da Capital Regional Mossoró.

Ele foi definido como Território Pluridinâmico de uso intensivo de recursos naturais (TPURN). Devido as múltiplas e semelhantes dinâmicas de produção capitalista presentes nos municípios, onde se desenvolvem atividades que fazem uso intensivo dos recursos

naturais existentes na região (ELIAS e PEQUENO, 2018), o recorte espacial foi denominado de território pluridinâmico de uso intensivo de recursos naturais (TPURN).

É formado por 23 municípios entre as regiões oeste do Rio Grande do Norte e a leste do Ceará. São 17 municípios no Rio Grande do Norte (Mossoró, Areia Branca, Tibau, Grossos, Porto do Mangue, Serra do Mel, Carnaubais, Alto do Rodrigues, Ipanguaçu, Açu, Upanema, Governador Dix-Sept Rosado, Apodi, Severiano Melo, Baraúna, Felipe Guerra e Caraúbas) e seis municípios do Ceará (Icapuí, Aracati, Jaguaruana, Russas, Limoeiro do Norte e Quixeré).

B) Quando

Nas duas primeiras décadas do século XXI (entre os anos 2000 e 2020)

11. Qual o problema de pesquisa?

Como a reestruturação produtiva no Sertão do Nordeste esteve associada à manutenção da posição de Mossoró como uma Capital Regional e com à configuração do seu espaço urbano, nas primeiras duas décadas do século XXI?

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Dentro dessa limitação o objetivo da pesquisa é, partindo da existência de uma reestruturação produtiva no Sertão Nordeste, verificar modificações na estrutura produtiva do TPURN para identificar se elas contribuíram na consolidação da posição de Mossoró como uma Capital Regional e como elas afetaram a produção do espaço urbano do município. Os objetivos propostos são: Os objetivos propostos são:

- I. identificar as principais alterações produtivas ocorridas no Sertão nordestino relacionadas com a RP e as suas consequências para a conformação das características da estrutura produtiva e urbanas/regionais do TPURN;
- II. Verificar os efeitos da reestruturação produtiva do Sertão, na estrutura produtiva dos municípios mais importantes (Capital Regional e Centros Sub-Regionais) do TPURN, destacando os rebatimentos na condição de Capital Regional de Mossoró.
- III. identificar processos socioespaciais capitalistas, associados à reestruturação produtiva, que atuaram sobre a área urbana de Mossoró e os seus efeitos na cidade.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

Mossoró foi alvo de estudos que demonstraram como a trajetória das atividades produtivas regionais, desempenhadas historicamente, causaram rebatimentos no seu espaço urbano. A base de argumentação desses estudos é que a condição de polo regional de Mossoró e das alterações no seu espaço urbano, está profundamente relacionada apenas com atividades que realizam a extração ou exploração de recursos naturais regionais, como a salineira, a fruticultura, e a extração de petróleo e gás.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

A) Coleta/dados:

Trabalhamos com dados quantitativos primários e secundários resgatados em bases de dados do IBGE, IPEA, BNDES, BNB, Ministérios e Secretarias do Governo Federal, órgãos estaduais (IDEMA e SET) e municipais (Secretarias de tributação e administração).

B) Sistematização e tratamento dos dados:

Utilizamos métodos quantitativos como estatística descritiva (gráficos e tabelas) e testes de correlações entre variáveis

C) Interpretação dos dados sistematizados:

Seguimos um caminho teórico metodológico que proporcionou a realização de análises sobre a conjuntura regional e urbana de Mossoró, dentro do contexto da reestruturação produtiva, por meio de processos conformadores do espaço capitalista e das relações socioespaciais. Para isso realizamos a interligação das abordagens desenvolvidas por Brandão (2012) sobre os processos de homogeneização (H), a integração (I), a polarização (P) e a hegemonia (H) com as discutidas por Jessop, Brenner e Jones (2018) que trata das relações socioespaciais, existentes entre o território (T), o lugar (L), a escala (E).

- A proposta de utilização dos processos HIPH de Brandão (2012) buscou delimitar, os processos associadas a expansão do capital, que podem estar envolvidos na condição regional do TPURN da área urbana de Mossoró.

- A utilização da abordagem polimórfica da estrutura TLER se propõe a identificar, quais relacionamentos socioespaciais possíveis na matriz TLER, foram mais importantes para a conformação do TPURN e como eles afetaram, e foram afetados, por processos envolvidos na produção do espaço capitalista (homogeneização, integração, polarização e hegemonia), que perpassaram por várias escalas e que se ramificaram de formas diferenciadas no TPURN, nos planos espaciais e temporais.

Para a conjunção HPIH e TLER ser possível é necessário considerar duas condições. A primeira é que na metodologia desenvolvida por Jessop, Brenner e Jones (2018), os processos HPIH, podem ser associados aos termos “estruturas e estratégias”, mas não em uma condição de Ajustes Espaços Temporais, e sim como uma progressiva reestruturação produtiva.

A segunda é que a conjunção pode enriquecer a proposta metodológica de Brandão (2012). Mesmo sabendo que ela é capaz de resultar em uma investigação bem sucedida sobre a condição urbana-regional de um território, considerar que os processos HIPH são conformadores das relações socioespaciais realizadas nas dimensões TLER, e ao mesmo tempo, são moldados por elas, possibilita a apreensão de uma maior quantidade de nuances. Portanto, defendemos que não existe uma hierarquia entre as relações socioespaciais TLER e os processos HIPH. Acreditamos que eles se complementam para evidenciar as condições socioespaciais distintas no processo de crescimento desigual do capitalismo.

15. Quais os resultados você já tem?:

----- COM RELAÇÃO AO OBJETIVO ESPECÍFICO 1:

- Consideramos que a reestruturação produtiva do Sertão do Nordeste teve como vetores três processos interconectados que foram: a “guerra dos lugares”, a desconcentração produtiva do centro dinâmico do país e a onda de investimentos públicos e privados.

- As principais variações produtivas ocasionadas por esses vetores foram:

- A) transição para o regime de acumulação flexível;
- B) Expansão e dispersão de atividades industriais;
- C) Descentralização produtiva;
- D) Desenvolvimento do setor terciário;
- E) Integração e estreitamento de relações entre diferentes regiões;
- F) Atração de investimentos externos e internacionais;
- G) Investimentos privados e públicos em novos empreendimentos urbanos;
- I) Aumento da urbanização de áreas interioranas.

A partir dessas variações, considerando os vetores interconectados da reestruturação produtiva do Nordeste, entendemos que ela propiciou, no TPURN, a conformação da estrutura produtiva do território por meio dos investimentos em infraestrutura, dos avanços tecnológicos na produção agrícola, da diversificação das atividades produtivas dos setores industriais e de serviços e, conseqüentemente do aumento contínuo da valorização do capital aplicado na região. Isso propiciou a manutenção da posição de Mossoró como um "arquipélago" produtivo no TPURN pois a área urbana do município se especializou continuamente em diferentes setores, passando a coordenar os fluxos de capitais hierárquicos dispersos verticalmente entre as escalas.

----- COM RELAÇÃO AO OBJETIVO ESPECÍFICO 2: Verificar os efeitos da reestruturação produtiva do Sertão, na estrutura produtiva dos municípios mais importantes (Capital Regional e Centros Sub-Regionais) do TPURN, destacando os rebatimentos na condição de Capital Regional.

A) Podemos perceber que a reestruturação produtiva promoveu a diversificação da estrutura produtiva dos municípios importantes do TPURN. Setores como comércio, indústria de transformação e serviços experimentaram crescimento expressivo nos cinco principais municípios do TPURN, apontando para uma maior integração das atividades econômicas na região.

B) Houve um crescimento contínuo do número de empresas nos setores do comércio, indústria de transformação e serviços nos municípios de Mossoró (Capital Regional) e nos quatro municípios que são Centros Subregionais (Açu, Aracati, Limoeiro e Russas).

- Entre 1960 e 2000, houve um aumento significativo no número de empresas em todos os setores, evidenciando a expansão da atividade econômica na região.
- C) É possível identificar a condição de Mossoró como polo regional que nele se concentrou a maior parte das empresas ativas no TPURN, chegando a 41% do total até o ano 2000. Isso reflete o papel central que Mossoró desempenhou na atração de investimentos e atividades econômicas, reforçando sua posição como Capital Regional.
- D) A reestruturação produtiva alterou a divisão do trabalho na região, com aumento significativo de empregos formais nos setores de comércio, construção civil, administração pública, ensino e indústria, contribuindo para o crescimento dos municípios fronteiriços com Mossoró.
- E) Visualizamos que os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nos municípios do TPURN, especialmente em infraestrutura como parques eólicos, linhas de transmissão, irrigação e sistemas de abastecimento de água, contribuíram para acelerar a movimentação de capitais e eliminar fricções que limitavam a acumulação de capital.
- F) a partir de 2014, com a instalação da crise econômica nacional, ocorreram novas mudanças na estrutura produtiva dos municípios. O aumento do desemprego levou ao surgimento de novas empresas explorando áreas do mercado consumidor não relacionadas prioritariamente às necessidades básicas da população (NBP). Essa diversificação das atividades empresariais foi uma estratégia para superar a crise e buscar a valorização do capital, o que contribuiu para a homogeneização da economia regional.
- G) O crescimento da diversidade de atividades empresariais mesmo em períodos desfavoráveis indica que, nos cinco municípios mais importantes do TPURN, que a busca contínua da valorização do capital e da universalização da mercadoria foram condicionados pelos vetores da reestruturação produtiva.
- H) O processo de integração entre os municípios do TPURN, caracterizado pela concorrência inter-regional, foi acirrado ao longo dos anos, principalmente entre a Capital Regional (Mossoró) e os Centros Sub-regionais (Açu, Aracati, Russas e Limoeiro do Norte). Essa competição foi evidenciada pelo crescimento ou queda dos registros de novas empresas em cada município.
- I) A concorrência inter-regional foi mais dinâmica no setor da indústria da transformação em comparação com o setor de comércio e serviços. Isso indica que os municípios apresentaram diferentes níveis de competição em cada setor produtivo.
- J) Os registros de empresas demonstram as transformações na importância dos setores produtivos dos municípios ao longo do tempo, indicando a influência das relações socioespaciais na estruturação do território. Essas mudanças foram impulsionadas pela concorrência e pela busca por valorização do capital.
- K) A prevalência de Mossoró em relação aos outros municípios do TPURN no setor de serviços indica que existiu assimetrias na concorrência inter-regional, demonstrando a heterogeneidade estrutural entre os municípios.
- L) A competição entre os municípios promoveu a reorganização das estruturas produtivas do TPURN e estabeleceu uma rede de

interligação entre os espaços produtivos, contribuindo para a integração regional.

M) A concorrência entre os municípios da região pela reprodução ampliada do capital intensificou-se, buscando espaços onde as condições eram mais propícias para a valorização do capital.

N) A concentração do capital em Mossoró beneficiou o consumo produtivo na Capital Regional.

O) A reestruturação produtiva do Sertão nordestino, impulsionada por fatores como a guerra fiscal e os investimentos públicos e privados, promoveu novas configurações produtivas no TPURN. O capital, concentrado inicialmente em Mossoró, se expandiu pelos Centros Sub-Regionais, levando ao crescimento do setor de serviços nesses municípios. Esse processo de polarização e entrelaçamento de atividades produtivas contribuiu para a dispersão de fluxos de capitais pela rede urbana do TPURN, consolidando Mossoró como a Capital Regional.

P) A reestruturação produtiva impulsionou a concentração e centralização do capital na área urbana de Mossoró. O município se tornou um centro polarizador na rede urbana, atraindo investimentos e atividades econômicas que contribuíram para o acúmulo de capital (EVIDÊNCIA DA HIPÓTESE 1).

Q) Os efeitos da reestruturação produtiva do Sertão na estrutura produtiva desses municípios contribuíram para o fortalecimento da posição de Mossoró como Capital Regional, tornando-o um ponto crucial de conexão para os fluxos regionais e consolidando a sua importância como centro polarizador no TPURN (EVIDÊNCIA DA HIPÓTESE 2).

----- COM RELAÇÃO AO OBJETIVO ESPECÍFICO 3: identificar processos socioespaciais capitalistas, associados à reestruturação produtiva, que atuaram sobre a área urbana de Mossoró e os seus efeitos na cidade.

A) A expansão da área urbana de Mossoró e sua região de influência está intimamente ligada aos processos de transformação socioespacial decorrentes da reestruturação produtiva e dos movimentos do capital na região. O mercado imobiliário desempenhou um papel importante na expansão urbana da cidade, respondendo às condições econômicas e sociais criadas pelos processos HIPH. Esses fatores, aliados à concentração e centralização do capital em Mossoró, impulsionaram o crescimento da cidade e sua capacidade de gestão territorial na região.

B) os efeitos disso podem ser visualizado quando destacamos os seguinte fatores:

- Poder concentrador do capital: Mossoró consolidou-se como uma Capital Regional devido ao seu poder concentrador do capital, especialmente em atividades econômicas relacionadas aos serviços e comércio. Isso pode ser observado através da análise dos registros de empresas no município.
- Concentração em setores específicos: Entre os anos 2000 e 2020, houve uma concentração significativa de registros de empresas nos setores de prestação de serviços (65%) e comércio varejista (29,3%), evidenciando a predominância dessas atividades na economia local.

- Bairro Nova Betânia como centro econômico: O bairro Nova Betânia se destacou como o local com maior concentração de empresas de prestação de serviços e comércio varejista. Essa concentração pode ser explicada pela busca das empresas em aproveitar os maiores níveis de renda existentes nessa área da cidade.
- Expansão para outros bairros: Além do centro da cidade, a concentração do capital expandiu-se para outros bairros, como Aeroporto, Santo Antônio e Alto do Sumaré, impulsionando o aumento dos registros de empresas nessas áreas.
- Reestruturação urbana: A expansão do capital em Mossoró provocou a reestruturação urbana, com o desenvolvimento de novos empreendimentos imobiliários e centros comerciais em bairros com maior poder aquisitivo e maior facilidade de acesso.
- Centralização do capital: A centralização do capital na Capital Regional também foi um fator importante para a expansão e reestruturação urbana da cidade. Esse processo atraiu empresas hegemônicas que buscavam eliminar a concorrência regional e promoveu a instalação de instituições relacionadas à gestão do território.
- Influência de fatores externos: As modificações na área urbana de Mossoró não são apenas resultado da ação de empresas locais, mas também estão relacionadas a fatores de hierarquia, poder e macroeconomia regional e nacional.
- Papel do bloco hegemônico local: O bloco hegemônico local teve um papel regulatório entre os interesses das diversas frações do capital local e extrarregional, buscando coalizões de forças capitalistas para manter o poder político, mas não teve um papel significativo no desenvolvimento produtivo e socioeconômico do município.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Considerando a reestruturação produtiva do Sertão do Nordeste, apontamos que ela ocorreu sustentada por três processos interconectados: a "guerra dos lugares", a desconcentração produtiva do centro dinâmico do país e a onda de investimentos públicos e privados.

Esses vetores da reestruturação produtiva resultaram em diversas variações produtivas na sub-região do Nordeste, como a transição para o regime de acumulação flexível, a expansão e dispersão de atividades industriais, a descentralização produtiva, o desenvolvimento do setor terciário, a integração entre diferentes regiões, a atração de investimentos externos e internacionais, investimentos em novos empreendimentos urbanos e o aumento da urbanização de áreas interioranas.

No contexto do TPURN, a reestruturação produtiva propiciou a conformação da estrutura produtiva do território por meio de investimentos em infraestrutura, avanços tecnológicos na produção agrícola e diversificação das atividades produtivas dos setores industriais e de serviços. Isso levou ao contínuo aumento da valorização do capital aplicado na região e contribuiu para manter Mossoró como um "arquipélago" produtivo no TPURN. A área urbana do município polo especializou-se em diferentes setores e passou a coordenar os fluxos de capitais hierárquicos dispersos verticalmente entre as escalas. Por isso entendemos que a

reestruturação produtiva do Nordeste teve impactos significativos no TPURN, impulsionando o desenvolvimento econômico e a valorização do capital.

Ao examinamos os impactos da reestruturação produtiva nos municípios mais relevantes do TPURN (Capital Regional e Centros Sub-Regionais) observamos a ocorrência de uma diversificação da estrutura produtiva nessas localidades, com crescimento expressivo nos setores de comércio, indústria de transformação e serviços. Nesse contexto, Mossoró assumiu a posição de polo regional ao atrair para a sua área urbana a grande maioria das empresas ativas no TPURN.

Podemos identificar efeitos disso no aumento da concorrência inter-regional entre Mossoró (Capital Regional) e os Centros Sub-Regionais. Além disso os registros de empresas refletiram transformações nos setores produtivos dos municípios. A competição entre os municípios pela reprodução ampliada do capital intensificou-se, buscando espaços mais favoráveis à valorização do capital, dentro do próprio TPURN. Esses fatores demonstram que a reestruturação produtiva influenciou a divisão do trabalho no TPURN, impulsionando oscilações no crescimento de empregos formais nos setores de comércio, construção civil, administração pública, ensino e indústria nos municípios.

Por meio da concentração do capital, promovida pelos vetores da reestruturação produtiva, Mossoró beneficiou com o consumo produtivo realizado na sua área urbana o que favoreceu a sua manutenção de polo regional. Dessa forma, Mossoró tornou-se um centro polarizador na rede urbana do TPURN, atraindo investimentos e atividades econômicas que contribuíram para o acúmulo de capital. Portanto, entendemos que os efeitos da reestruturação produtiva no TPURN contribuíram para fortalecer a posição de Mossoró como Capital Regional já que ela passou a desempenhar um papel crucial na conexão dos fluxos de várias escalas.

A expansão da área urbana de Mossoró e sua região de influência estão fortemente relacionadas aos processos de transformação socioespacial resultantes da reestruturação produtiva e das movimentações do capital na região. O mercado imobiliário desempenhou um papel crucial na expansão urbana, respondendo às condições econômicas e sociais decorrentes desses processos. A concentração e centralização do capital em Mossoró impulsionaram o crescimento da cidade, fortalecendo sua posição como Capital Regional.

Os efeitos dessa transformação podem ser percebidos através de diversos fatores. Mossoró consolidou-se como Capital Regional devido ao poder concentrador do capital, especialmente nas atividades de serviços e comércio, como indicado pelos registros de empresas no município. Houve uma concentração significativa de empresas nos setores de prestação de serviços e comércio varejista entre 2000 e 2020, destacando o bairro Nova Betânia como um centro econômico relevante. A expansão do capital também alcançou outros bairros, como Aeroporto, Santo Antônio e Alto do Sumaré.

Essa expansão do capital também desencadeou uma reestruturação urbana, com o desenvolvimento de novos empreendimentos imobiliários e centros comerciais em bairros de maior poder aquisitivo e acessibilidade. A transformação da área urbana de Mossoró não foi somente influenciada por forças locais, mas decisivamente por fatores de hierarquia, poder e macroeconomia regional e

nacional. Portanto, indicamos que a expansão urbana de Mossoró foi moldada pela intensa movimentação do capital no TPURN e no seu polo regional.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

- * Agosto/2023 - Preparar o documento para o exame de pré-defesa da tese;
- * Setembro/2023 - Realizar o exame de pré-defesa da tese;
- * Outubro/novembro/dezembro de 2023 - Trabalhar as questões apontadas pela banca do exame de pré-defesa;
- * Janeiro/Fevereiro de 2023 - Trabalhar as questões apontadas pela banca do exame de pré-defesa;
- * Março/2023 - Realizar a defesa da tese.

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

ALVES, A. M. Políticas de desenvolvimento regional e rede de cidades no Semiárido: concentração, polarização e fragmentação. 2017. XIV, 288 f., il. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

ALVES, G. A. P. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil. 1998. 417f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280484>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

BRANDÃO, C. A. Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

CLEMENTINO, M. L. M. Economia regional e a produção do urbano crítico: lições de Wilson Cano. Economia e Sociedade, v. 30, p. 739-760, 2021.

ELIAS, D; PEQUENO, R. Reestruturação produtiva e do território de Mossoró (RN). In: Tendências da urbanização brasileira: novas dinâmicas de estruturação urbano-regional. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 59-100, 2018.

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço, São Paulo: Annablume, 2005b.

JESSOP, B. BRENNER, N. JONES, M. Teorizando as relações socioespaciais. Geographia, [S.L.], v. 19, n. 41, p. 107-119, 25 jan. 2018. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/geographia2017.v19i41.a13814>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13814>. Acesso em: 08 fev. 2021.

LIMA JUNIOR, F. Estrutura produtiva e rede urbana no Estado do Ceará durante o período de 1980-2010. 2014. 264 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286403>>. Acesso em: 11 set. 2021.

MARX, K. Grundrisse: esboços da crítica da economia política. Boitempo editorial, 2015.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 2002.

Kleber Soares de Oliveira Santos

klebersosanto@gmail.com

3. **Orientador(a):** Sara Raquel Fernandes Queiroz de Medeiros

4. **Nível:** Doutorado

5. **Ano de ingresso:** 2022

6. **Realizou alguma qualificação:** Nenhuma das opções

7. **Linha de Pesquisa:** CIDADES E DINÂMICA URBANA

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Estudio Conceito

9. Sobre o que é sua pesquisa?

A partir dos elementos colhidos em COHEN (1995), Silva explica que palavra quitinete é consequência do emprego da palavra em inglês “kitchenette”, que significa cozinha pequena. No Brasil, entre os anos de 1940-1950, esse termo já era usado para caracterizar espaços multifuncionais com áreas que variam entre 25 e 40m². O surgimento dessa tipologia ocorreu na Cidade São Paulo naquele intervalo temporal, tendo sido construída por Adolf Franz Heep. Além de aspectos econômicos, a origem do apartamento quitinete estava conectada aos processos de metropolização e modernização daquela cidade .

Desde o nascimento da expressão quitinete no Brasil, observa-se que, em regra, a ideia de sua utilidade ainda parece inalterada. Aquelas pessoas que deixaram seus imóveis constrangidos pelo aumento do valor da locação, bem como pela pressão exercida pela especulação imobiliária, ainda nutrem o desejo de permanecer nas áreas centrais da cidade. Isto é, em decorrência do baixo poder aquisitivo, essa camada da sociedade passou a morar em apartamentos reduzidos (v.g. quitinetes), porém, de outro lado, continuando próximo de espaços de trabalho, serviço, comércio e lazer.

As transformações urbanas evidenciam a construção em terrenos vagos ou a substituição gradativa de antigos imóveis em apartamentos de quitinetes. O que antes era ocupado por uma única família passou a ser objeto de disputa por diversas pessoas. Nesse sentido, o proprietário almeja potencializar sua margem de lucro a partir da exploração máxima do terreno.

Diante desse cenário, a ideia deste projeto de pesquisa é analisar melhor a tipologia de apartamentos quitinetes na cidade de Natal e os seus impactos provocados na sociedade, especificamente no tocante à questão da habitação/moradia.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

A pesquisa acontecerá na cidade de Natal. Sobre o aspecto temporal, inicialmente serão levantadas as bases de dados disponíveis nessa cidade para, em um segundo momento, definir o recorte temporal.

11. Qual o problema de pesquisa?

Como a quitinete se apresenta na Cidade de Natal/RN e se é possível compreendê-la como uma habitação social?

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

À primeira vista, pode-se compreender a construção de quitinetes não possui componentes aptos a se relacionar com a temática de habitação de interesse social, haja vista a ausência de participação direta ou indireta do ente estatal na construção daqueles imóveis. Todavia, a partir do momento em que se volta o olhar para iniciativa privada e compreende sua atuação como forma de suprir necessidades sociais, assegurar o acesso à moradia e trazer, ainda que simbólica, o sentimento de inserção social, pode-se assimilar as quitinetes como habitação social.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

Normalmente, é possível encontrar alguns poucos trabalhos estudando à quitinete. Quando se logra êxito na busca, o texto desenvolve uma pesquisa quantitativa para compreender produção do espaço em determinada área, assim como entender as características que o público alvo desse imóvel. Sobre a quitinete, tem-se ainda o trabalho da Joana Mello de Carvalho e Silva que aborda a sua origem no Brasil (São Paulo) e Exterior, destacando a importância de Adolf Heep. Quanto ao cenário contemporâneo na cidade de Natal, não se tem conhecimento de trabalhos desenvolvidos especificamente acerca da quitinete.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

Será desenvolvido um estudo de natureza metodológica quantitativa, mediante a aplicação de questionário.

15. Quais os resultados você já tem?:

Ainda não possuo resultados

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

ainda não há dados.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

agosto – novembro /2023 - fortalecer e aprofundar a pesquisa bibliográfica; coletar dados; aprimorar a metodologia e qualificar;
janeiro – junho/2024 - escrever o segundo, coletar dados e começar a analisá-los

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

BARON, Cristina Maria Perissinotto. A produção da habitação e os conjuntos habitacionais dos institutos de aposentadorias e pensões – iaps. *Revista Tópos*. V.5, v. 2, 2011.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998).

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Dados revisados do déficit habitacional e inadequação de moradias nortearão políticas públicas. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/dados-revisados-do-deficit-habitacional-e-inadeguacao-de-moradias-nortearao-politicas-publicas>. Acesso em: 23 mar. 2023.

CBIC. Em 2019 o déficit habitacional no Brasil foi de 5, 877 milhões de domicílios. Disponível em: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2021/03/informativo-economico-04-marcio-2021-deficit-habitacional.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

MOREIRA, Susanna. O que é Habitação de Interesse Social? 10 out. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/925932/o-que-e-habitacao-de-interesse-social> . Acesso em: 23 mar. 2023).

PÉREZ, Alex leandro pérez. El diseño de la vivienda de interés social. La satisfacción de las necesidades y expectativas del usuario. *Revista de Arquitectura*, vol. 18, n. 1, ene-jun./2016.

SILVA, Joana Mello de Carvalho e. Quitinete: uma tipologia forjada entre a Europa, os Estados Unidos e o Brasil. *Anais do I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós- graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Rio de Janeiro: 2010.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção de moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MUNIZ, Claudia Andreoli. As palavras sobre os cortiços: análise dos relatórios municipais e da produção acadêmica em são paulo entre as décadas de 1970 e 1980. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v. 24, n. 1, jan.-dez./2022.

VAZ, Lilian Fessler. *Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro*. *Análise Social, Quarta Série*, vol. 29, n. 127, 1994.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; IPPUR; UFRJ, 1997.

BENTES SOBRINHA, Maria Dulce Picanço; LIMA, Huda Andrade Silva de. Aluga-se uma casa: o mercado imobiliário informal no bairro de Mãe Luiza, Natal - RN (Brasil). *Revista Bitácara Urbano Territorial*. Vol. 23, n. 2, jul.-dic./2013

MARICATO, Erminia; AKAISHI, Ana Gabriela. *O Brasil na era das cidades-condomínio*. 2018.

Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201805021454550.Artigo%20de%20Erminia%20ADnia%20Maricato%20e%20Ana%20Akaichi%20publicado%20no%20Outras%20Palavras.pdf>

Lidiane Araújo Aleixo de Carvalho

lidialeixo@hotmail.com

3. Orientador(a): Rodrigo Figueiredo Suassuna

4. Nível: Doutorado

5. Ano de ingresso: 2023

6. Realizou alguma qualificação: Nenhuma das opções

7. Linha de Pesquisa: CIDADES E DINÂMICA URBANA

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

VIOLÊNCIA, TRABALHO E ILEGALISMOS

9. Sobre o que é sua pesquisa?

A pesquisa é sobre a dinâmica do pós cumprimento de medida socioeducativa de restrição e privação de liberdade, de maneira a compreender os efeitos produzidos pelas iniciativas estatais, consoante a política pública do SINASE (Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012), para acompanhamento e apoio a adolescentes egressos do sistema socioeducativo, que tenham cumprido medidas de restrição e privação da liberdade no estado do Rio Grande do Norte.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

No estado do Rio Grande do Norte, no período de 2024-2026.

11. Qual o problema de pesquisa?

Quais são os efeitos produzidos pelas iniciativas estatais de acompanhamento e apoio a adolescentes após cumprimento de medidas socioeducativas de restrição e privação de liberdade no estado do Rio Grande do Norte?

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Pretendemos com a pesquisa, conhecer as iniciativas do estado do Rio Grande do Norte para acompanhamento dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo após cumprimento de medidas de restrição e privação de liberdade, de maneira que possamos identificar as dificuldade de implementação da política, e conhecendo a situação, se possível sugerir caminhos para que a implementação da política seja efetivada e concretizada.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

A Constituição Federal de 1988 e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, inaugurou mudanças

significativas no tratamento dispensado a infância e adolescência evidenciado até então no Brasil. Os instrumentos normativos apresentaram o novo paradigma da Proteção Integral, em contraposição a situação irregular, de maneira a superar uma atuação sob o viés das vulnerabilidades e controle social, e não no contexto no qual eles estavam inseridos. O novo modelo de proteção de crianças e adolescentes, baseado na proteção integral, acaba por romper com o sistema anterior da situação irregular que se caracterizou como um amplo movimento de criminalização da pobreza, mesmo que teoricamente.

Historicamente, o tratamento dispensado aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil, passou por diferentes modelos de lhes atribuir responsabilização por suas condutas delituosas. No primeiro momento, a responsabilização da sua conduta delituosa recebia um tratamento indiferenciado, de maneira que sua condição de menor de idade não trazia especificidade ao formato de punição; no segundo momento, a responsabilização da sua conduta passou a acontecer sob o paradigma menorista ou da situação irregular, modelo tutelar; até chegarmos no modelo atual garantista, fundamentado na proteção integral.

No primeiro modelo, o regime de responsabilização mantinha uma lógica retributiva, de maneira que a punição ao adolescente não recebia nenhum tratamento específico, pela sua condição de menor, sendo o tratamento dispensado semelhante ao atribuído aos adultos. O viés retributivo desse regime, com a imposição de uma pena como retribuição a conduta delitiva, teve fundamento nos primeiros códigos penais do século XIX. (SPOSATO, 2011; MENDEZ, 2006).

Já o segundo modelo, encontra guarida no movimento reformista do final do século XX, haja vista as condições precárias em que se encontravam as instituições carcerárias, que abrigavam tanto adultos quanto adolescentes. Diante da situação de precariedade dos cárceres, institui-se, uma especialização para o atendimento e julgamento dos “menores”, denominação, até então, atribuída a crianças e adolescentes. Na época, foi implementada a “Política Nacional de Bem-Estar do Menor” (Lei nº 4513, de 1964), e criada a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem), e suas representantes no âmbito dos estados (Febems). No entanto, essa separação ao tratamento de adultos e adolescentes, não rompeu com o viés correccional.

Tal modelo compreendia os “menores” como objeto da ação estatal, e não como sujeitos titulares de direitos, de maneira que as ações direcionadas pelo estado eram seletivas, e serviam para atender crianças e adolescentes em situação irregular, quais sejam, os “desvalidos e delinquentes”, expressões utilizadas à época. Situação que evidencia a criminalização da pobreza, mesmo dizendo-se protetiva, praticando a institucionalização aos que não detinham privilégios sociais (SARAIVA, 2010).

A ideia do modelo garantista, está na superação da doutrina da situação irregular, de maneira que, os agora denominados crianças e adolescentes, passam ao status de sujeitos de direitos, destinatários da proteção integral. A Constituição Federal de 1988 dispôs sobre a cooperação entre família, poder público e sociedade, no dever de assegurar direitos fundamentais, mediante sua promoção e defesa.

A proteção especial dispensada as crianças e adolescentes, leva em consideração a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, e quando da prática de ato infracional (crimes e contravenção), passa a integrar um sistema próprio de

responsabilização, o qual determina que o adolescente deverá responder, perante o Estado, por suas ações, por meio do cumprimento de medida socioeducativa, construídas baseadas nos princípios da convivência familiar e comunitária. Sem, contudo, deixar de integrar o sistema amplo, o protetivo, de garantia de direitos, que se traduz na compreensão de que em caso da necessidade de aplicação de medidas restritivas ou privativas de liberdade, o adolescente terá assegurado todos os direitos fundamentais.

A construção do sistema nacional muito se inspirou e, portanto, dialoga com as discussões internacionais, os princípios constitucionais estão em consonância e respaldados em tratados e convenções internacionais, resultantes de uma movimentação global de garantia e promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Dentre os vários instrumentos internacionais merece destaque a Convenção Sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1989, ratificada pelo Brasil em 1990, dentre as suas várias disposições, a convenção defende a aplicação de medida de privação de liberdade aos adolescentes, embasada nos princípios da excepcionalidade e brevidade.

Outro destaque, é a denominada Regras de Beijing, resultante da Resolução 40/33 também da Assembleia Geral da ONU, realizada em 1985. As Regras Mínimas para Administração da Justiça Juvenil, dentre outros pontos, defendem que deve ser dispensado um tratamento adequado aos adolescentes autores de ato infracional, com vistas a sua condição peculiar de indivíduo em desenvolvimento, respondendo diferente do adulto (regra 2.2, a); além de reforçar a excepcionalidade da medida de restrição de liberdade (CNJ, 2016).

Por fim, dentre os documentos internacionais, a Assembleia Geral das Nações Unidas, na Resolução 45/113, de 14 de dezembro de 1990, estabelece as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade, conhecida como Regras de Havana. A convenção defende a aplicação de medidas restritivas de liberdade aos adolescentes infratores, como último recurso e com menor duração possível; o referido documento ainda, explicita a tese de que os centros de privação de liberdade devem adotar medidas que auxiliem a inserção social desses adolescentes quando do término do cumprimento da medida (ONU, 1990).

O momento político de redemocratização experimentado pelo Brasil (SOUZA, 2005) foi sensivelmente favorável ao desenvolvimento das discussões interna à volta do modelo de proteção à criança e adolescente. Nesse sentido, a Constituição Federal do 1988, inaugura na legislação nacional a proteção integral, na medida em que declara no seu artigo 227, a prioridade absoluta da criança e do adolescente, e o dever da família, sociedade e poder público assegurar os direitos fundamentais, além de colocá-los a salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Em seguida, no ano de 1990, no Brasil, foi sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente, uma norma multidisciplinar que estabelece um sistema específico para o atendimento dos adolescentes que cometem ato infracional, ou seja, indivíduos entre 12 e 18 anos de idade que apresentam uma conduta descrita como crime ou contravenção penal.

O Estatuto estabelece que os adolescentes em conflito com a lei, receberam uma medida socioeducativa, em respeito à sua condição

peculiar de sujeito em desenvolvimento.

Dentre as medidas de responsabilização, previstas para serem aplicadas aos adolescentes infratores, tem-se as medidas de restrição e privação de liberdade, classificadas como as medidas mais severas a serem aplicadas aos adolescentes infratores. O ECA também se coaduna e dialoga com os documentos internacionais e a Constituição Federal (1988), no sentido da sua excepcionalidade, brevidade e respeito a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Com vistas a aprofundar a implementação dos princípios trazidos pela proteção integral, e ainda estabelecer diretrizes para o atendimento socioeducativo do país, foi promulgada em 2012 a Lei nº 12.594 a qual instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, regulamentando a execução das medidas socioeducativas. O SINASE representa uma evolução ao estabelecer uma política pública de aprimoramento da proteção integral de adolescentes que cometem ato infracional, dialogando e demandando iniciativas dos mais diversos campos das políticas públicas e sociais (LIBERATI, 2012).

A gestão da política socioeducativa se define nos três níveis de governo, com a definição de atribuições e competências para cada ente da federação. A União fica responsável pela coordenação e definição de normas gerais, enquanto, os estados e municípios, são responsáveis pela coordenação e execução dos programas. Os estados são competentes por manter os programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação, enquanto aos municípios compete criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto (BRASIL, 2012).

A evolução histórica no tratamento dispensado às crianças e adolescentes, no Brasil, indica que “o conjunto de crenças e valores vigentes em cada período foram passo a passo contrastados com novas ideias humanitárias” (FRANCO, 2021). Percebendo que a evolução dos marcos doutrinários foi paulatina, onde cada avanço foi conquistado e construído pautado nas disputas políticas de cada período, contudo, apesar dos avanços obtidos, resquícios dos velhos paradigmas insistiram em permanecer, de forma contraditória, permeando os liames sociais e institucionais.

No entanto, a ausência de recursos para serem investidos em políticas públicas infantojuvenis, também é um fator de perpetuação dos antigos paradigmas na esfera da proteção de crianças e adolescentes. Pesquisa aponta queda nos investimentos em políticas públicas, e a área que vem perdendo investimentos, desde o ano de 2014, foi a área dos direitos da criança e da juventude, justamente aquela área fundamental para o combate às desigualdades sociais, como também na concretização de direitos (QUADRADO; NUNES, 2021).

Não investir nos direitos infantojuvenis é tornar o indivíduo “subcidadão”, segundo Quadrado e Nunes (2021), e todo esse panorama se agrava ainda mais quando o setor é o de socioeducação, tendo em vista que, como já mencionado, o perfil dos adolescentes que ingressam no sistema socioeducativo, em sua grande maioria, é de indivíduos que vivenciam diversas violações de direitos, e inseridos em um ambiente de vulnerabilidades (MALVASI, 2011).

A ausência estatal é percebida, portando, antes da entrada no sistema, muitas vezes sendo o fator de risco que acaba por contribuir

ao adolescente o caminho da criminalidade, em razão da violação de direitos. No momento em que esse adolescente inserido nesse contexto de violação de direitos, e pratica um ato infracional, o Estado chega para puni-lo, contudo, a ausência de direitos continua, transformando esse ambiente de cumprimento de medida socioeducativa, em um ambiente extremamente hostil, com ainda diversas violações de direitos.

O ideário da socioeducação encontra fundamentos na responsabilização do adolescente pelo ato infracional praticado sob o condão da sociopedagogia, por meio de uma política articulada e com características específicas (MOREIRA; MULLER, 2019). A legislação não pretendeu que o caráter das medidas socioeducativas fosse sancionatório e punitivo, mas que houve uma integração entre educação e a consideração das necessidades sociais dos adolescentes em conflito com a lei (BONATTO; FONSECA, 2020).

Contudo, vários desafios ainda precisam ser superados, já que é inconcebível pensar a operacionalização do sistema socioeducativo, sem associar ao contexto de políticas públicas voltadas ao público infantojuvenil, desafio de toda a rede que compõe o sistema de garantias de direitos.

Após o cumprimento das medidas socioeducativas, determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que os estabelecimentos que desenvolvem programas de internação, têm a obrigação de manter programas que visem o apoio e acompanhamento dos adolescentes após cumprirem a medida restritiva de liberdade. Em complemento, a política pública do SINASE define a competência, por manter os programas para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação, para os estados. Portanto, cada estado será competente em manter os programas de acompanhamento e apoio aos adolescentes após o cumprimento de medida socioeducação em meio fechado.

O documento político pedagógico do SINASE e a Lei nº 12.594/2012, definem que será considerado egresso do sistema socioeducativo, aquele adolescente que tiver o processo de execução extinto, ou seja, sem nenhuma pendência de outra medida socioeducativa mesmo que menos gravosa que, por exemplo, possa ter sido progredido do regime fechado para o regime aberto.

O acompanhamento a esses adolescentes, se mostra uma etapa relevante para que esse adolescente que ao entrar no sistema e já estava exposto ao ciclo de vulnerabilidade, e quando retorna a sociedade enfrenta dificuldades tendo em vista os mais diversos estigmas e preconceitos em relação a sua condição de egresso, somado ainda ao fato de retornarem ao ciclo de vulnerabilidades socioeconômicas. De maneira que iniciativas que possam auxiliar nessa transição de saída do sistema e o retorno a convivência social (SOARES, 2019), de maneira a contribuir com o fortalecimento da sua autonomia e protagonismo, no seu caminho de vida.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise

Diante do panorama traçado, a pesquisa pretende investigar quais são os impactos das iniciativas/programas de acompanhamento e apoio a adolescentes após cumprimento de medidas socioeducativas, de restrição e privação de liberdade no estado do Rio Grande do Norte.

Para tanto, do ponto de vista metodológico, o primeiro passo desse estudo será empreender pesquisa bibliográfica e documental, com vistas a construção de fundamentação teórica, e mesmo sendo esse o primeiro item a ser realizado, o seu desenvolvimento durante todo o andamento da pesquisa se faz necessário, como atividade constante. A pesquisa documental e bibliográfica tem o condão de auxiliar de forma singular a obtenção de dados que servem de fundamentação teórica a investigação.

No presente estudo, será importante analisar documentos de implementação da iniciativa de acompanhamento e apoio aos egressos do sistema de socioeducação do estado do Rio Grande do Norte, além dos relatórios produzidos por esse acompanhamento, entre outros documentos produzidos pela Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Norte (FUNDASE/RN), que é o órgão de administração indireta do Governo estadual, vinculado à Secretaria de Estado do Trabalho, da Habilitação e da Assistência Social (SETHAS), responsável pela execução das medidas socioeducativas em meio fechado, aplicadas aos adolescentes infratores de todo Estado.

Dessa forma, identificando as ações oferecidas, no estado do Rio Grande do Norte, para tornar efetiva a obrigação legal de manter programas para acompanhamento e apoio aos egressos do sistema socioeducativo, diagnóstico de extrema relevância para a compreensão das dinâmicas sociais urbanas.

A pesquisas aqui delineada pretende para alcançar seus objetivos, portanto, realizar uma investigação qualitativa, por esta fornecer uma narrativa da visão da realidade dos indivíduos, na medida em que o pesquisador vai a campo objetivando captar o fenômeno a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas; tendo como base os envolvidos (família, equipe técnica e gestores) no processo de acompanhamento aos adolescentes após o cumprimento de medidas em meio fechado, no Rio Grande do Norte.

A partir daí, dois eixos de análise guiaram a nossa investigação: o primeiro pretende compreender as narrativas e significações atribuídas pelos adolescentes às suas experiências no pós-cumprimento de medidas de restrição e privação de liberdade; o segundo busca identificar os mecanismos que dificultam ou facilitam a inserção dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo que cumpriram medidas em meio fechado, no retorno ao convívio social.

Importante, esclarecer que a amostra da investigação será composta por adolescentes egressos do sistema socioeducativo que cumpriram medida em meio fechado. Esse recorte se justifica, em relação aos adolescentes com medidas extintas, tendo em vista que o documento político pedagógico do SINASE e a Lei nº 12.594/2012, definem que o Programa de Egresso ao adolescente se dá para aqueles que tiveram o processo de execução extinto, ou seja, sem nenhuma pendência de outra medida socioeducativa menos gravosa que, por exemplo, possa ter sido progredido do regime fechado para o regime aberto.

Ainda vai compor a amostra de entrevistados as famílias dos egressos selecionados, a equipe técnica que faz parte da iniciativa e fazem o acompanhamento dos egressos, como também os gestores responsáveis pela implementação do programa, de forma a dar subsídio para a construção do perfil dos egressos, bem como identificar as estratégias e metodologias de atendimento utilizadas para o acompanhamento do adolescente pós-cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado.

No Rio Grande do Norte, atualmente, são administradas pela FUNDASE (2019), dez unidades de atendimento ao cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado, sendo as mesmas distribuídas nos municípios de Natal, Parnamirim, Caicó e Mossoró. Contudo, dessas unidades quatro são unidades de internação (CASE e CASEF), três são unidades de cumprimento de medidas de semiliberdade (CASEMI) e três são unidades de internação provisória (CASEP), responsáveis pelo pronto atendimento aos adolescentes e internações provisórias, apenas essas últimas não serão levadas em consideração na coleta de dados, justamente pelo seu viés de provisoriedade.

A pesquisa utiliza a combinação de diversos instrumentos de coleta de dados, como a análise documental dos relatórios elaborados pela FUNDASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo), consoante já mencionado, dentre outros que sejam pertinentes e necessários a investigação; entrevistas dos adolescentes egressos, um representante da sua família, equipe técnica do programa e gestores; além de realizar a observação participante em visitas as unidades que desenvolvem as iniciativas. O modelo de entrevista para a coleta de dados será a semiestruturada, na medida em que para atender os objetivos específicos da pesquisa, de compreender e analisar a trajetória dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo em meio fechado no Rio Grande do Norte, a flexibilidade será importante para apreender a trajetória individual dos egressos, facilitando a posterior, construção do perfil deles.

Visando a construção do perfil dos egressos do sistema socioeducativo após o cumprimento de medida em meio fechado, os adolescentes serão acompanhados durante o período de doze meses. Esse acompanhamento, se dará por meio de um cadastro dos adolescentes, de maneira a possibilitar um controle.

A análise dos dados compreenderá a descrição do perfil do egresso encontrado, do modelo da iniciativa de acompanhamento ao egresso, além dos mecanismos que dificultaram ou facilitaram a inserção dos adolescentes ao convívio social; de maneira a identificar os impactos do acompanhamento dos egressos após o cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado.

Compreender a realidade social de forma sistematizada e de maneira ordenada, embasada em princípios e métodos racionais, significa fazer pesquisa, partindo-se de problemas identificados socialmente, e superando as respostas do senso comum (LAKATOS; MARCONI, 2003).

15. Quais os resultados você já tem?:

Ainda não tenho nenhum resultado. Estamos no processo de escolhas e redesenhando o meu projeto.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Ainda não tenho resultados.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

09/2023 – Revisão da Literatura;

02/2024 – Mapeamento das iniciativas de apoio aos adolescentes egressos

06/2024 - Elaboração do roteiro da entrevista semiestruturada

08/2024 – Idas a campo

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

BRAGA, C.; WINKELMANN, F. POD RS Socioeducação e a potência da prevenção terciária. In: Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 11, n. 1, p. 148-162, 2017. São Paulo. Disponível em:

<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/785/255> . Acesso em: 02 nov. 2022.

BONATTO, V. P.; FONSECA, D. C. Socieducação: entre sanção e a proteção. Educação em Revista, v. 36, Belo Horizonte, 2020.

FRANCO, C. S. Sistema socioeducativo do Estado do Ceará: perspectivas e possibilidades de um novo modelo de gestão. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021

LIBERATI, W. D. O adolescente e Ato Infracional. Medida Socio-educativa e pena? 2. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2012.

LOTTA, G. Burocracia e Implementação de Políticas Públicas: desafios e potencialidades para redução desigualdades. Cadernos Enap, v.81, p. 1-98, 2021.

MALVASI, P. A. “Choque de mentes”: dispositivos de controle e disputas simbólicas no sistema socioeducativo. In: Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGDAS-UFSCar, v. 3, n. 1, p. 331-352, jan./jun., 2011.

MÉNDEZ, E. G. Evolución histórica del derecho de La infancia: Por que uma historia de lós derechos de La infancia? In: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.). Justiça Adolescente e Ato Infracional: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006.

MULLER, C. M.; MOREIRA, D. A política pública da socioeducação no Estado Democrático de Direito Brasileiro. Revista Jurídica da FURB, v. 23, n. 50, jan./abr., 2019.

QUADRADO, J. C.; NUNES, M. N. B. Subcidadania, Estado e corte de gastos: os reflexos da política eletista nas políticas públicas de socioeducação. Anais do Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades, v. 1, 2021.

Rodrigo Emanuel de Sousa Almeida

rodrigoealmeida@gmail.com

3. Orientador(a): Anderson Cristopher dos Santos

4. Nível: Doutorado

5. Ano de ingresso: 2022

6. Realizou alguma qualificação: Nenhuma das opções

7. Linha de Pesquisa: ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

Desigualdade Social e Políticas Públicas: análise multidimensional e possíveis diálogos

9. Sobre o que é sua pesquisa?

A fuga de cérebros da população egressa da graduação (bacharelado, licenciatura e tecnológico) dos Institutos Federais (IFs) em busca de trabalho fora do seu lugar de origem como avaliação da política pública de criação dos institutos em consonância com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT) no Rio Grande do Norte.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

A pesquisa será realizada em cidades interioranas onde houve instalação dos institutos federais a partir do Plano de Expansão da RFEPECT, em que a sua primeira fase teve o período de 2003 a 2006, com a instalação dos campi em Currais Novos e Ipanguaçu no Rio Grande do Norte. Mas, também, dando prosseguimento as demais fases têm-se a criação dos campi após a consolidação da política de expansão da RFEPECT a partir de 2008. Desse modo, nosso traço temporal será realizado entre os anos de 2003 até o ano de 2023, considerando assim um espaço temporal de 20 anos.

11. Qual o problema de pesquisa?

A emigração de brasileiros com formação superior chama atenção pelo seu quantitativo, que só entre os anos de 2010 e 2011 um total de 295 mil pessoas foram morar e trabalhar fora do país (De Negri, 2018). Uma das problemáticas para que o fenômeno seja potencializado em países como o Brasil é a ausência de investimentos em ciência e tecnologia (De Negri, 2018). Mas vale ressaltar o trabalho de Freguglia et al. (2019) que indica tanto a formação superior e a fuga de cérebros entre municípios e microrregiões do Brasil, destacando o crescimento de 12,88% de pessoas com formação superior entre os anos de 1995 a 2008 e, também, o quantitativo de migrantes pelos determinantes: diferença salarial, experiência e idade. Do total de migrantes 102.245, entre o mesmo período de tempo, uma porcentagem de 45,29% correspondiam por indivíduos pertencentes ao quadro de fuga de cérebros entre as microrregiões. Enquanto entre os municípios brasileiros esse total chegou a 139.504 migrantes, sendo que 41,05%

inseridos nesse fenômeno.

Silva (2009) destaca que entre os estados brasileiros que mais ganharam e perderam população migrante definida como fuga de cérebros durante os anos de 1995 e 2006 estavam: São Paulo (−1.063, +1.046), Distrito Federal (−1.000, +694) e Rio de Janeiro (−884, +945), o mesmo acontece inversamente em ganhos com imigrantes.

Em destaque, há lugares que detêm de maior concentração de bens, serviços, recursos e oportunidades de emprego, enquanto outros estão sob um nível hierárquico menor com características que não conseguem reter a sua própria população. Nessa situação, a saída se apresenta como possibilidade de fuga para uma determinada população que não obtém o retorno esperado a partir do capital que foi investido, sejam esse: cultural, social, econômico, humano, dentre outros. A dinâmica apresentada pelas principais unidades da federação se explica pela dinâmica econômica para além do que ocorre das demais, tornando-as palco da dinâmica populacional.

A problemática exposta também está imbuída no campo de públicas em decorrência do investimento realizado para potencializar a dinâmica nos lugares em que os institutos estão instalados, mas findam por contribuir com a saída dessa população de estudantes egressos do ensino superior, que após a sua formação tem a possibilidade de ser absorvido pelas poucas vagas no mercado de trabalho local, ou que decidem por permanecer e trabalhar em uma área que não é a da sua formação e/ou decidem migrar em busca de melhores condições de trabalho em outros lugares.

Sendo assim, o investimento realizado para beneficiar o desenvolvimento de determinados lugares acaba por servir diretamente a outros lugares que não tiveram nenhum custo para a formação desse capital humano.

Um dos fatores que indicam a fuga de cérebros seria o desemprego, que também é gerado pela desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho local e regional. Além de contar com a redução de direitos e de precariedade durante o exercício da função quando o indivíduo é empregado, como indica Frigotto (2004, p. 203): “O emprego vem se tornando um bem cada vez mais escasso e, quando encontrado, apresenta-se, em geral, com baixo salário e qualidade precária”.

Entre as críticas tecidas a globalização existente, Santos (2017, p. 72, grifo do autor) chama atenção para a pobreza estrutural globalizada, que cria condições cada vez mais precárias de emprego, rendimentos e desvalorização de trabalhadores, além de mencionar que: “[...], é lícito considerar que a atual divisão ‘administrativa’ do trabalho e ausência deliberada do Estado de sua missão social de regulação estejam contribuindo para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza”.

É desse modo que discutimos sobre esses indivíduos que não integram o mercado de trabalho e, também, fazem parte da exclusão social ora destaca por Singer (1999, p. 65) como sendo:

Uma das pressuposições ao se lidar com a exclusão social é a de que ela é resultado de fatores individuais. As pessoas são excluídas porque não possuem as qualificações exigidas pelo mercado, ou porque elas deixam de migrar para onde suas habilidades são requeridas, ou porque suas prioridades são tais que elas preferem permanecer ociosas, fora dos relacionamentos econômicos e

sociais que criam a normalidade. Este ponto de vista, que poderíamos chamar concepção individualista, sublinha o papel das barreiras sociais erigidas por regulamentação legais que originalmente tinham a intenção de proteger aqueles considerados social e economicamente em desvantagem.

Algo que Singer (1999) destaca sendo o desemprego uma das mazelas oriundas da globalização que tem gerado concentração de riqueza e exclusão social em alguns países. Ponderando também, que: “Nas sociedades capitalistas a exclusão social tem sido identificada com desemprego, mas ultimamente novas formas de exclusão social estão surgindo” (Singer, 1999, p. 72)

Já em países como o caso do Brasil, após sua redemocratização, ocorreram reformas importantes para as tomadas de decisões políticas direcionadas também a educação como forma de inserção de parcela da população sem qualificação profissional adequada ao mercado de trabalho. Uma dessas mudanças foi a expansão da educação superior para áreas interioranas, só entre os anos de 2001 a 2020, ocorreu um aumento de 881 instituições de ensino superior em cidades no interior para um total de 1.601, enquanto que as instituições que se concentravam nas capitais cresceram de 510 para 856 (INEP, 2011, 2020).

As instituições de ensino, principalmente da administração federal, teve crescimento exponencial após a lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu RFEPECT. Se por um lado a lei contribuiu para a criação de Institutos Federais e interiorização dos campi e cursos, propiciando a permanência de estudantes no seu lugar de origem, por outro os estudantes formados também teriam que lidar com a ausência de emprego no mercado de trabalho local após o término da sua formação. É exatamente isso que Sampaio (2013), Thomaz (2013) e Barreto (2014) chamam atenção para os objetivos dessa lei que ainda não foram atingidos.

Com isso, indaga-se:

A política de expansão da rede federal, a partir do crescimento dos Institutos Federais para áreas interioranas, conseguiu atingir os seus objetivos de potencializar o desenvolvimento econômico, social e cultural do local e regional onde estão instalados?

A população egressa da educação profissional consegue ser absorvida pelos arranjos produtivos locais?

Há fuga de cérebros de capital humano formado pelos institutos federais de áreas interioranas do Rio Grande do Norte?

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Demonstrar que apesar da política voltada para expansão dos institutos federais visarem a dinâmica e desenvolvimento econômico local e regional, houve apenas o número de pessoas qualificadas nos últimos anos, não garantindo que essas ingressariam no mercado de trabalho local ou regional. Considera-se que, essa formação não garante aos egressos empregos e sua valorização profissional nos seus lugares de origem e aqueles que não conseguem acabam por realizar os deslocamentos para áreas que lhe oferecem melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

Garantir a permanência da população potencialmente migrante pode parecer um dos desafios do mercado de trabalho e da governança de cada país, principalmente para os emergentes ou com a economia em desenvolvimento, que mesmo com determinados investimentos ou falta na educação sofre com a perda de capital humano para lugares onde encontram melhores oportunidades ocupacionais. Esse fenômeno é visto por Adams (1968) como Fuga de Cérebros (Brain Drain), que não tem a sua existência na atualidade, mas que se perpetua com a evolução dos sistemas técnicos, inovação e aperfeiçoamento na formação de mão de obra qualificada em junção com características dos lugares de origem e destino desse grupo populacional. O presente fenômeno não é recente, segundo Adams (1968), há indícios da fuga de cérebros com destino a Atenas, e no século XVIII com cientistas que tinham saído da Grécia com destino à Alexandria, que detinha notoriedade por ser um polo de intelectuais.

Kindleberger (1968) também traz para a reflexão do presente fenômeno discutido (fuga de cérebros) a junção entre a educação e migração, expondo a formação de parcelas da população distribuídas em níveis de ensino, o mercado de graduação no exterior e para o estabelecimento desses graduandos nas instituições, seus desafios ao retornarem para o país de origem ou permanecerem no lugar de estudos (destino).

Já Coutsoumaris (1968) discute que a fuga de cérebros estaria ligada a saída de migrantes com formação profissional, tendo como exemplo o movimento espacial humano induzido pelo mercado internacional de trabalho, onde esses indivíduos, em sua maioria, tinham origem em países com a economia em desenvolvimento para países com maiores oportunidades de rendimento financeiro. O apontamento realizado pelo referido autor (1968) indica que, apesar do investimento realizado pelos governos para uma determinada população ser qualificada, essa propicia beneficiamento de países desenvolvidos em detrimento dos países em desenvolvimento.

Entre as causas apontadas para a saída de capital humano de seus países seriam a oportunidade de continuar a sua formação e/ou ingressar no mercado de trabalho em outro país com melhores condições de renda, mas também por interesse dos países de destino em angariar uma população migrante formada e com alto índice de qualificação (MOSSE, 1968).

A fuga de cérebros representa uma das definições que podem ser dada à migração da população, que é ocasionada por condicionantes que influenciam as decisões dos indivíduos. Segundo Becker (1997), as migrações não podem ser definidas apenas pela ação do indivíduo de maneira quantitativa, sem que haja um entendimento qualitativo envolvido para que tal decisão resulte na ação do indivíduo em emigrar.

Nesse caso, se a migração tem a sua origem com a mobilidade da população em busca de sobrevivência atrelada às condições básicas de vida, que está ligada principalmente à alimentação, atualmente há um indicativo que essa sobrevivência tenha um outro significado para aqueles que almejam alguma ascensão social e econômica.

Matos e Braga (2005, p. 127) destacam que:

Ao mesmo tempo em que parcelas de migrantes com menos qualificação fluem em direção às novas territorialidades construídas nas áreas de influência das maiores cidades, um contingente menor de imigrantes qualificados se direciona para as grandes metrópoles em busca das novas oportunidades de trabalho.

Segundo Vega-Muñoz, González-Gómez-del-Miño e Espinosa-Cristia (2021), a fuga de cérebros corrobora a existência de um desenvolvimento desigual ao nível global com melhor qualidade de vida, melhores remunerações e oportunidades concentradas em países desenvolvidos e, em contraponto, os países com a economia em desenvolvimento permanecem na situação subserviente, principalmente, com o avanço da globalização na segunda metade do século XX.

Para Beluzzo (2001, p. 2 apud Frigotto, 2004, p. 192, grifo do autor): “Não adianta ter mais gente ‘empregável’ se a economia não cria novos empregos”.

Frigotto (2004, p. 239) já destaca que um dos grupos populacionais mais afetados pela crise do trabalho:

Combina-se ao momento atual uma gravíssima crise do trabalho no país, responsável pelo maior distanciamento entre o que o jovem gostaria de ser (expectativas de futuro) e o que realmente consegue ser (realidade do dia-a-dia). A crise do trabalho rebate sobre a juventude diferenciadamente quando analisada do ponto de vista de uma sociedade de classes, uma vez que para o jovem filho de pais de classes média e alta tende a estar associado à emigração internacional.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

A pesquisa está dividida entre etapas, sendo essas: o arcabouço teórico, bibliográfico e metodológico já realizado em pesquisas científicas; coleta de dados (primários e secundários); análise quantitativa e qualitativa dos dados; coleta documental, tendo como foco planos de cursos, programas e políticas em nível local e regional que potencializam os egressos a serem inseridos no mercado; e aplicação de questionários com egressos dos institutos federais que tenham finalizado o curso de graduação tecnológico, licenciatura e/ou bacharelado, além de entrevistas com os demais atores envolvidos na implementação dos institutos no Rio Grande do Norte e o seu funcionamento.

Desse modo, optamos por expor uma abordagem que atendesse os diferentes situações do fenômeno estudado, sendo esta a triangulação. Segundo Zappellini e Feuerschutte (2015, p. 241):

Entende-se a triangulação como um procedimento que combina diferentes métodos de coleta de dados, distintas populações (ou amostras), diferentes perspectivas teóricas e diferentes momentos no tempo, para consolidar suas conclusões a respeito do fenômeno que está sendo investigado.

O arcabouço teórico, bibliográfico e metodológico está dividido entre a teoria da fuga de cérebros com Adams (1968) e do capital humano de Schutz (1973), não deixando de inserir também teorias que possam contribuir de forma e complementar a discussão

sobre com temáticas sobre: migração, mobilidade espacial e social, centralidades na rede urbana, hierarquias sociais, desigualdades regionais e sociais, mercado de trabalho, políticas sociais e governamentais, educação profissional e superior, formação profissional, capital humano.

A coleta de dados está direcionada a obtenção do número de pessoas que saem do seu lugar de origem em busca de trabalho, sejam essas pessoas que já tiveram vínculo empregatícios ou não. Também é considerado o quantitativo de formados em comparação com a mão de obra absorvida dentro da categoria de trabalho destinado os estudantes egressos, sejam esses inseridos no primeiro, segundo ou terceiro setor da economia.

Irá ser utilizada a aplicação de questionários e entrevistas: os questionários serão destinados aos estudantes egressos dos institutos federais, que tenham concluído o curso de nível superior e estejam empregados ou não, seja no lugar de origem ou no lugar de destino que buscou obter melhores oportunidades. Já as entrevistas serão realizadas com responsáveis autarquias institucionais que comandam os institutos federais, atores políticos que contribuíram para a implementação dos institutos durante o recorte temporal mencionado no presente questionário.

Será realiza a análise quantitativa e qualitativa dos materiais coletados com intuito de compreender o papel de cada ator no fenômeno estudado. Principalmente, aqueles que compõem papel primordial na funcionalidade para o desenvolvimento local e regional onde estão instalados os institutos, são esses: o Estado, as empresas e os institutos federais (tríplice hélice).

15. Quais os resultados você já tem?:

No Brasil há um total de 680 de Institutos Federais até o ano de 2023, sendo que o seu quantitativo era apenas de 140 campus distribuídos em território nacional em 2002 (BRASIL, 2023). O crescimento no número de institutos trouxeram importância significativa para o aumento na escolaridade da população, mas também desafios para os docentes, discentes, gestores e diretores dos campi. Isso porque os institutos não estariam destinados apenas a formação básica voltada a profissionalização, mas também ao ensino superior.

Outra questão percebida diante esse cenário seria o desemprego das juventudes, principalmente aqueles que estão entre os 18 e 24 anos. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, a população de 18 a 24 anos é a principal afetada pelo desemprego no Brasil, sendo em sua maioria afetada por tal condição a população feminina e também a região nordeste do país (IBGE, 2022). As taxas atingiram no terceiro trimestre de 2020 a taxa de desemprego de 30,6% e no quarto trimestre de 2022 ocorreu um declínio para 16,4% da população na faixa etária mencionada.

Segundo dados da RAIS/CAGED, houve um aumento da população com nível superior vinculada no trabalho formal entre os anos de 2001 a 2021, sendo que a sua maioria é correspondente a uma população que concluiu apenas o ensino médio e que possui de 15 a 24 anos. A população da mesma faixa etária que tinha finalizado o ensino superior passou de 118.496 em 2001 para 321.311

em 2021 (BRASIL, 2001, 2021).

Ao buscarmos informações sobre a migração em decorrência do mercado de trabalho nos deparamos com o RAIS-Migra inativado, dificultando de imediato a totalização desses indivíduos em busca de trabalho.

Em pesquisa aplica com egressos do campi do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) no município de Canguaretama, foi possível verificar que os cursos ofertados tendo como profissionais eram: Tecnologia em Gestão do Turismo, Licenciatura em Educação do Campo (Matemática) e Licenciatura em Educação do Campo (Ciências Humanas e Sociais). Maioria de formados eram entre 25 a 29 anos com renda familiar entre 1,6 até 3 salários mínimos. O quantitativo de 24 pessoas que responderam o questionário, 12 informaram que trabalham em outro município daquele que realizou o cursos e 2 fazem o deslocamento para chegar até o local de trabalho em outro município. Um total de 10 pessoas responderam que continuam trabalhando e residindo no mesmo município que realizou o curso no IFRN.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Uma das perspectivas encontradas a partir do estudo realizado nos indica que pensar na fuga cérebros apenas pela vertente de formar a população para ir embora sem pensar também na população que não tem condições econômicas e sociais para fugir da sua realidade, seria um tanto negligente com a pesquisa. Desse modo, pensar sobre esse fenômeno partindo dos que fazem parte da fuga desses lugares e também aqueles que permanecem, mas não conseguem serem inseridos no mercado de trabalho em conformidade com a sua área de formação.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Agosto/2023:

As próximas etapas terão como destaque a submissão de um questionário em formato de survey e entrevistas semiestruturadas na Plataforma Brasil, como forma de realizar um teste com os atores envolvidos na presente discussão. Com os resultados da pesquisa serão realizados os ajustes necessários para só então definir as perguntas a serem realizadas em cada instrumento de pesquisa.

No mesmo período estará sendo finalizada a produção pretendemos finalizar um trabalho que está sendo desencadeado desde do semestre 2023.1, que tem como prerrogativa analisar os estudos do global ao local sobre Fuga de Cérebros a partir de uma revisão sistemática. Momento de produção textual para a qualificação.

Setembro/2023

Momento de produção textual para a qualificação.

Outubro/2023

Momento de produção textual para a qualificação.

Novembro/2023

Seguindo a obrigatoriedade do programa, o proferido mês é destino a qualificação de tese. Onde será feita a apresentação do material entregue ao fim do mês de outubro. Logo após a defesa destinasse o momento para orientações e reorganização conforme as sugestões e indicações de ajustes. Além de iniciarmos as correções dos questionários e entrevistas para submeter ao comitê de ética da instituição.

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

ADAMS, W. *The brain drain*. Nova York: Macmillan, 1968.

BECKER, O. M. S. Mobilidade Espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Explorações Geográficas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 319-367.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)*. Brasília: DF, 2001.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)*. Brasília: DF, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Rede Federal. Brasília: DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-profissional/rede-federal#:~:text=Em%202023%2C%20a%20Rede%20Federal,e%20o%20Col%C3%A9gio%20Pedro%20II..> Acesso em: 2 jul. 2023.

0Federal,e%20o%20Col%C3%A9gio%20Pedro%20II.. Acesso em: 2 jul. 2023.

COUTSOMARIS, G. Grécia. In: ADAMS, Walter (Org.). *The brain drain*. Nova York: Macmillan, 1968. p. 166-182.

DE NEGRI, F. *Novos caminhos para a inovação no Brasil*. São Paulo: Wilson Center, 2018.

FREGUGLIA, R. S.; GONÇALVES, E.; DUTRA, R. H. P.; GAMA, L. C. D. Fuga de cérebros no mercado de trabalho formal das cidades brasileiras: uma análise de dados em painel para o período 1995-2008. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, n. 53, p. 381-412. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/875>. Acesso em: 12 jun. 2023.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, Paulo. (Org.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180-216.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2022*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 abr. 2023.

KINDLEBERGER, C. P. Study abroad and emigration. In: ADAMS, Walter (Org.). *The brain drain*. Nova York: Macmillan, 1968. p. 135-155.

MATOS, R.; BRAGA, F. G. Rede geográficas, redes sociais e movimentos da população no espaço. In: MATOS, R. (Org.).

Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. João Pessoa: C/Arte, 2005. p. 111-155.

MOSSE, R. Some case studies. In: ADAMS, Walter (Org.). The brain drain. Nova York: Macmillan, 1968. p. 157-165.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2017.

SCHULTZ, T. O capital humano: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SILVA, E. R. Composição e determinantes da fuga de cérebros no mercado de trabalho formal brasileiro: uma análise de dados em painel para o período 1995-2006. 2009. 97 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

SINGER, P. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. 3. ed. – São Paulo: Contexto, 1999.

VEGA-MUÑOZ, A.; GÓNZALEZ-GÓMEZ-DEL-MIÑO, P.; ESPINOSA-CRISTIA, R. F. Recognizing New Trends in Brain Drain Studies in the Framework of Global Sustainability. Sustainability. Basileia, n. 13, p. 1-27. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350091690_Recognizing_New_Trends_in_Brain_Drain_Studies_in_the_Framework_of_Global_Sustainability. Acesso em: 30 jun. 2023.

ZAPPELLINI, M. B.; FEUERSCHÜTTE, S. G. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. Administração: ensino e pesquisa. Rio de Janeiro, v.16, n. 2, p. 241-273. 2015. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/238/183>. Acesso em: 10 jul. 2023.

Wagner Muniz

munizww@yahoo.com.br

3. Orientador(a): Dulce Bentes / Alessandro da Silva

4. Nível: Doutorado

5. Ano de ingresso: 2020

6. Realizou alguma qualificação: Qualificação

7. Linha de Pesquisa: CIDADES E DINÂMICA URBANA

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

-

9. Sobre o que é sua pesquisa?

A pesquisa tem como hipótese a tributação imobiliária pode ensejar efeitos na dinâmica da preservação do patrimônio urbano protegido (de Mariana), tanto pelos adequados processos arrecadatários, como imbuído em seu arcabouço os seus mecanismos disponibilizados pelo tributo e atrelados aos mecanismos de planejamento urbano. Tem como delimitação do objeto de estudo a relação entre os tributos urbanos e as políticas para a salvaguarda de conjuntos urbanos tombados.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

O universo de estudo é o distrito Sede do município de Mariana. Já o recorte territorial, a área que compõe Conjunto Arquitetônico e Urbanístico tombado e áreas/bairros limítrofes. O que é equivalente ao Núcleo Histórico do distrito Sede de Mariana, reconhecido como bem patrimonial, e os bairros adjacentes a ele, visto que parte desses bairros compõem o núcleo. A escolha do município se deveu à existência de acervo arquitetônico protegido em nível federal, estadual e municipal e por apresentar uma intrincada questão político territorial, existência de um grande latifundiário e elevado preço da terra.

11. Qual o problema de pesquisa?

Resumidamente, pode-se dizer que, a princípio, dentre as questões relacionadas à tributação imobiliária, o IPTU é o que mais se relaciona com o financiamento das cidades, embora seus mecanismos e a alocação do que foi arrecadado possam ser voltados para outras áreas da administração municipal. Por outro lado, é reconhecido que as municipalidades não conseguem viabilizar os desafios impostos ao conjunto das políticas urbanas, não materializando-os, fazendo necessário a aplicação de instrumentos urbanísticos, sobretudo os tributários, mais aderentes à sua realidade. A tributação imobiliária é empregada, na maioria das vezes, apenas com vistas à arrecadação nas cidades brasileiras, assim, se torna subutilizada.

Para além disso, a atuação das gestões públicas municipais, perante seus conjuntos urbanos tombados é pífia e ausente de medidas protetivas para as edificações residenciais. A aplicação dos mecanismos para incentivar a salvaguarda e proteção, como os

dispositivos fiscais e tributários, é pouco empregada, bem como os debates envolvendo-os. A preservação das construções de valor histórico necessita de cuidados por parte dos proprietários conjuntamente com o Poder Público municipal local para promovê-las de maneira adequada. A gestão do patrimônio urbano não pode ser feita de modo independente, mas através de associações entre políticas específicas do patrimônio com as demais políticas públicas urbanas, como as tributárias.

Em relação ao universo de estudo, não foge às regras no quesito tributação imobiliária como acontece no restante do país. Não bastasse, e apesar do seu patrimônio edificado, o IPTU não é empregado em todo o seu potencial, a isenção tributária, não é aplicada como dispositivo para incentivar a preservação dos imóveis residenciais situados na área protegida, nem mesmo como incentivo para essa ação. No que toca à preservação do patrimônio urbano, há pouca atenção e dispositivos de proteção para a arquitetura residencial, especialmente, as edificações mais modestas. Como, apenas a instituição do tombamento não é suficiente para resguardar as edificações se faz necessário propor outros instrumentos para geri-los e mantê-los, como a tributação imobiliária.

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Pretende-se compreender o papel da tributação imobiliária na preservação do patrimônio urbano tombado de Mariana, visando identificar os aspectos em que estratégias tributárias e preservacionistas levam ao desenvolvimento da vitalidade urbana e, ao mesmo tempo, a proteção do conjunto edificado.

Mais especificamente, compreender as relações estabelecidas entre tributação imobiliária e preços dos imóveis e como se relacionam; compreender a dinâmica do mercado imobiliário de Mariana, seu funcionamento e suas características, considerando especificidades do centro histórico e bairros adjacentes; compreender as características da tributação imobiliária do município de Mariana, considerando evolução e a gestão do IPTU (como também do ITBI); e, por fim, conhecer vinculações entre tributação imobiliária e políticas para a salvaguarda de conjuntos urbanos tombados no município.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

O arcabouço teórico possibilita identificar que a tributação imobiliária é importante em nível municipal, mas, na maioria das cidades brasileiras, é subutilizada. Evidenciam a capacidade dos instrumentos tributários e destacando-os também para compreender a capacidade e alcance da tributação imobiliária, ou sua potencialidade, e seus efeitos na contraposição das questões urbanas (CARLOS, 2008; CARVALHO Jr., 2009, 2016, 2018; DE CESARE, 2007, 2007b, 2018; KASSAB E SMOLKA, 2015; PENALVA SANTOS, 2016; SIMÃO, 2016; DENALDI et al., 2017; STEPHAN, 2009). Ampla literatura acadêmica como Italo Stephan, Maria Cristina Simão Luis Zuleta, Lino Jaramillo, e Edmar Araújo ressaltam as políticas de salvaguarda dos conjuntos urbanos tombados, na visão de compreender a dinâmica que estas áreas apresentam, suas características, caracterização da economia relacionada ao patrimônio, seus aspectos enquanto bem econômico. Além de debaterem as políticas públicas para os patrimônio e como contribuem para os tipos de ações e os efeitos no espaço urbano.

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

O processo de pesquisa envolve abordagens qualitativas e quantitativas para a coleta e análise de dados. Quanto à parte qualitativa, serão realizadas entrevistas não estruturada com gestores e técnicos das secretarias municipais do município de Mariana (Obras e Gestão Urbana e Fazenda) e do IPHAN; através da verificação da legislação local e documentação fornecida pelos entes públicos, para caracterizar o município, conhecer valores aplicados do IPTU/ ITBI.

Com relação à revisão bibliográfica, visa-se levantar conjunto de referências acerca da tributação imobiliária e seus elementos, sobretudo em literatura acadêmica especializada. Além de investigação em trabalhos que analisaram localidades com conjuntos urbanos tombados que aplicaram o tributo como instrumento de gestão cidadina e/ou salvaguarda dessas áreas. Ademais, busca-se utilizar material bibliográfico da Rede do IPEA (linha Desenvolvimento Regional e Sistema Tributário), do Lincon Institute, Fundação João Pinheiro (FJP) e Instituto Fiscal Independente (IFI) sobre tributação imobiliária e (em) sítios históricos. Soma-se, também, a pesquisa bibliográfica realizada em bancos de dissertações de mestrado e teses de doutorado acerca dos assuntos sobre tributação imobiliária e instrumentos para patrimônio urbano protegido.

A base de dados sobre o mercado imobiliário do município de Mariana e do núcleo histórico delimitado para estudo de caso, será obtida considerando dados imobiliários disponibilizados pelo município, como: edificações residenciais situadas na área tombada, valor cobrado pelo imóvel, valor do metro quadrado, dados de transações dos imóveis, tipos de bens transacionados e suas características. Será realizada análise comparativa para compreender as transformações nas dinâmicas socioespaciais no mercado imobiliário local. Sobretudo o mercado de terras urbanas local e suas peculiaridades, suas características e as especificidades do centro histórico e bairros ao entorno.

O levantamento de dados de campo será realizado em setores da gestão municipal (Secretaria de Obras e da Fazenda), corretoras e imobiliárias (em sites e in loco), censo demográfico do IBGE/Perfil dos Municípios Brasileiros do IBGE, no IMBI-SU do IPHAN e no Cartório de Imóveis.

Dados sobre a tributação imobiliária, a exemplo da legislação municipal serão sistematizados de forma a evidenciar as modalidades de cobrança do IPTU em Mariana e do centro histórico. Serão levantados dados sobre cálculo da alíquota, isenções, número de imóveis cadastrados, imposto lançado, base venal, formas de arrecadação deste setor, taxa e valor de inadimplência usual (índices de inadimplência do IPTU e por tipo de imóvel edificado e não edificado). Da mesma forma serão levantados sobre o ITBI. Ou seja, buscar dados sobre o montante arrecadado, alíquotas cobradas, base venal, imóveis negociados, sobretudo no CH, dados sobre seu cálculo, localidades de maior incidências em setores da gestão municipal (Secretaria da Fazenda) e na legislação municipal.

Os valores arrecadados de tributos imobiliários serão analisados antes e após a atualização dos dados verificada no processo de atualização do Plano Diretor de Mariana. Também será identificado o número de imóveis registrados antes e após as referidas revisões para identificar o aumento real na arrecadação média após atualização da PGV, a incidência no município, a variação na

arrecadação (montantes recebidos) e o que se pode tecer disso. Os imóveis do universo de estudo e do recorte territorial serão identificados, buscando evidenciar as áreas ou imóveis onde se efetiva a arrecadação e a cobertura cadastral.

A análise da tributação imobiliária relacionada com as questões urbanísticas serão discutidas com base nos dados obtidos no levantamento de campo e na base teórica conceitual definida no processo de pesquisa.

Os dados serão organizados com suporte da planilha excel e do SPSS, podendo ser georreferenciados.

15. Quais os resultados você já tem?:

A pesquisa está em processo de execução e a cada momento ajustes são realizados. Todavia, o capítulo teórico está consolidado, o levantamento de dados, as conversas e pesquisa 'in loco' foram executadas. Trabalhando no processo de sintetização da dinâmica imobiliária urbana marianense e seu mercado fundiário.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Para apresentar dados mais consolidados, prefere-se consolidar etapa citada anteriormente.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

Sintetização dinâmica imobiliária urbana e mercado fundiário: agosto/2023.

Sintetização dados tributários e análise dos mesmos: setembro à outubro/2023.

Discussão da tributação imobiliária com base nos dados coletados e na base teórica: novembro à dezembro/2023.

Conclusões e formatações finais: janeiro à março/2024.

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

ARAUJO Jr. Edmar Augusto Santos de. Economia do Patrimônio Cultural: Efeitos da Política de Restauração Sobre a Região Central da Cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro, RJ, 2002.

CARVALHO Jr., Pedro Humberto Bruno de. A Administração Tributária do IPTU e seu impacto na Efetivação do Estatuto da Cidade. In: COSTA, Marco Aurélio (org.). O Estatuto da Cidade e a Habitat III: Um Balanço dos 15 Anos da Política Urbana no Brasil e a Nova Agenda Urbana. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2016.

CYMBALISTA, Renato; NAKASHIMA, Rosemeire; CARDOSO, Patrícia de Menezes. O Plano Diretor de Mariana (MG): a Dificil Articulação Entre Planejamento Urbano, Patrimônio Histórico e Atores Políticos. 2006, 22p. Disponível em:

<<http://polis.org.br/publicacoes/o-plano-diretor-de-mariana-mg-a-dificil-articulacao-entreplanejamento-urbano-patrimonio-historico-e-atores-politicos/>>. Acesso: 06 de Ago. 2017.

DE CESARE, Cláudia M. A Tributação sobre a Propriedade imobiliária e o IPTU: Fundamentação, Caracterização e Desafios. In: CUNHA, Egláisa Micheline Pontes e DE CESARE, Claudia M. (org.). Financiamento das Cidades: Instrumentos Fiscais e de Política Urbana – Seminários Nacionais. Brasília: Ministério das Cidades, 2007, 292p.

DENALDI, R.; BRAJATO, D.; SOUZA, C. V. C.; FROTA, H. B. A aplicação do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC). *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, 2017, 9(2), p. 172-186.

FERNANDES, Cíntia Estefânia. Impacto da Norma Tributária no Financiamento Municipal. In: ALFONSO, Diego. *Definición de Políticas de Suelo Urbano em América Latina: Teoría y práctica*. ERBA. Viçosa, MG. 2013. 286 p.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Mariana: Gênese e Transformação de Uma Paisagem Cultural. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995. 265 f.

JARAMILLO, Samuel. *Hacia Una Teoría de la Renta del Suelo Urbano*. 2a edição. Bogotá: Universidad de Los Andes, Facultad de Economía, CEDE, Ediciones Uniandes, 2010. 472 p.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Diferentes Olhares Sobre a Preservação das Cidades: Entre os dissensos e os Diálogos dos Moradores com o Patrimônio*. Tese, Programa de Pós Graduação em Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016, 266 f.

STEPHAN, Italo Itamar Caixeiro. Planos Diretores em Minas Gerais: Vinte Anos De Exigência Constitucional. *Revista Risco*. São Carlos (SP), v.10, 2009, p.46 - 56.

Yonara Claudia dos Santos

yonaraufn@gmail.com

3. Orientador(a): Zoraide Souza Pessoa

4. Nível: Doutorado

5. Ano de ingresso: 2023

6. Realizou alguma qualificação: Nenhuma das opções

7. Linha de Pesquisa: SOCIEDADE, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

8. Vinculação com projeto de pesquisa:

1. Gestão de riscos, vulnerabilidades socioambientais, sustentabilidade e capacidade adaptativa climática em municípios do Semiárido do Nordeste. Edital CNPq/MCTI nº 23/2020 (Processo: 441883/2020-6); 2. Desafios para a gestão socioambiental e de adaptação às mudanças climáticas em cenários de riscos e vulnerabilidades socioambientais em municípios do Semiárido do Rio Grande do Norte. Edital nº 13/2021.

9. Sobre o que é sua pesquisa?

A crise socioambiental e climática demanda amplo diálogo entre sociedade civil, comunidade acadêmico-científica e tomadores de decisão, a fim de que se viabilizem a inserção da temática como pauta prioritária nas agendas de governo. O adensamento populacional nos centros urbanos, requer maior dinamicidade das gestões locais, em decorrência das elevadas condições de desigualdades sociais, que contribuem na distribuição dos múltiplos riscos - climáticos ou não climáticos (BRENNER, 2016; IPCC, 2022).

Esses riscos, quando associados à mudança do clima, tendem a se expandir com o aumento da temperatura média global, provocando eventos de extremos climáticos, como precipitação intensa e secas extremas. Os efeitos decorrentes desses extremos, incidem nos sistemas sionaturais e trazem impacto à saúde, bem-estar social, economia e infraestrutura das cidades, como um todo.

No Brasil, o desmatamento acelerado e em larga escala é um dos principais fatores que contribuem para o aumento da emissão de CO₂ (MAPBIOMAS, 2022). Isso tem consequências significativas, como a alta variabilidade dos regimes de chuva e o aumento da temperatura, especialmente nas áreas mais secas, como o Semiárido. É importante ressaltar que essa região enfrenta frequentes impactos socioeconômicos e ambientais devido às longas secas, que afetam a produtividade agrícola e pecuária, além de reduzir a disponibilidade de água nos reservatórios para consumo humano e animal (DE NYS; ENGLE, 2014).

Com base nisso, reitera-se que esta proposta de tese está inserida em um contexto de investigação sobre a perspectiva de incorporação de uma agenda governamental local voltada para as questões das mudanças climáticas, com foco na gestão adaptativa. Considerando os aspectos de vulnerabilidade aos extremos climáticos de seca na região do Semiárido do Brasil, é

importante considerar as variáveis meteorológicas e as projeções de tendência de precipitação e temperatura, como fatores de influência no processo de tomada de decisão.

Desse modo, a hipótese primária desta pesquisa defende que, embora estejam inseridas no contexto do Semiárido: i. as bacias hidrográficas do rio Piancó-Piranhas-Açu e do São Francisco podem apresentar diferenças nas tendências de precipitação, devido à heterogeneidade na estrutura de uso e ocupação dos solos. Em contrapartida, a hipótese secundária aponta que: ii. as áreas de maior sensibilidade às ameaças climáticas dessas bacias, coincidem com as áreas de maior uso e ocupação dos solos.

10. Onde/Quando é sua pesquisa? (local e temporalidade):

Em escala macro, a área de estudo se insere no contexto do Semiárido do Brasil, tomando como base as projeções climáticas do sexto relatório (AR6) do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), quanto à vulnerabilidade aos extremos climáticos de seca. Em escala local, a pesquisa se concentra nos municípios da bacia hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu, que abrange parte dos estados da Paraíba (100 municípios) e Rio Grande do Norte (47 municípios), bem como nos municípios da bacia hidrográfica do rio São Francisco, nos estados da Bahia e Pernambuco.

A escolha desse recorte específico foi motivada por dois fatores: primeiro, para concentrar a análise em termos de regionalidade, considerando o Nordeste do Brasil; segundo, para realizar uma análise comparativa entre os dois cenários (bacias), uma vez que os estados da Bahia e Pernambuco possuem características mais avançadas em relação à discussão e inserção político-governamental sobre questões climáticas e de adaptação. Por outro lado, nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, esse enfoque ainda está em estágios iniciais.

Essa delimitação geográfica permitirá uma análise mais detalhada e comparativa da vulnerabilidade aos extremos climáticos de seca nessas regiões, levando em consideração as projeções do IPCC e as ações políticas e governamentais relacionadas ao clima e à adaptação.

Em termos de temporalidade, pretende-se dar início ao processo de coleta de dados a partir de 2024.1.

11. Qual o problema de pesquisa?

Diante da necessidade de incorporação de uma agenda governamental local voltada para as questões das mudanças climáticas, com foco na gestão adaptativa, na região do Semiárido do Brasil. O problema da pesquisa está relacionado à investigação no âmbito das bacias hidrográficas do rio Piancó-Piranhas-Açu e do São Francisco quanto à identificação ou não de diferenças nas tendências de precipitação devido à heterogeneidade na estrutura de uso e ocupação dos solos.

12. Onde você quer chegar com a pesquisa?

Objetivo Geral:

Avaliar a vulnerabilidade aos extremos climáticos de seca na região das bacias, levando em consideração as projeções do IPCC e as ações políticas e governamentais relacionadas ao clima e à adaptação.

Objetivos Específicos:

1. Classificar os municípios quanto a capacidade de gestão adaptativa aos riscos das mudanças climáticas, com base no Índice de Gestão de Capacidade Adaptativa.
2. Analisar as tendências de precipitação nas bacias hidrográficas do rio Piancó-Piranhas-Açu e do São Francisco, considerando a heterogeneidade na estrutura de uso e ocupação dos solos.
3. Identificar as áreas de maior sensibilidade às ameaças climáticas nessas bacias e verificar se coincidem com as áreas de maior uso e ocupação dos solos.
4. Realizar uma análise comparativa entre as duas bacias hidrográficas, considerando as características avançadas dos estados da Bahia e Pernambuco em relação à discussão e inserção político-governamental sobre questões climáticas e de adaptação.

13. Como a literatura tem tratado esse problema/tema?

As cidades são um dos principais desafios da atualidade em termos de gestão e planejamento urbano. Apesar de serem responsáveis por altas emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e abrigarem mais de 50% da população mundial, as cidades têm sido negligenciadas em relação à sua dimensão humana (BRENNER, 2016). A falta de uniformidade nos critérios de mensuração da população urbana dificulta a comparação de dados internacionais sobre urbanização (BRENNER, 2016; GEHL, 2013). Nesse aspecto, a teoria da resiliência é uma abordagem favorável para a gestão sustentável das cidades, pois permite a integração entre ecossistema e relações sociais (FOLKE et al., 2004; ANDERSON, 2006).

As mudanças climáticas, causadas pelas emissões de GEE, têm impactos graves e urgentes, afetando a segurança alimentar, a saúde humana e a configuração das cidades (MANTELLI; CASTILHO; GARCIA, 2017). No entanto, a percepção dos riscos climáticos ainda é lenta e muitas vezes ignorada (GIDDENS, 2010). A distribuição desigual dos riscos climáticos afeta principalmente os países em desenvolvimento, que são mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas (BURTON, 2002; THOMAS; TWYMAN, 2005).

Estudos realizados entre populações de baixa renda destacam a importância de considerar questões relevantes relacionadas à capacidade de adaptação (DOW; KASPERSON; BOHN, 2006; ENGLE, 2011). Essas abordagens revelam as disparidades no processo de adaptação entre grupos que enfrentam altos índices de pobreza. Tais descobertas, por sua vez, estão alinhadas com o enfoque teórico que aborda a relação entre sociedade de riscos, vulnerabilidades socioambientais e as diferentes formas de resposta dos

sistemas em relação à capacidade de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas (BECK, 2010; BURTON, 2002; THOMAS; TWYMAN, 2005).

No Brasil, a região do Semiárido é altamente vulnerável aos riscos climáticos, devido a longas estiagens, desertificação e escassez de recursos hídricos (MARENGO; CUNHA; ALVES, 2016; MARENGO; TORRES; ALVES, 2017). Quando associados à fragilidade na gestão pública governamental, os aspectos de pobreza e a falta de recursos, que muitas vezes limitam a capacidade institucional dos municípios, dificultam a adaptação aos eventos climáticos extremos, aumentando a complexidade do processo de recuperação (LAVELL, 1996; MARENGO, 2008; SAITO, 2011; MOREIRA et al., 2020).

Contudo, em decorrência da celeridade do processo das mudanças climáticas (PÖRTNER et al., 2022), reitera-se como urgente à incorporação das questões climáticas no planejamento urbano, por parte da gestão pública, no intuito de promover a adaptação, que envolve, dentre outros aspectos, políticas de gestão e governança climática, mapeamento e monitoramento de riscos (LAVELL, 2010; EAKIN; LEMOS; NELSON, 2014; MOREIRA et al., 2020; PÖRTNER et al., 2022).

14. Como realizará a pesquisa? (procedimentos/instrumentos metodológicos de coleta e de análise)

A pesquisa apresenta abordagem quanti-qualitativa, uma vez que serão utilizados dados meteorológicos (INMET, 2022), de gestão de riscos (IBGE, 2020), e dados documentais inerentes às políticas e legislações existentes no âmbito do recorte empírico da pesquisa.

Dividida em três fases, na primeira será utilizado como instrumento de pesquisa o Índice de Gestão de Capacidade Adaptativa (IGCA). Desenvolvido durante o período de pesquisa a nível de mestrado, e aplicado em fase experimental em 21 municípios da Unidade de Planejamento Hidrológico Seridó, correspondente à bacia hidrográfica do rio piacó-piranhas-açu, no estado do Rio Grande do Norte, o índice baseia-se nos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao ano de 2020. O IGCA compõe-se de dados binários de três dimensões de análise e 77 indicadores, relativos aos aspectos de ameaça, vulnerabilidade e gestão. A aplicação do IGCA resultará em mapas de intensidade das três dimensões (Ameaça - Vulnerabilidade - Gestão), e um mapa final de capacidade de gestão adaptativa, desenvolvidos a partir da utilização de Sistemas de Informação Geográficas (SIG), o Software livre QGIS.

Na segunda fase da pesquisa serão utilizadas técnicas estatísticas para classificação dos perfis de gestão e das tendências de precipitação e temperatura. O método Grade of Membership (GoM) será utilizado como ferramenta no processo de criação dos perfis de gestão dos municípios. Para isso, serão inseridos no processo de análise, os indicadores dos grupos homogêneos de ameaça, vulnerabilidade e gestão, resultantes do IGCA (Fase 1), gerados a partir da análise de componentes principais (ACP) e agrupamento (cluster), sob utilização do Software R, versão livre. Busca-se nessa fase destacar os diferentes tipos de gestão municipal obtidos a partir da análise de GoM, e identificar quais deles apresentam maior homogeneidade e similaridade em relação

às dimensões de vulnerabilidade e adaptação climática. E com a análise das tendências busca-se averiguar quais regiões das bacias apresentam maior nível de sensibilidade às ameaças climáticas.

No intuito de obter melhor compreensão acerca do cenário da literatura quanto a capacidade de gestão adaptativa municipal frente aos impactos das mudanças climáticas, a terceira fase abrangerá uma análise quantitativa de 30 anos de produção científica (1992-2022), com a finalidade de mapear a literatura internacional sobre as políticas locais de enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas. Serão utilizadas técnicas bibliométricas por meio da utilização do software VOSviewer, para a realização de quatro tipos de análise: i. Co-ocorrência de termos nos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos; ii. Co-ocorrência de país/região de publicação dos artigos; iii. Co-citação de autores nas referências bibliográficas; e, iv. Acoplamento bibliográfico entre documentos, para identificar os trabalhos de maior relevância.

Na terceira e última fase, será realizada a análise dos dados e cruzamento desses com os dados documentais, para fins de complementação e validação dos resultados quantitativos. A análise dos dados documentais tem como intuito: i. Identificação e análise dos instrumentos normativos sobre a incorporação da gestão de riscos climáticos pelos governos locais; e, ii. Mapeamento das iniciativas e ações dos governos municipais do recorte empírico, acerca da gestão adaptativa às mudanças climáticas.

15. Quais os resultados você já tem?:

A pesquisa está em estágio inicial. Ainda em fase de exploração dos dados.

16. Quais as conclusões dos primeiros resultados e/ou novas perspectivas da pesquisa?

Não há conclusões.

17. Qual o seu planejamento para as próximas etapas da pesquisa?

2023.2: Componentes curriculares; docência assistida; formalização de co-orientação; exploração dos dados; levantamento bibliográfico para a análise bibliométrica.

2024.1: Análise bibliométrica; coleta de dados MUNIC/IBGE; aplicação do IGCA; escrita do texto de qualificação.

2024.2: Coleta e manipulação dos dados meteorológicos; escrita do texto de qualificação; qualificação.

2025.1: Aplicação estatística aos dados; análise dos dados estatísticos; plotagem dos dados em mapas.

2025.2: Coleta de dados documentais; escrita do texto de pré-defesa.

2026.1: Tratamento e análise dos dados documentais; escrita do texto de pré-defesa; pré-defesa.

2026.2: Correções e alinhamentos do texto da tese; defesa.

18. Liste suas principais referências teóricas (Formato ABNT)

ANDERSSON, E. Urban landscapes and sustainable cities. *Ecology and Society* v. 11, n. 1, 2006. 34p. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss1/art34/>. Acesso em 20 jul. 2022.

BECK, U. Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BEDRAN-MARTINS, A. M. B. Avaliação dos impactos de políticas públicas de transferência de renda na qualidade de vida no semiárido nordestino face às mudanças climáticas. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

BRENNER, N. A hinterlândia, urbanizada. *e-metropolis*, v. 7, p. 6-11, 2016. Disponível em: https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/brenner_2016_hinterlandia_urbanizada_emetropolis_n25_art-capa.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

BURTON, I. et al. From impacts assessment to adaptation priorities: the shaping of adaptation policy. *Climate policy*, v. 2, n. 2-3, p. 145-159, 2002. doi: <https://doi.org/10.3763/cpol.2002.0217>

DE NYS, E.; ENGLE, N. L. Convivência com o Semiárido e Gestão proativa da seca no Nordeste do Brasil: Uma nova Perspectiva. The World Bank, 2014.

DOW, K.; KASPERSON, R.; BOHN, M. Exploring the social justice implications of adaptation and vulnerability. In: ADGER, N.; PAAVOLA, J.; HUQ, S.; MACE, M.J. (Eds.), *Fairness in Adaptation to Climatic Change*. MIT Press, Cambridge, MA, 2006.

EAKIN, H.; LEMOS, M. C.; NELSON, D. Differentiating capacities as a means to sustainable climate change adaptation. *Global Environmental Change*, v.27, p. 1-8. jul. 2014. doi: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2014.04.013>.

ENGLE, N. L. Adaptive capacity and its assessment. *Global environmental change*, v.21, n.2, p. 647-656, 2011. doi: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2011.01.019>

FOLKE, C. et al. Regime shifts, resilience, and biodiversity in ecosystem management. *Annual review of ecology, evolution, and systematics*, p. 557-581, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/30034127>. Acesso em: 30 ago. 2021.

GEHL, J. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GIDDENS, A. A política da mudança climática. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

IPCC - Intergovernmental Panel on Climate Change. Summary for Policymakers [Pörtner et al. (eds.)]. In: *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [Pörtner et al. (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, pp. 3-33, doi:10.1017/9781009325844.001.

LAVELL, A. Degradación ambiental, riesgo y desastre urbano. Problemas y conceptos: hacia la definición de una agenda de investigación. In: FERNANDES, M.A. (Compiladora) *Ciudades en riesgo: degradación ambiental, riesgos urbanos y desastres en América Latina*. 1996. Disponível em: <http://cidbimena.desastres.hn/docum/lared/libros/CER_todo_ene-7-2003.pdf#page=14>. Acesso em 08 set. 2021.

MAPBIOMAS BRASIL. Relatório Anual do Desmatamento no Brasil - RAD 2021. Julho de 2022. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/alerta.mapbiomas.org/rad2021/RAD2021_Co>. Acesso em 20 ago. 2022.

MANTELLI, G. A. S.; CASTILHO, A. F.; GARCIA, J. M. Uma análise da justiça climática na perspectiva do socioambientalismo brasileiro. *Revista de Direitos Difusos*, v. 67, n. 1, p. 95-115, 2017.

MARENGO, J. A. Vulnerabilidade, impactos e adaptação à mudança do clima no semiárido do Brasil. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, 13(27), 149-176, 2008. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/329

MARENGO, J. A.; ALVES, L. M.; TORRES, R. R. Drought in Northeast Brazil—past, present, and future. *Theor Appl Climatol*, v. 129, n. 3-4, p. 1189–1200, 2017. doi: <https://doi.org/10.1007/s00704-016-1840-8>.

MARENGO, J. A.; CUNHA, A. P.; ALVES, L. M. A seca de 2012-15 no semiárido do Nordeste do Brasil no contexto histórico. *Revista Climanálise*, v. 3, n. 1, p. 49-54, 2016. Disponível em: <http://climanalise.cptec.inpe.br/~rclimanl/revista/pdf/30anos/marengoetal.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2023. MOREIRA, F. A. et al. A integração regional e a capacidade de adaptação às mudanças climáticas no litoral paulista. *Humboldt-Revista de Geografia Física e Meio Ambiente*, v. 1, n. 1, 2020.

PÖRTNER, H.-O., et al. Technical Summary. [Pörtner, H.-O., et al. (eds.)]. In: *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge, UK and New York, NY, USA: Cambridge University Press, 2022. pp. 37-118, doi:10.1017/9781009325844.002.

WMO - WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. Greenhouse Gas

Bulletin: The State of Greenhouse Gases in the Atmosphere Based on Global Observations through 2021. n. 18, 2022. 10p. Disponível em: https://library.wmo.int/doc_num.php?explnum_id=11352>. Acesso em 02 nov. 2022.

SAITO, S. M. Desastres naturais e geotecnologias: vulnerabilidade. *Geodesastres Sul- INPE*. Santa Maria, RS, Brasil, novembro 2011. Caderno didático nº 6. Disponível em: <http://mtc-m16d.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m19/2011/11.16.18.05/doc/publicacao.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.